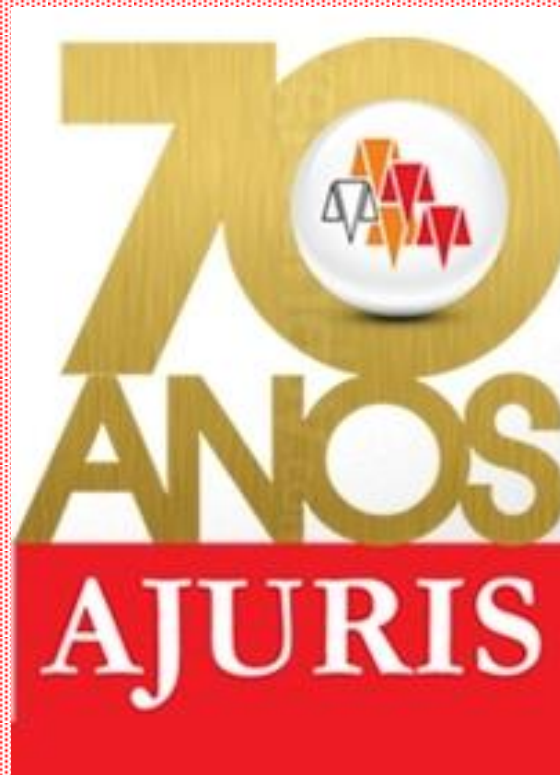


# **REGISTRO HISTÓRICO DOS 70 ANOS DA AJURIS**



**BAILE COMEMORATIVO.  
DIA 15 DE AGOSTO DE 2014 – LEOPOLDINA JUVENIL**

# Ata da instalação da Associação dos Magistrados Sul Rio Grandenses, de 11 de agosto de 1944, acompanhada da foto do primeiro Presidente João Solon Macedônia Soares (gestões de 1944-1952 e 1952 a 1955);

Ata de instalação da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul.

Aos vinte dias de setembro de 1944, na sala do tribunal do juri, desta capital, presentes os desembargadores João - Solon Macedônia Soares, João Pereira de Sampaio, Celso Afonso Pereira, Silvio Wallace Duncan e os juizes de direito drs. Teodoro Appel, José Lobo Rangel, Moacir Lacerda da Cruz Machado e Niro Teixeira de Souza, bem como o desembargador Decio Pelegrini e o secretario desta, aberta a sessão pelo desembargador João Solon, presidente provisório, este convidou o desembargador Celso Afonso para presidir os trabalhos de eleição e posse da diretoria definitiva, o qual assumindo a presidencia declarou aberta a sessão, convidando para escrutinadores da votação os drs. Teodoro Appel e Moacir Lacerda. Abertos os envelopes foram apurados os seguintes votos: Para presidente o desembargador João Solon, com 31 votos; Vice presidente desembargador Duncan, com 30 votos: Para secretario - desembargador Decio Pelegrini, com 32 votos: Para tesoureiro Coriolano, com 32 votos: Para o conselho fiscal os desembargadores Admar Barreto, Homero Martins Batista e dr. Ney Wiedmann, com 31 votos cada um: Foram tambem votados os desembargadores Silvio Duncan e Homero Batista para presidente com um voto cada um. Os desembargadores Sampaio e Celso Afonso para vice-presidente com um e dois votos respectivamente. O dr. Daiello com um voto para secretario e dr. Claudino Geyer com um voto para tesoureiro e os desembargadores Solon, Erasmo e Sampaio com um voto para o Conselho Fiscal. Proclamado o resultado foram empossado os eleitos, assumindo a presidencia o desembargador Solon, depois de agradecer a confiança de seus pares, apresentou o projeto de estatutos o qual depois de discutido mereceu a aprovação dos presentes. Ficou deliberado por unanimidade de votos denominar Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, admitindo assim, ingresso no -





# COJE (Código de Organização Judiciária do Estado), que representa o pensamento da AJURIS e Tribunal de Justiça, regulamentado em 12 de abril de 1950

SUGESTÕES PARA EMENDAS AO PROJETO DE CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO, OPERECIDAS PELA ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL

( A J U R I S )

## LIVRO I

## ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

ARTº 5º - Redija-se assim:

Este Código regula a instituição dos tribunais, juizes, ministério publico e servidores da justiça do Rio Grande do Sul, com exceção da justiça militar estadual; e estabelece a competência dos órgãos jurisdicionais e as atribuições dos órgãos auxiliares e dos funcionarios judiciais.

Pela redação do projeto a palavra "competência" está também relacionada com os órgãos do Ministério Público e os servidores da justiça; quando é sabido que, em sentido tecnico-jurídico, só os órgãos jurisdicionais possuem competência. Certo este vocabulo, em sua aceção comum pode ser empregado como sinônimo de "atribuições". O Código Judiciário, porém, é uma lei feita para técnicos; só os magistrados, os promotores, os advogados, os servidores judiciais o compulsam. Um defeito de tecnica, por isso, chama logo a atenção.

ARTº 8º - Substituir: "prévia consulta ao Tribunal de Justiça" por "proposta motivada do Tribunal de Justiça".

Inconstitucional o projeto, em face do preceito do artº 124, I, da Constituição Federal e artº 118 da Constituição Estadual.

ARTº 9º - Suprimam-se os nºs IV e XI.

O artº 5º põe fora do alcance das normas estabelecidas pelo Código "a justiça militar estadual". Há incongruência, portanto, em incluir entre os órgãos judiciais cuja composição e competência regula a Corte de Apelação e os Conselhos de Justiça Militar. Identica impropriedade contém o artº 40.

ARTº 14 - Substituir: "artigo anterior" por "este artigo, no § único".

O parágrafo, evidentemente, se refere à cabeça do artigo e, não ao anterior.

ARTº 17 - § 1º - Substituir: "no início de cada ano" por "na última sessão do ano".

§ 3º - Escrever "relatório" com letra minúscula inicial.

§ 5º - Acrescentar um parágrafo com este numero e assim redigido:

"O juiz poderá, em 48 horas, manifestar sua recusa à convocação".

É preferível que a escolha dos juizes que devem funcionar como substitutos dos desembargadores seja feita no fim do ano anterior aquele em que os mesmos devem servir, até mesmo para que o convocado possa, querendo, gozar suas férias no começo do ano.

A palavra "relatório" com inicial maiúscula é evidente erro de impressão.

Os juizes de direito são inamovíveis, tanto na comarca como na vara. Afastá-los sem o seu consentimento, será violar a garantia constitucional. A aceitação, porém, deve ser tacita; e a recusa em prazo breve.

ARTº 29 - nº XVII - Suprimir as palavras finais do inciso, a partir de "...e organizar a escala..."



# Ata da primeira reunião de associados ocorrida em 05 de maio de 1952, que consiste no marco de encontro com regularidades destes

Ata de assembleia geral de eleição da diretoria da Associação dos Juizes de Direito do Rio Grande do Sul.

Nos vinte e oito dias do mês de abril de mil novecentos e cinquenta e dois, na Sala da Câmara Criminal, Reunida do Tribunal de Justiça, no edificio da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, aqui, às quatorze horas, o sr. desembargador Nêi da Silva Wiedmann, presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, e Aguires, declararam aberta esta sessão extraordinária e convocada por edital afixado no Palacio de Justiça, 7º andar da Prefeitura Municipal, especialmente para se proceder à eleição da diretoria: presidente, vice-presidente, secretario e tesoureiro, demandando, ao depois, ser escolhido o Conselho Consultivo.

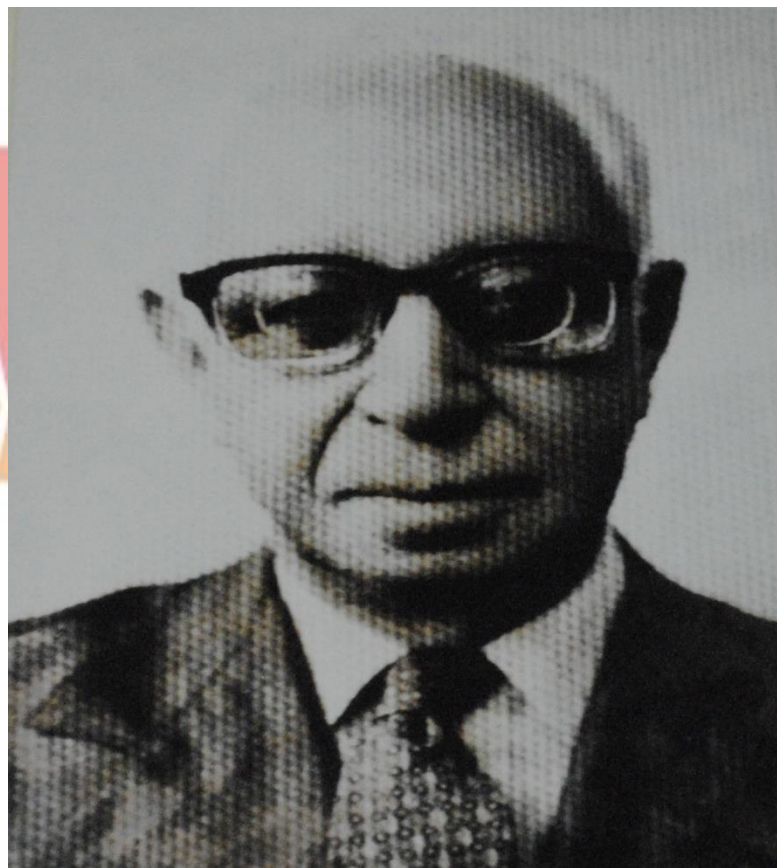
Após nomear secretario ad-hoc o dr. Julio Costamillar Rosa, Juiz de Direito da 2ª vara da Fazenda Publica, o sr. Presidente depois de designar a comissão executiva, convocou os socios presentes a elegerem os membros da diretoria, cujo mandato se prolongará até 1º de maio de 1954. Compareceram e votaram o seguinte socio: desembargadores Homero Martins Baptista, João Solon Macedônia Soares, Celso Afonso Pereira Lucio Pellegrini, Manoel de Alencar Lacerda, Carlos Alberto Albuquerque, Darcy Pinto, Eunício de Souza Rêgo Lustosa, Nêi da Silva Wiedmann, Durvalino (Mario) Pires, Baltazar Barbosa, Elio Pastana, Oldemar Nazareno da Gama Toledo, Crisanto de Paula Lioz, doutores Telmo Bicca Jobim, Carlo Thompson Flores, Francisco do Chagas, Honório Taguero, Julio Costamillar Rosa, Almiro Cauduro e Homero Aguires. As quinze horas, depois de todos os socios presentes terem votado, mandou o sr. Presidente abrir as urnas e a comissão executiva apurar a votação, cujo resultado proclamado foi o seguinte: Para presidente: desembargador João Solon Macedônia Soares, dezessete votos; desembargador Baltazar Barbosa, um voto. Para vice-presidente, doutor Telmo Bicca Jobim, dezessete votos, desembargador Oldemar Nazareno da Gama Toledo um voto. Para secretario: doutor

Carlo Thompson Flores, dezessete votos, doutor Julio Costamillar Rosa um voto. Para tesoureiro: doutor Almiro Cauduro, dezessete votos, doutor Homero Aguires um voto. Proclamado este resultado, o sr. Presidente convidou os eleitos a assumirem os respectivos cargos. O sr. Presidente, recém empossado, depois de agradecer a honrosa e ardua investitura, prometteu, com a prestimosa colaboração de seus pares e membros da diretoria, tudo emvidar em prol do engrandecimento da Aguires. Lo que para constar lavrou-se esta ata que vai subscrita pelo sr. Presidente e por mim Secretario ad-hoc.

João Solon Macedônia Soares, presidente  
Homero Martins Baptista, secretario  
João Solon Macedônia Soares  
Celso Afonso Pereira  
Manoel de Alencar Lacerda  
Carlos Alberto Albuquerque  
Darcy Pinto  
Eunício de Souza Rêgo Lustosa  
Nêi da Silva Wiedmann  
Durvalino (Mario) Pires  
Baltazar Barbosa  
Elio Pastana  
Oldemar Nazareno da Gama Toledo  
Crisanto de Paula Lioz  
doutores Telmo Bicca Jobim  
Carlo Thompson Flores  
Francisco do Chagas  
Honório Taguero  
Julio Costamillar Rosa  
Almiro Cauduro  
Homero Aguires

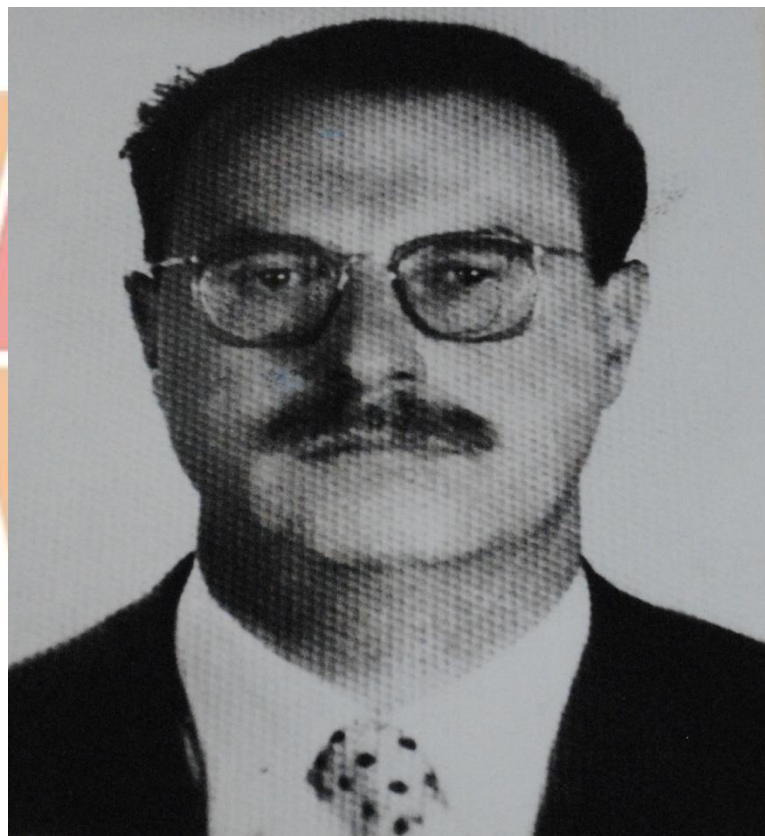


Em 11 de agosto de 1955, foi eleito o  
Presidente da AJURIS, **CARLOS THOMPSON FLORES**,  
(GESTÃO 1955 A 1956)



**RIS**  
s Juízes  
e do Sul

**CAMERINO TEIXEIRA DE OLIVEIRA** assumiu a Presidência  
de 1956 a março de 1957



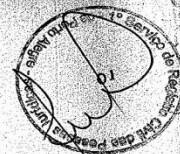
**RIS**

dos Juízes  
do Sul



ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL (AJURIS)  
Sede — Tribunal de Justiça, Porto Alegre

Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Júlio Aguiar Machado  
M. M. Juiz de Direito Diretor do Fôro  
N/C.



286892

Registe-se.  
Em 14.10.57.  
*[Signature]*

A ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL (AJURIS), sociedade civil com personalidade jurídica nos termos da lei, por seu presidente abaixo firmado, residente à rua Lôbo da Costa, nº 63, nesta Capital, para os efeitos dos arts<sup>os</sup> 128 e 129 do Regulamento dos Registros Públicos (Decreto nº 4 857, de 9-11-1939), juntando dois exemplares do "Diário Oficial" que publicou o extrato dos Estatutos sociais reformados, bem como um exemplar do texto integral deles.

REQUER V. Exc<sup>o</sup> haja por bem autorizar a averbação da reforma à margem do registro nº 626, feito em 15 de dezembro de 1944, no Ofício do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, e que corresponde à primitiva inscrição da sociedade.

Pede deferimento.

Porto Alegre, em



CARTORIO

CARTORIO TRINDADE

MIÇROFILMADO

OSMAR LOPES  
ajudante substituto

Reconheço a firma do titular  
Bore Henri Rosen  
Em testemunho do verdadeiro  
Porto Alegre, 10 de outubro de 1957.  
*[Signature]*

10,00

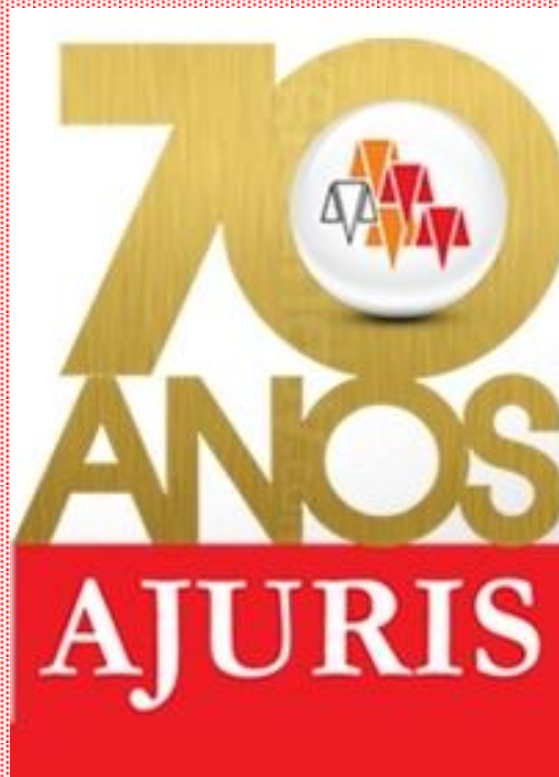


1012 para D. J. M.  
12223 do Livro 1º de 2019  
10 de Outubro de 1957  
O Oficial: D. J. M. Trindade

Estatuto de 1956, no qual foi mencionado do artigo 1º do estatuto da AJURIS, que passou por uma reforma em 8 de dezembro de 1956, que mencionava as finalidades da AJURIS  
"Fortalecer a união dos juízes" e  
"intensificar o espírito de classe entre os associados"

**Em 1957, a AJURIS, pela primeira vez, patrocinava a realização de uma palestra com objetivos culturais para os juízes convidando, também, os membros do Ministério Público e da OAB.**

**Além disso, organizava churrascos e galetos para os juízes**



**Em 1957 foi pensado realizar as eleições no dia 08 de dezembro e não mais no dia do advogado, ou seja, em 11 de agosto de cada**



Em 12 de agosto de 1957, a Assembleia realizada na Câmara Criminal  
do Tribunal de Justiça elegia  
**MÁRIO BOA NOVA ROSA** (GESTÃO 1957-1958)



Presidente da AJURIS  
**ARTUR OSCAR GERMANY** (GESTÃO 1958 a 1959)



**RIS**

dos Juízes  
de do Sul

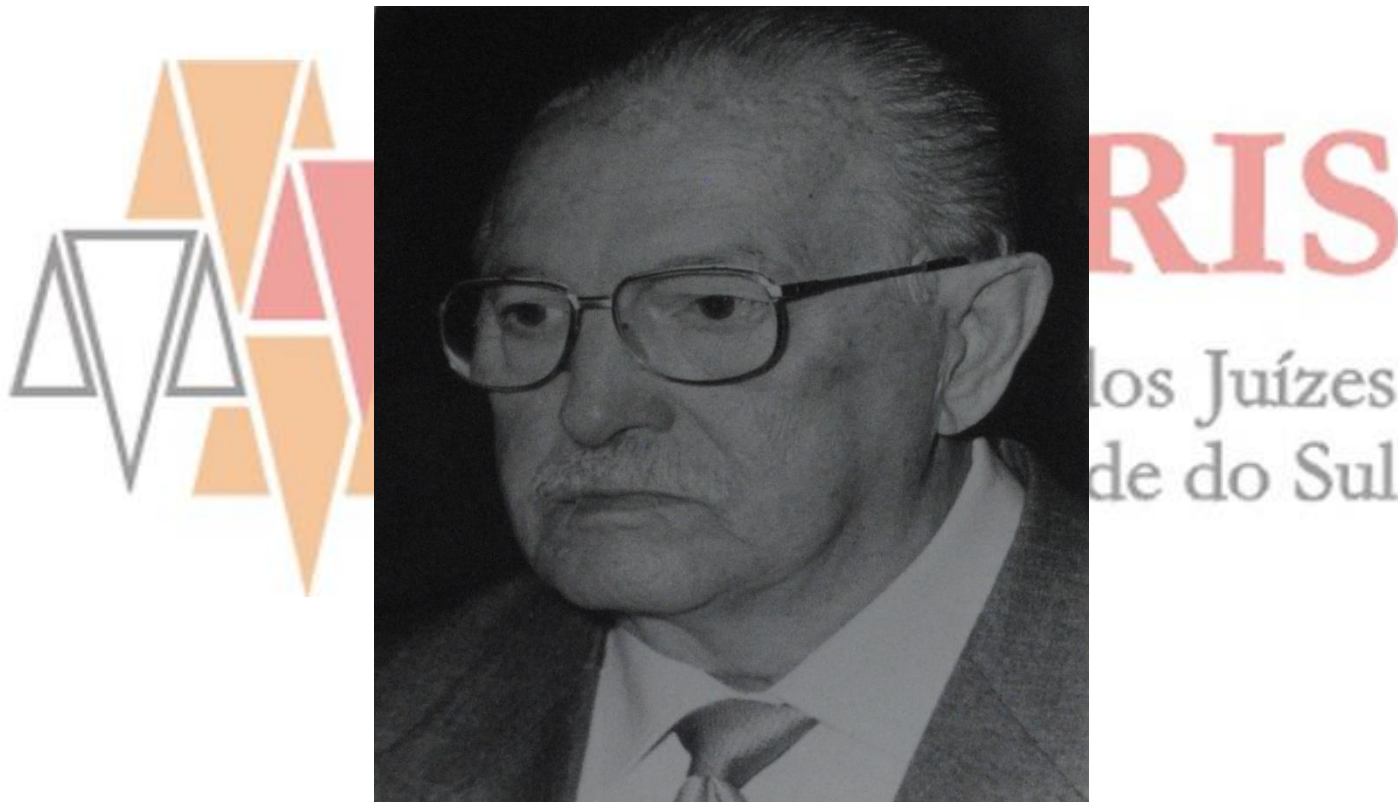


Em 1958 lançado **concurso para trabalhos jurídicos** denominado “**Prêmio Desembargador André da Rocha**”,



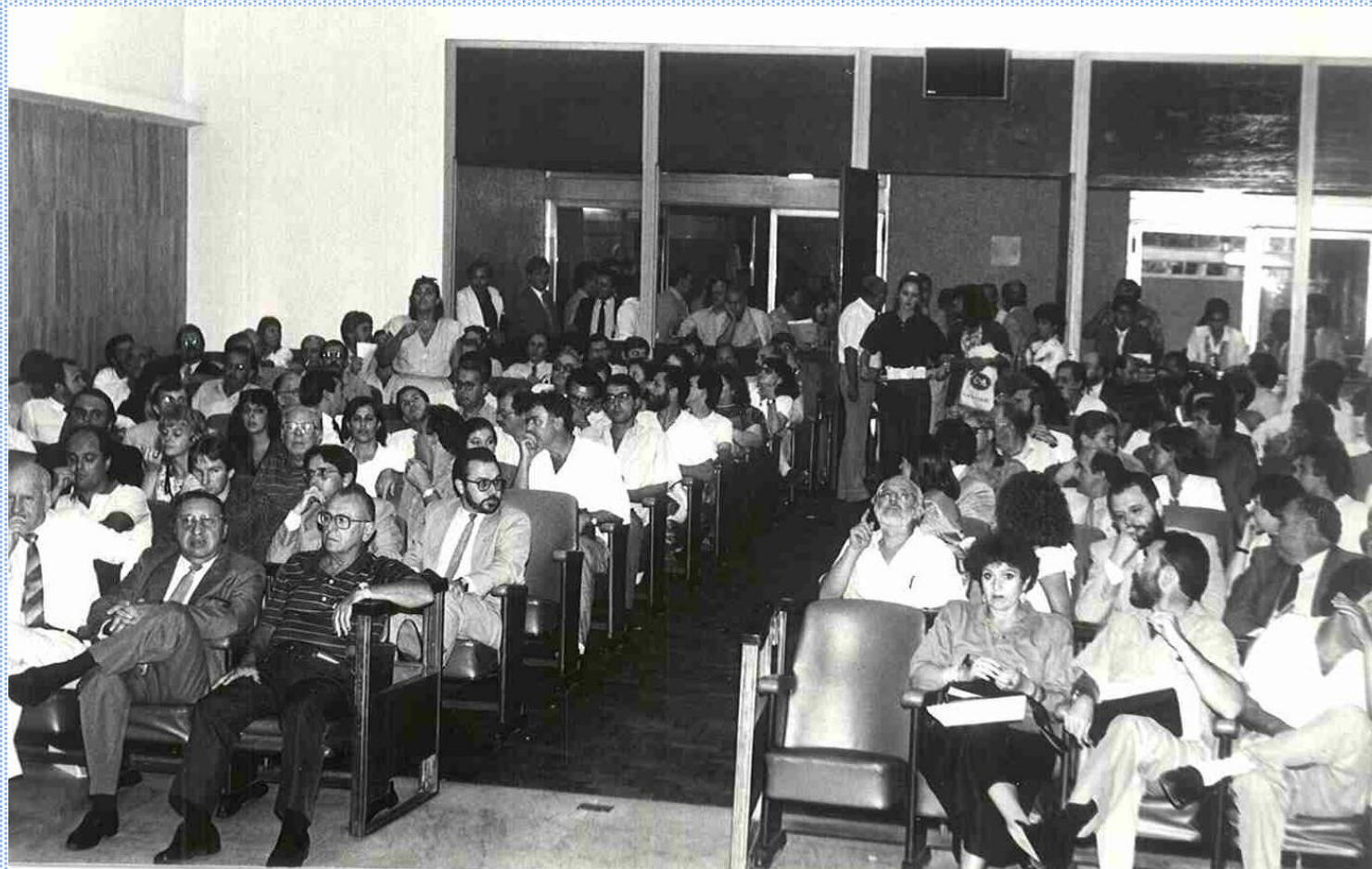
ganhador foi o **Juiz de Canoas, Lenine Nequete**, com uma monografia sobre usucapião

Em 1958, pela primeira vez em um dia 08 de  
dezembro, foi eleito o Presidente  
**JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA** (GESTÃO 1959-1960)





**Em 1959 a AJURIS seguiu lutando pelos direitos dos associados pleiteando reajuste das perdas inflacionárias e organização da caixa de pecúlios**





Presidente da AJURIS, **MANOEL BRUSTOLINI  
MARTINS** (1961)



Foi substituído em dezembro de 1961, por  
**SISÍNIO BASTOS DE FIGUEIREDO** (1962)





Presidente da AJURIS  
**PEDRO SOARES MUÑOZ** (1963)



**RIS**  
dos Juízes  
do Sul

Em 1962 foi instalado o **Curso de preparação para a Judicatura**, embrião da Escola Superior da Magistratura, tendo como professores Desembargador e Juízes, sendo um sucesso.

ARQUIVO PARTICULAR DE ANTONIO CORRÊA PALMEIRO DA FONTOURA



**AJURIS**  
**Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul**

PALÁCIO DA JUSTIÇA – 2.º ANDAR  
PORTO ALEGRE – RIO GRANDE DO SUL

C E R T I F I C A D O  
CURSO DE PREPARAÇÃO À JUDICATURA

Concedemos a ANTONIO CORRÊA PALMEIRO DA FONTOURA  
este Certificado de Frequência e Aproveitamento  
ao Curso de Preparação à Judicatura, realizado pela AJURIS, no período de agosto/78  
a maio/79, com um total de 300 horas-aula.  
Especificações no verso.

Porto Alegre, 12 de julho de 1979.



DES. JOSÉ BARISON  
Presidente



DES. ATHOS GUSMÃO CARNEIRO  
Diretor Cultural

Em 1972, por meio de uma parceria com a UFRGS, passou a ser  
uma extensão universitária  
O Curso funcionava no térreo do Palácio da Justiça

## MARCO HISTÓRICO DA AJURIS

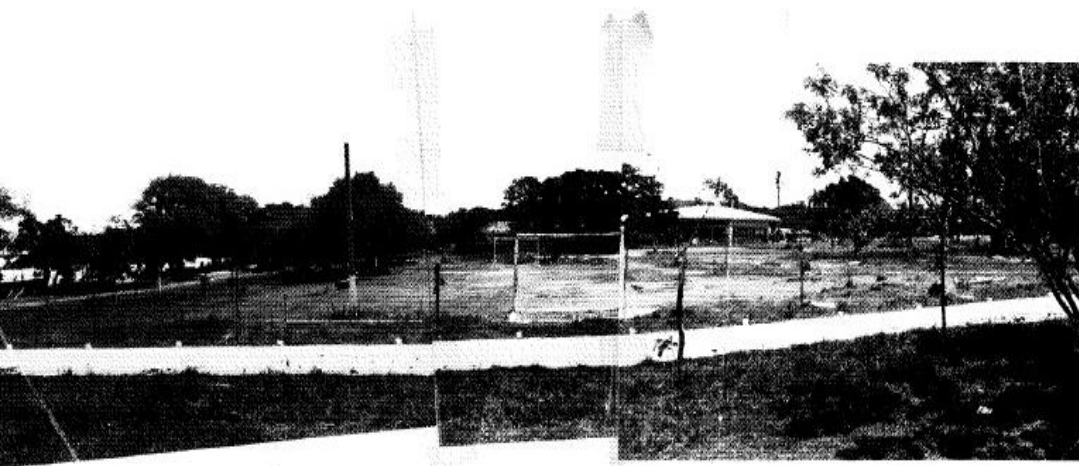
Por meio das reuniões-almoço no Clube do Comércio nasceu o Projeto de aquisição de uma sede campestre.



Por não considerar adequado misturar uma entidade que representava os magistrados no Rio Grande do Sul, em 20 de abril de 1963, nascia a Associação Recreativa dos Juízes do Rio Grande do Sul – ARJURIS, que tinha no quadro social também promotores públicos, advogados e servidores forenses. Primeiro Presidente foi Des. Pedro Soares Munõz que acumulou com a Presidência da AJURIS.



Em 1963 era adquirida a **Sede Campestre em Belém Novo**, com 70.000 m<sup>2</sup> e 250 m de praia balneável e parte do terreno era de banhado.



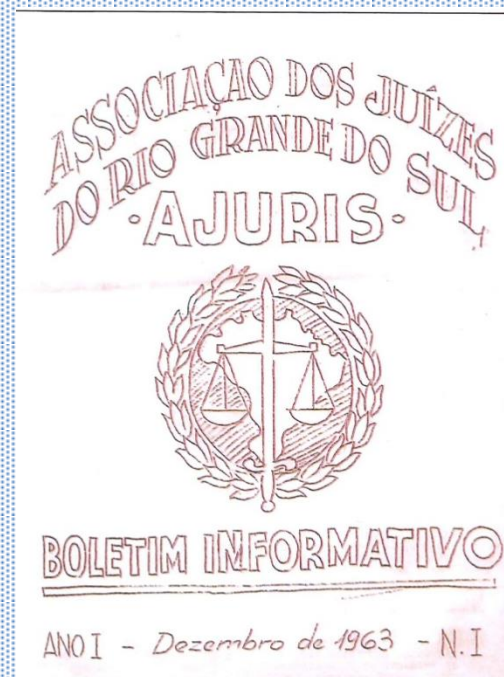
AQUISIÇÃO DA SEDE CAMPESTRE DA AJURIS

60  
Escritura de compra e venda, como abaixo  
60  
Escritura de compra e venda, como abaixo  
3818, recuados e sessenta e sete, aos vinte e seis  
dias do mês de janeiro, nesta cidade do Porto Alegre,  
capital do Estado do Rio Grande do Sul, neste pri-  
meiro tabelionato compareceram, como autores, os  
condutores e donos João Paulo Torres Soares, médico,  
e sua esposa, dona Ruth. Menezes Soares, funcioná-  
ria pública federal, brasileiros domiciliados e resi-  
dentes nesta capital, representados neste ato por seu  
bastante procurador, Doutor Francisco Melchior, brasi-  
leiro, casado, advogado, domiciliado e residente nes-  
ta cidade, nos autos da procuração lavrada nos  
autos n.º 13 de novembro de 1966, as fls. 88 e 89  
152 do livro número 152 de 1963, as folhas 152 do li-  
vro número 683-B, e, como outorgada compradora,  
dona a Associação Recreativa dos Juizes do Rio  
Grande do Sul "ARTORIS", representada pelo seu  
Presidente, Desembargador Tommaso Teixeira  
de Oliveira, brasileiro, casado, magistra-  
do, domiciliado e residente nesta cidade, as  
correspondentes condições de quem fundante  
e substituto do tabelião, das testemunhas no  
m.º promeadas e assinadas e estas minhas  
conhecidas, do que dou fé. Diante as mesmas  
testemunhas, pelos autorgantes vendedores, por  
seu representante foi dito que, por esta escritu-  
ra e na melhor forma de direito e em um  
primitivo ao contrato de promessa de compra  
e venda lavrado nestas datas, em data de  
14 de novembro de 1963, registrada no Registro  
de Imóveis da Terceira Zona, no livro 14-B, fo-  
lhas 244, sob número 3857. Também a outor-  
gada compradora o imóvel a seguir descrito  
situado neste município, zona urbana da ci-  
dade, Terceira Zona do Registro de Imóveis,  
Bairro Belém Novo, a saber: uma área de ter-  
ras com 70.000 m<sup>2</sup> ou seja, sete hectares, den-  
tro das seguintes medidas e confrontações: ao  
Oeste, por o rio Guará, de 250 metros, de sul e  
e quarenta metros (250 mts); no lado oposto,  
por o terreno da mesma servidão pro-  
jetada, em confrontação a Avenida Heitor

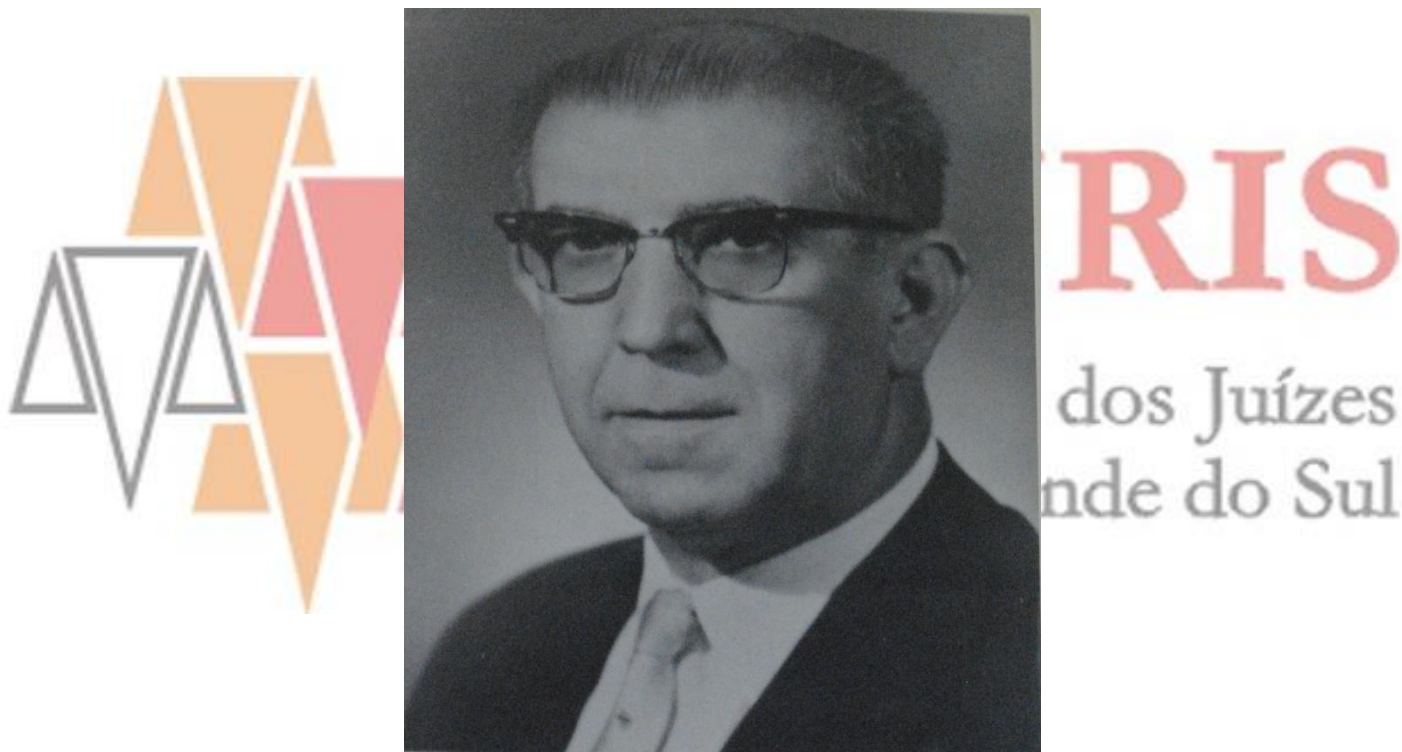


Também em fins 1963 saiu a primeira edição do **Boletim Informativo**, com edição anual, tendo por objetivo de informar todos os encaminhamentos da AJURIS e questões de interesse dos magistrados. Em 1980 passou a ser mais regular com o apoio do Tribunal de Justiça, pois fazia a impressão. Por um tempo, ficou sem ser produzido sendo relançado em 1992, o **boletim de jurisprudência** passou a ser encartado no **Boletim da AJURIS**, sistematizando informes sobre as decisões da magistratura.

Em 2000, a publicação foi ampliada e passou a ter formato **tablóide**;



Presidente da AJURIS  
**CÉSAR DIAS FILHO (1964)**





Em 08 de dezembro de 1964, foi eleito  
**LOURENÇO MÁRIO PRUNES**, cuja gestão preocupou-se  
em encontrar alternativas para o problema de moradia  
dos juízes do interior (GESTÃO 1965)



RIS

os Juízes  
de do Sul

Em dezembro 1964 o **Juiz Milton Carlos Löff** construiu a **primeira casa da AJURIS**, em **Candelária**, com apoio de autoridades locais



Em seguida começou a construção da residência de Venâncio Aires, também por meio de um convênio firmado com a Prefeitura e mais outras unidades residenciais

Presidente da AJURIS  
**NIRO TEIXEIRA DE SOUZA** (GESTÃO 1966)



**URIS**

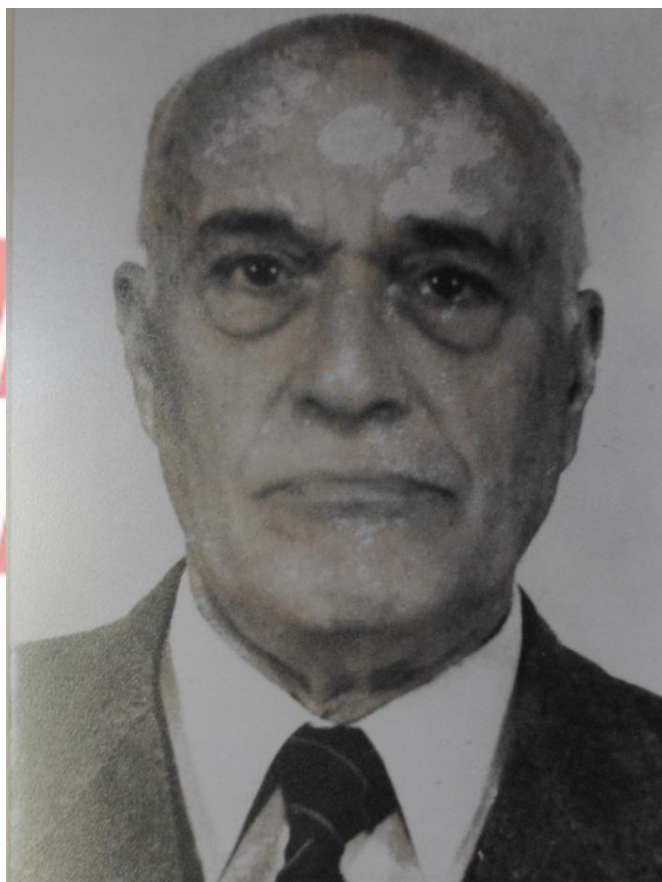
o dos Juízes  
ande do Sul



No dia 11 de agosto de 1966 a **AJURIS** inaugurou a **primeira sede oficial**, no **segundo andar do novo Palácio da Justiça**, cedidas pelo Tribunal de Justiça



Presidente da AJURIS  
**JOSÉ FARIA ROSA DA SILVA** (GESTÃO 1967)



**RIS**

dos Juízes  
de do Sul

Presidente da AJURIS  
**JOSÉ DUTRA**  
(GESTÃO de 1968 a 1970)




**RIS**

dos Juízes  
de do Sul



Após duas Assembleias Gerais realizadas em 11 de agosto e 24 de setembro de 1968, no dia 12 de setembro de 1969, lavrou-se a escritura de incorporação da ARJURIS a AJURIS

021350


  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
SECRETARIA DA JUSTICA

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTICA,  
de acordo com o processo nº 00661-12.00/85, desta Secretaria,  
declara de utilidade pública, nos termos do Decreto  
Lei nº 1.130, de 24 de julho de 1946, regulamentado pelo  
Decreto nº 3.565, de 15 de outubro de 1952, alterado pelo  
artigo 3º do Decreto nº 29.021, de 18 de julho de 1979, a  
"ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL - AJURIS", com  
sede nesta Capital.

Porto Alegre, 13 MAI 1985

Secretário de Estado  
da Justiça

Registre-se e publique-se

  
Diretor-Geral  
DNN.

Pelo decreto 19.303, de 26 de setembro de 1968, a AJURIS foi declarada instituição de utilidade pública

Em agosto de 1969 a **Diretoria da AJURIS** cancelou as **comemorações do jubileu de prata** em protesto ao governador da época, em não encaminhar a proposta de reajuste salarial para a magistratura.



No mesmo ano **não se comemorou o dia da Justiça** pelo mesmo motivo

Presidente da AJURIS  
**BONORINO BUTELLI**  
(GESTÃO de 1970 a 1976)



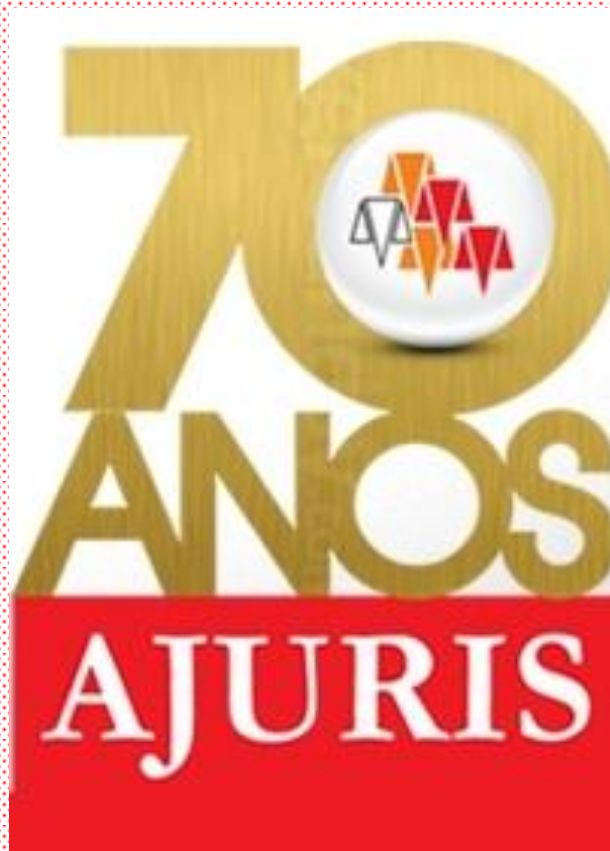
**URIS**

o dos Juízes  
ande do Sul

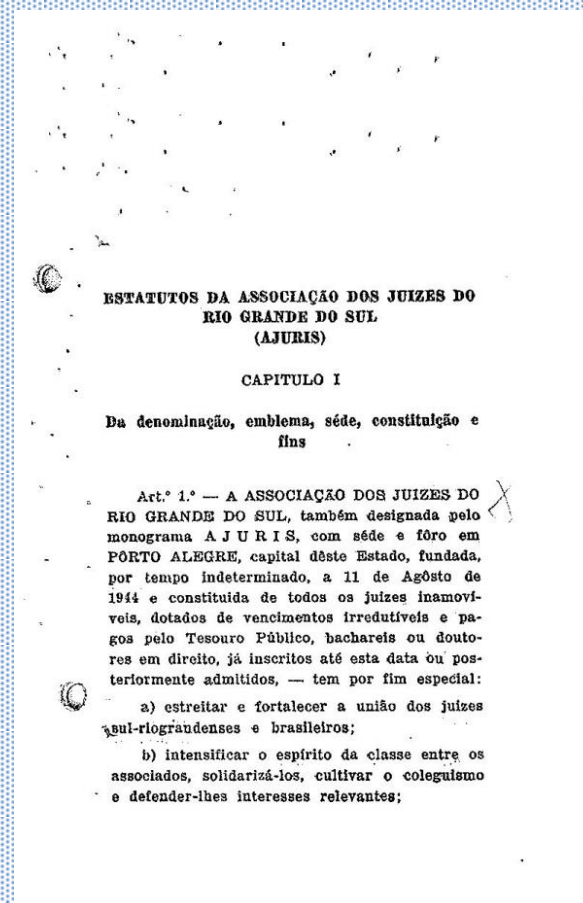
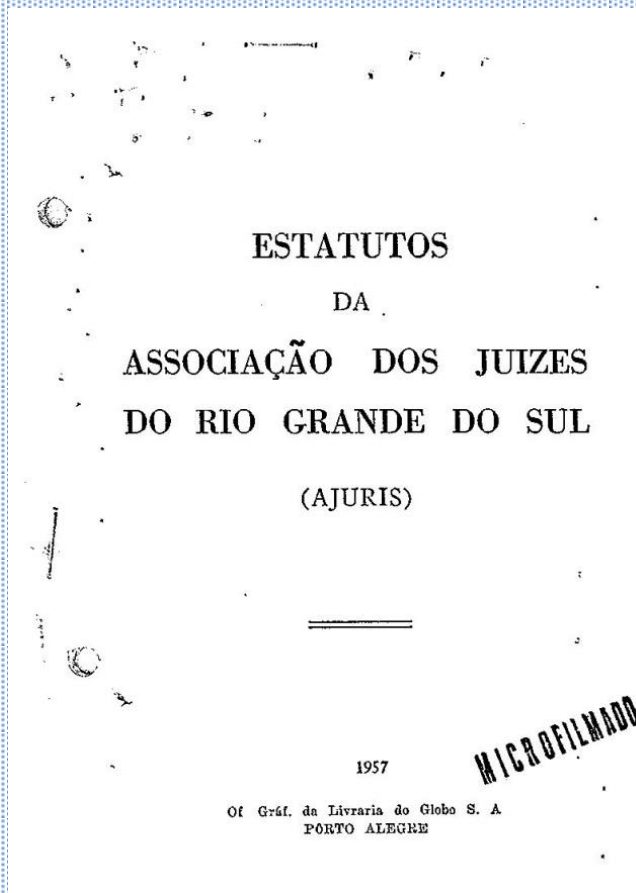
**Em assembleia geral em 08 de dezembro de 1973, pela primeira vez realizada na Sede Campestre, ele foi reconduzido à Presidência da AJURIS**



**Em 1970, foi estabelecida remuneração aos professores  
do Curso de Preparação para a Judicatura**

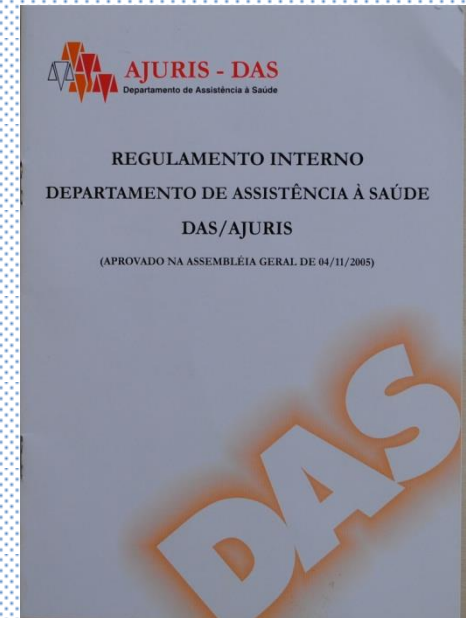
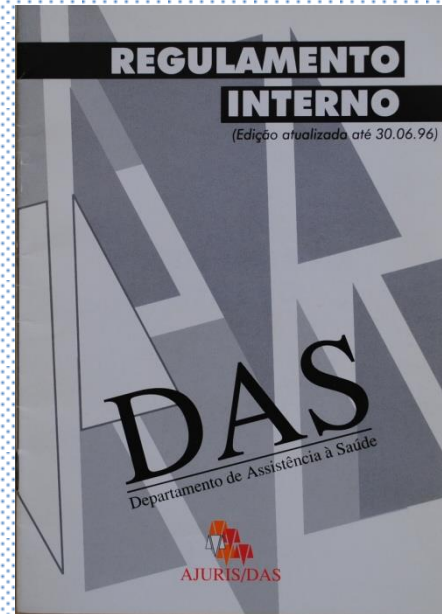
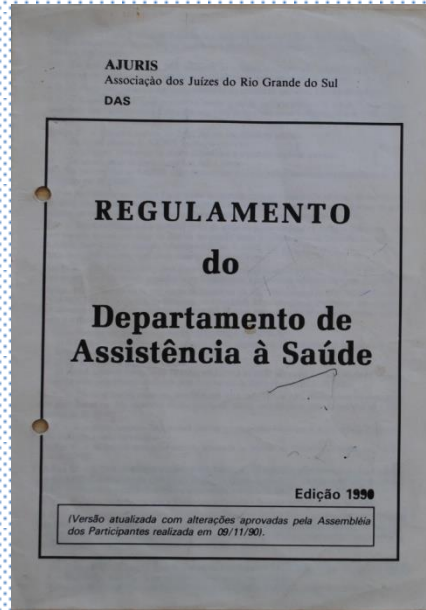
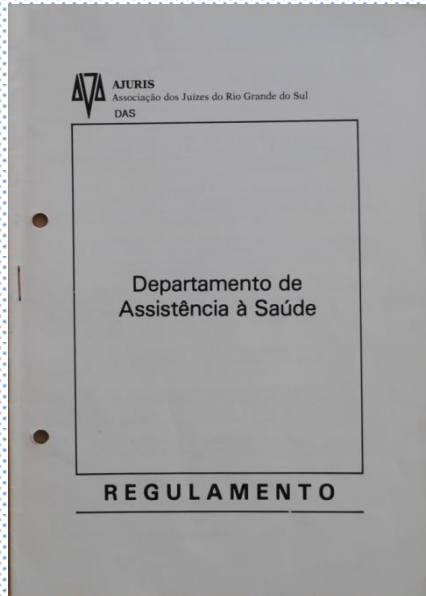


**O estatuto passou por reformas em  
1955, 1956, 1963, 1967, 1968, 1971, 1975, 1984, 1987, 1989,  
1990, 1997, 2003, 2009 e 2013**



**Em 08 de dezembro de 1971 realizada Assembleia geral da AJURIS  
para votar as alterações estatutárias, com criação de diversos  
departamentos.**

Em 1971, pela **Reforma Estatutária** foi criado o **Departamento de Assistência Social** que geria os convênios para atendimento médico, odontológico e laboratorial



Em 1987, foi criado o **Departamento de Assistência à Saúde** para prestar assistência à saúde aos magistrados e seus familiares

Em 1992, o DAS já tinha 3 médicos para emitir pareceres técnicos



**Na atualidade o Departamento de Assistência à Saúde (DAS) conta com 3.212 associados, sendo destes 1.153 titulares e 2059 dependentes**



Des. Tedesco assina termo de Cooperação  
com o IPE – 2014



Des. Tasso assina Convênio  
com a Santa Casa - 2009

Em julho de 1972, foi instalada a **1ª Coordenadoria da AJURIS, em Passo Fundo**, para atender as reivindicações dos juízes do interior e ampliar a representatividade da Associação



Em 1977, foi aprovado um **regimento interno** para as **Coordenadorias Regionais**, redigido por **Luiz Melíbio Uiraçaba Machado**

Também houve a instauração de **calendário de instalação** de todas as **Coordenadorias**, o que passou a integrar mais a classe





A partir de 1972, começaram a ser realizadas melhorias na Sede Campestre



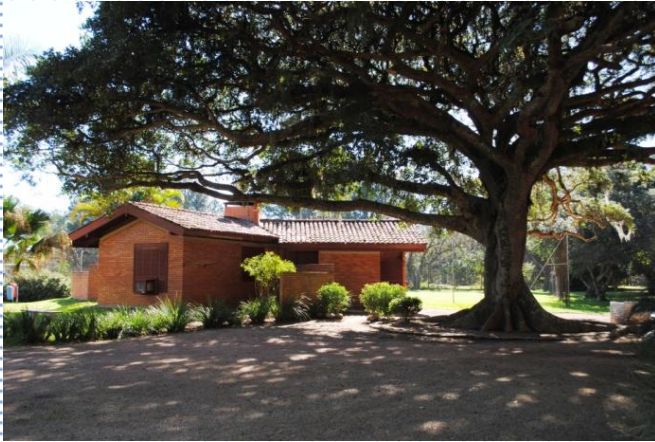
A **piscina** foi inaugurada em 25 de março de 1972.





Em 1973, iniciaram os trabalhos de construção do **Salão Social**, inaugurado em 1975

Em 21 de maio de 1982, foram inauguradas as 9 cabanas para os associados na Sede Campestre



Em 2009, houve a **edificação** de 4 (quatro) sobrados na Sede Campestre





**Em 1973, iniciaram as obras para a construção de novas canchas de esportes, para melhorar as instalações sociais**



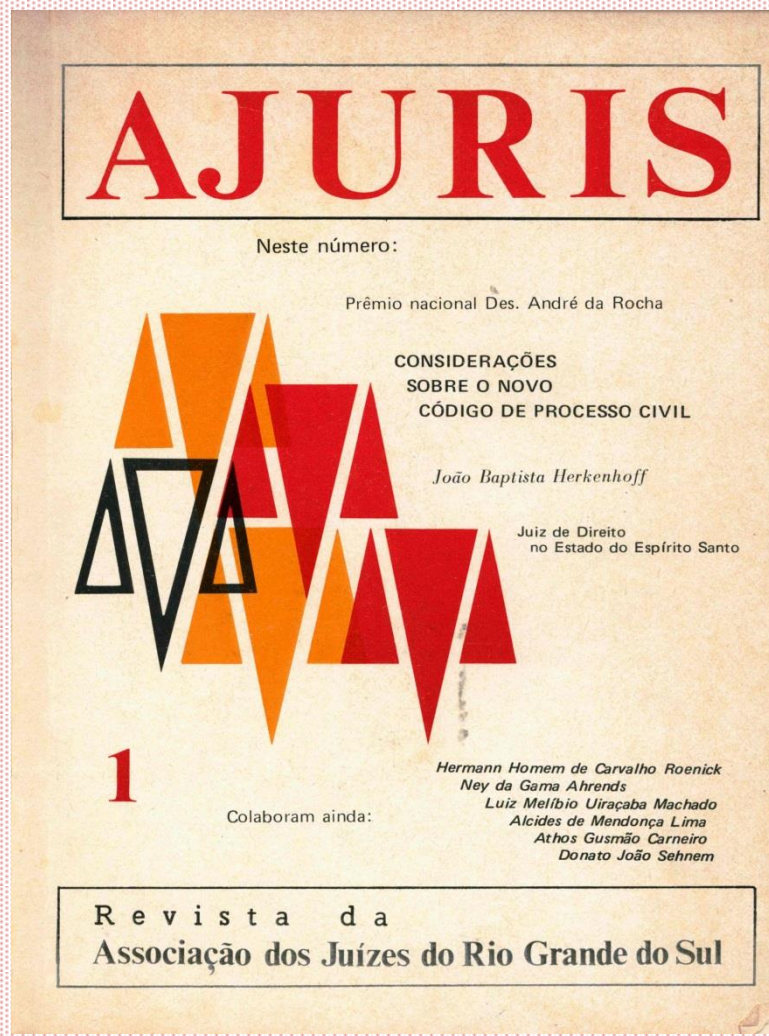
*Acervo Memória Ajuris*

Churrasco na Sede Campestre, 13.07.1974.

**Churrasco na Sede Campestre, em 13 de julho de 1974**



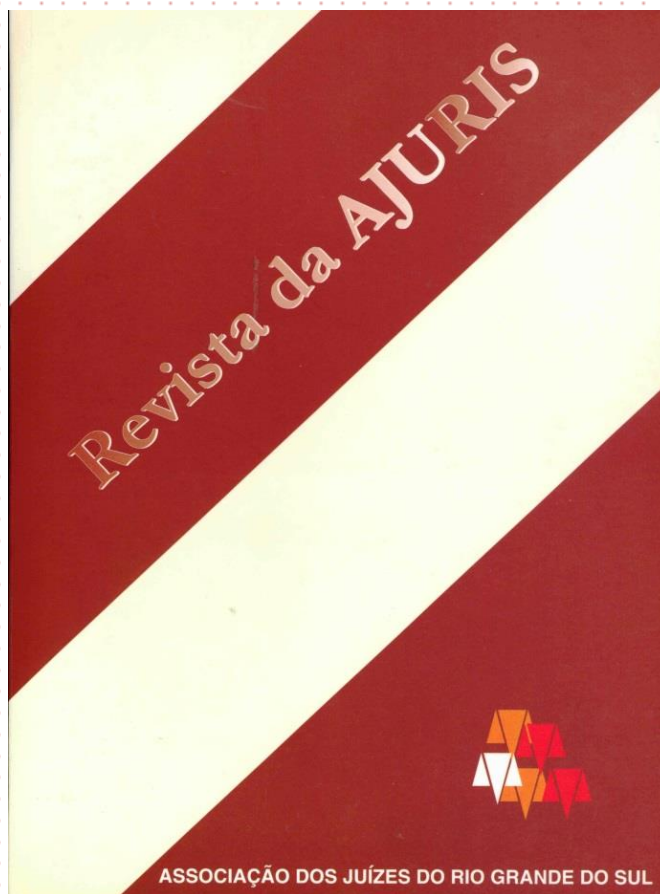
Em 1974, a Diretoria aprovou a publicação de uma revista surgindo  
assim a **Revista da AJURIS**  
Diretor e Fundador: **Lenine Nequete (1974 - 1987)**



Em sua história , a Revista da AJURIS passou por diversas **reformulações.**

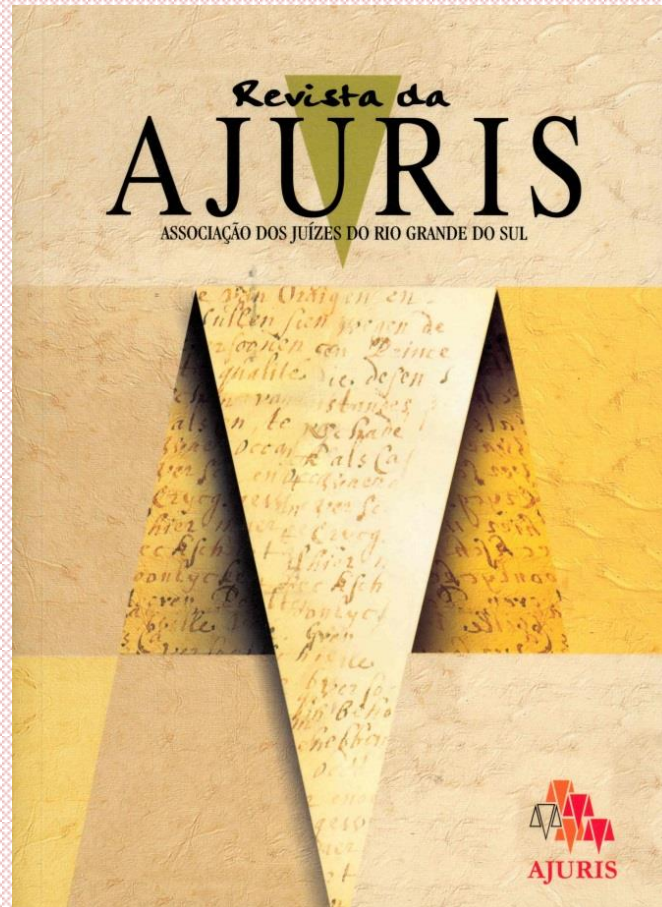
Diretor: **José Antônio Paganella Boschi (1997 - 1999)**

Coordenador: **Carlos Alberto Etcheverry (1997 - 1999)**



Em 2003, a partir da **edição 89 da Revista da AJURIS**,  
mudança na capa e também no layout interno

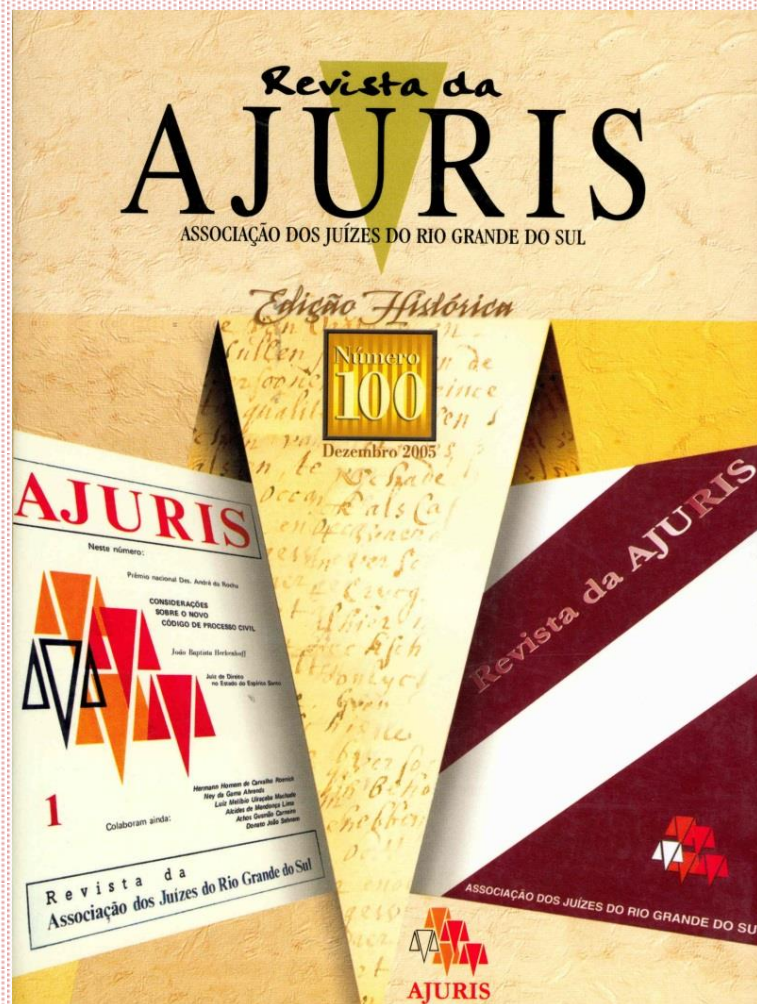
Diretor: **Gilberto Schäfer (2002 - 2003)**





Em dezembro de 2005, circulou o nº 100 da Revista da AJURIS

Diretor: **Almir Porto da Rocha Filho** (2004 - 2005)





A partir de dezembro de 2013, edição 132, a revista deixou de ser publicada no formato impresso e passou a ser somente no formato eletrônico e com acesso livre.

**Diretor: Ingo Wolfgang Sarlet (Desde 2010)**  
**Coordenador: Eugênio Facchini Neto (Desde 2010)**



The screenshot shows the homepage of the AJURIS journal website. The browser address bar displays 'www.ajuris.org.br/OJS/'. The page features a header with the AJURIS logo and navigation links: CAPA, SOBRE, ACESSO, CADASTRO, and PESQUISA. The main content area includes a welcome message, the journal's history (founded in July 1974), its purpose, and a list of articles. On the right side, there are sections for 'OPEN JOURNAL SYSTEMS' (with a link to 'Ajuda do sistema'), 'USUÁRIO' (with login and password fields), 'IDIOMA' (set to 'Português (Brasil)'), 'CONTEÚDO DA REVISTA' (with a search bar), and 'TAMANHO DE FONTE' (with font size options).

Revista da AJURIS

Capa > Revista da AJURIS

**Revista da AJURIS**

Criada em julho de 1974, a Revista da AJURIS é uma publicação trimestral vinculada ao centro de pesquisas da Escola Superior da Magistratura, sob a responsabilidade da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul.

Destina-se a ser um instrumento de diálogo e divulgação do pensamento da Magistratura do Rio Grande do Sul e dos pesquisadores jurídicos, no âmbito nacional e internacional.

A publicação tem a preocupação de fomentar o debate jurídico, divulgar produção intelectual visando ao aprimoramento da jurisdição e do Estado Democrático de Direito, sem descuidar da análise dogmática e crítica de questões normativas e de novas tendências jurisprudenciais. Para estimular esse debate, acolhe os mais diversos pontos de vista promovendo o senso crítico, a pluralidade e o diálogo.

Publica artigos selecionados dentro da principal linha de pesquisa "Democracia, Judiciário e Sociedade", além de outras vinculadas ao centro de pesquisas da ESM, divididos nas seguintes seções: a) Doutrina nacional; b) Doutrina estrangeira; c) Jurisprudência selecionada e comentada; e d) Notas e resenhas de livros. Os artigos são submetidos ao crivo de pareceristas "ad hoc".

O conjunto do material publicado pela Revista deverá ser inédito, excetuando-se as traduções daqueles publicados em outros países, mas ainda não publicados em periódicos brasileiros. Seu público-alvo são os magistrados, estaduais e federais, pesquisadores, professores de Direito, discentes de cursos de pós-graduação e os operadores do Direito em geral.

**Revista da AJURIS**

[ACESSAR REVISTA](#) | [EDIÇÃO ATUAL](#) | [CADASTRAR](#)

[OPEN JOURNAL SYSTEMS](#)

[Ajuda do sistema](#)

**USUÁRIO**

Login

Senha

☐ Lembrar usuário

**IDIOMA**

Português (Brasil)

**CONTEÚDO DA REVISTA**

Pesquisa

Todos

**TAMANHO DE FONTE**

**Durante todos esses anos foram diversas publicações da revista em CD-ROM, edições especiais e índices gerais por autor e por assunto.**



## EX-DIRETORES DA REVISTA DA AJURIS



**Athos Gusmão Carneiro**  
**(1979-1985)**



**Moacir Adiers**  
**(1988-1989)**



**Antônio Janyr Dall'Agnol Júnior**  
**(1990-1991)**



**Arnaldo Rizzardo**  
**(1992-1993)**



**Araken de Assis**  
**(1994-1996)**



**Elaine Harzheim Macedo**  
**(2006-2009)**



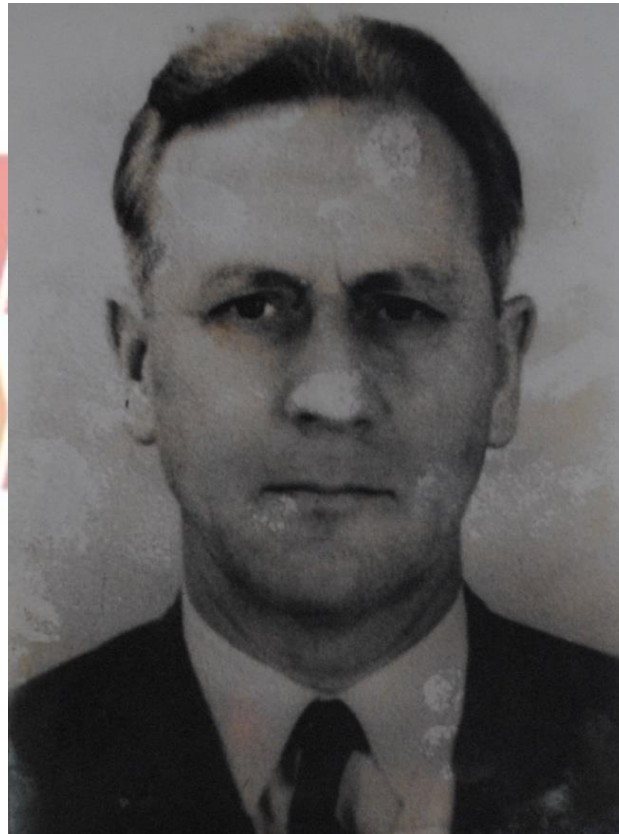
**Em 1975, a AJURIS se filiou à Associação dos Magistrados Brasileiros/AMB**



**AJURIS**

Associação dos Juízes  
do Rio Grande do Sul

Presidente da AJURIS  
**SEBASTIÃO ADROALDO PEREIRA**  
(GESTÃO de 1976 a 1978)



**IRIS**  
dos Juízes  
do Sul

## **VICE-PRESIDENTES DA GESTÃO (1976 A 1978)**

**Vice- Presidente Administrativo:** Donato João Sehnem

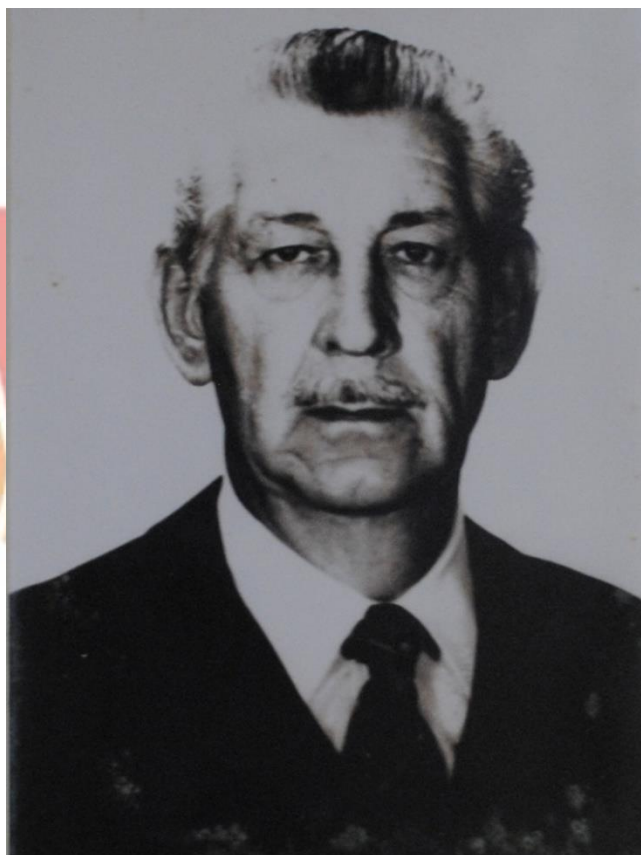
**Vice-Presidente Social- Cultural:** Antero Ryff Leivas

**Vice-Presidente de Finanças:** Cacildo de Andrade Xavier





Presidente da AJURIS  
**JOSÉ BARISON**  
(GESTÃO de 1978 a 1980)



**URIS**

o dos Juízes  
ande do Sul

## **VICE-PRESIDENTES DA GESTÃO (1978 A 1980)**

**Vice- Presidente Administrativo:** Marco Aurélio C. Moreira de Oliveira

**Vice-Presidente Social Cultural :** Luiz Fernando Koch

**Vice-Presidente de Finanças:** Fábio André Koff



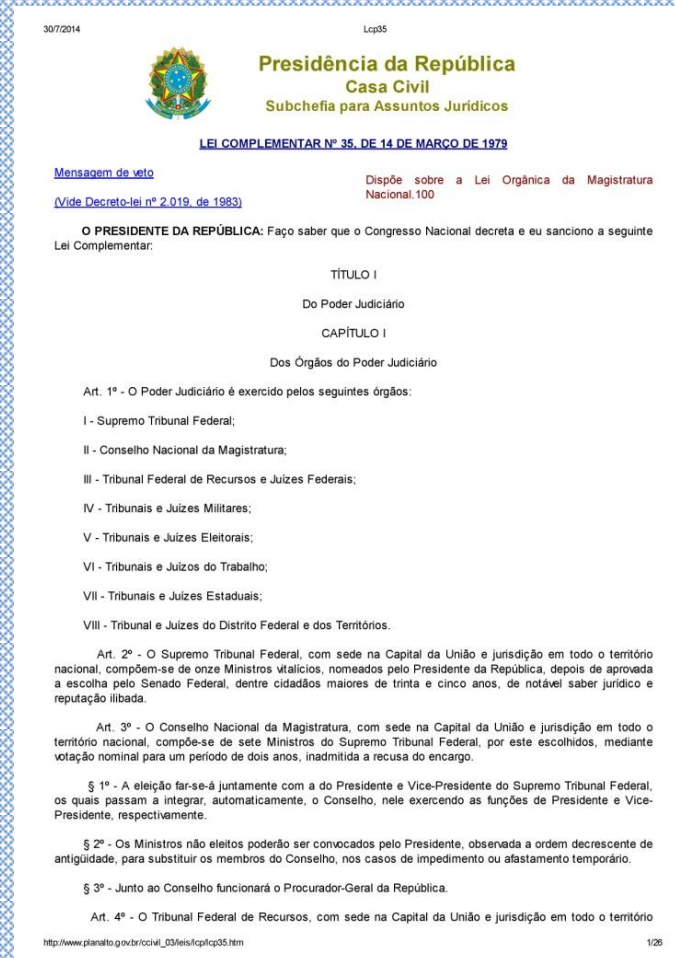
Em 1977, foi criado um **gabinete dentário com modernos equipamentos adquiridos pela AJURIS** e instalados em uma Sala cedida pela Presidência do Tribunal , no Palácio da Justiça



- Inauguração do Gabinete Odontológico, c/a presença do Dr. Milton Martins, Pres. da AJURIS, Dr. Liborni Siqueira, Del. Antonio Hahn.
- Homenagem aos ex-juizes de Menores.

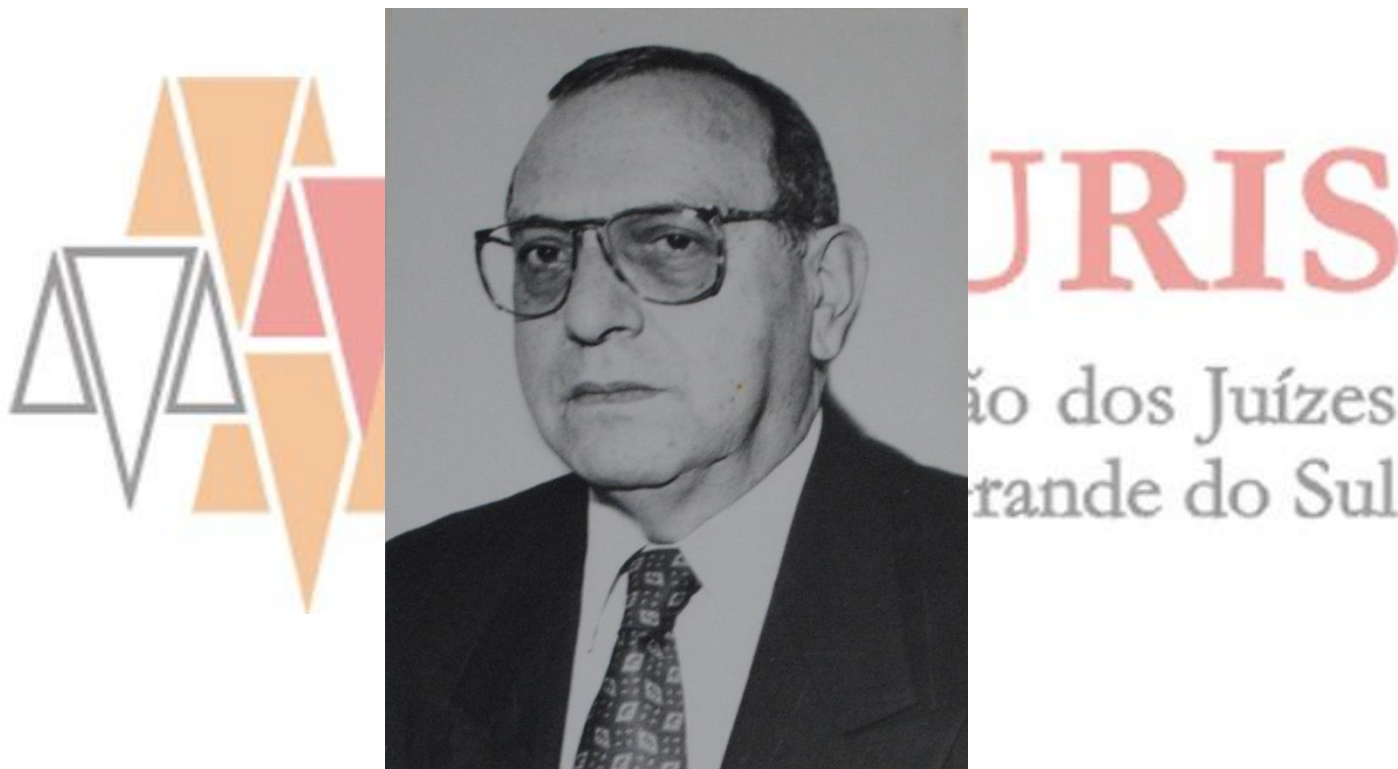


Em 1978 e 1979, diversas assembleias foram realizadas como reação contra **LOMAN**, que tinha como crítica à diminuição da autonomia federativa e sistemática de promoções



Em 1979, foi criado o Departamento de Valorização dos Juízes

Presidente da AJURIS  
**MILTON DOS SANTOS MARTINS**  
(GESTÃO de 1981 a 1984)



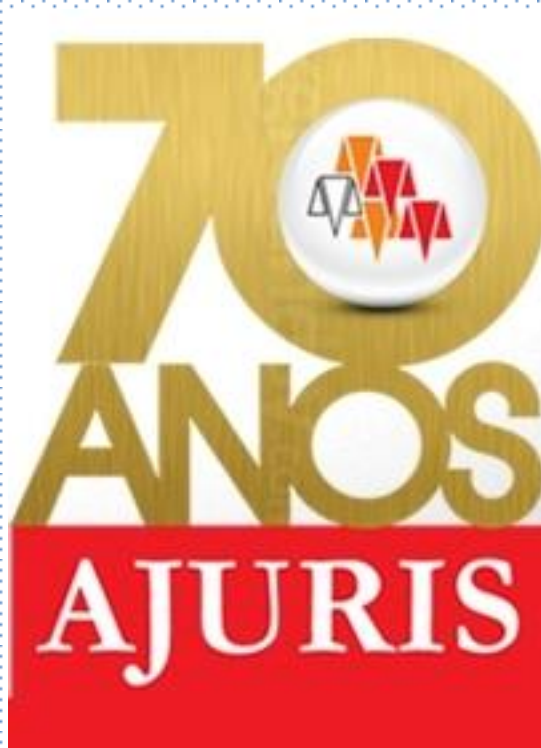
**Primeira eleição disputada em 35 anos.** Em assembleia geral, em dezembro de 1981, ele foi reconduzido à Presidência, sem enfrentar oposição.

## **VICE-PRESIDENTES DA GESTÃO (1981 A 1984)**

**Vice- Presidente Administrativo:** Guilherme Oliveira de Souza Castro

**Vice-Presidente Social- Cultural :** Sérgio Pilla da Silva

**Vice-Presidente de Finanças :** Bonorino Buttelli





## ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Em agosto de 1980, por iniciativa de **Cristóvam Daiello Moreira**, foi criada a **Escola Superior da Magistratura**, reconhecida pelo Tribunal de Justiça, por resolução do Órgão Especial, publicada no Diário da Justiça, de 18 de novembro de 1980



Foi a primeira Escola da Magistratura do Brasil e uma das primeiras do mundo. Em 1985, ganhou um regimento Interno, no qual o Diretor seria indicação do Presidente da AJURIS, com anuência do Presidente do Tribunal de Justiça

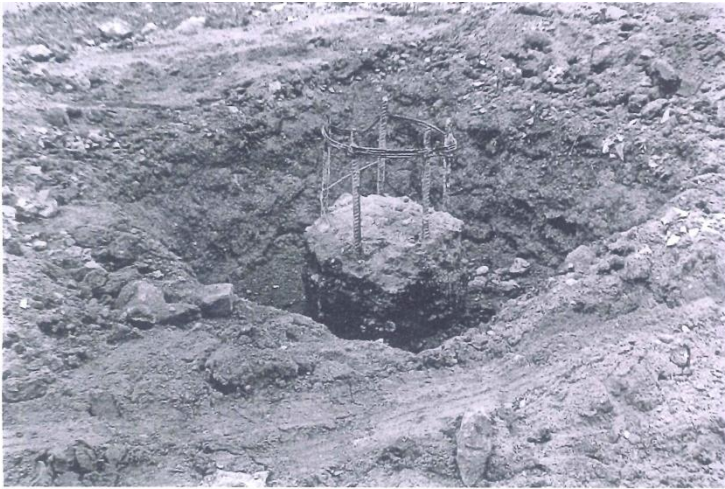
**A partir de 1984, atendendo as demandas das Coordenadorias, a ESM criou cursos com aproveitamento dos juizes do interior como professores e também facilitando acesso a cursos de pós-graduação nas Universidades**





Em 1985, também passou a promover cursos de preparação para o Ingresso na carreira e de aperfeiçoamento de magistrados e servidores  
**Passou a ocupar o atual prédio em 13 de março de 1995**

ACERVO PARTICULAR DES. CRISTOVAM DAIELLO MOREIRA

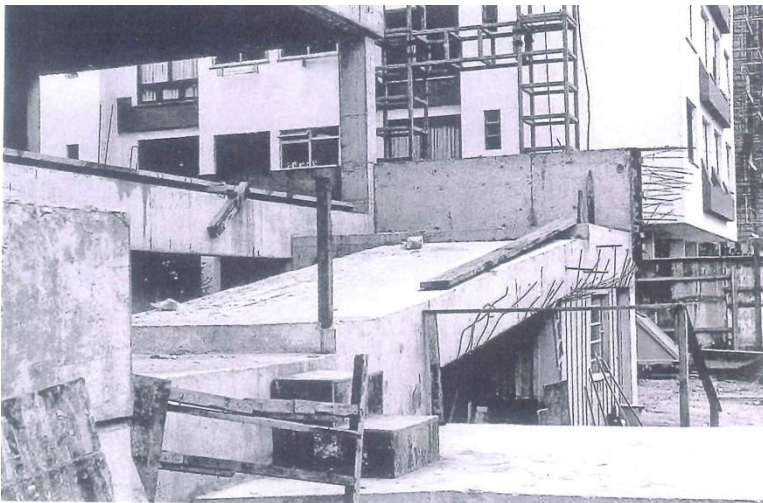


Pedra Fundamental do terreno para a construção da sede da Escola Superior da Magistratura, em 1985.

ACERVO PROJETO MEMÓRIA DA ESM

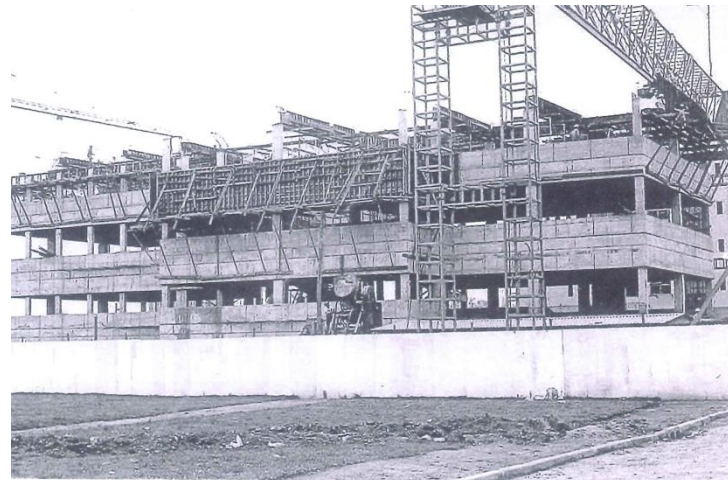


O idealizador da Escola, Cristovam Daiello Moreira, o 3º da esq. para direita, durante as primeiras realizações para andamento da obra da futura sede, em 1985.



ACERVO PARTICULAR MÁRCIA FORTUNATO DE MAGALHÃES

Vista frontal da rampa de acesso e floreira do prédio em fase de construção, em 1988.



ACERVO PARTICULAR MÁRCIA FORTUNATO DE MAGALHÃES

Vista parcial das lajes do prédio que correspondem ao 1º e 2º andares, em 1988.



Em 1996, a ESM passou a **organizar concursos públicos para a magistratura em diversos Estados**, sendo Tocantins o primeiro.




Em 29 de abril de 1997, foi inaugurada a **Biblioteca da Escola Superior da Magistratura** com significativo acervo





# Em 1998, a **Escola Superior da Magistratura** firmou convênio com a **UNISINOS**, o qual permitiu a instalação do Curso de Mestrado

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS  
REITORIA  
ASSESSORIA JURÍDICA



UNISINOS

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO -  
CIENTÍFICO - CULTURAL QUE ENTRE SI  
CELEBRAM A UNIVERSIDADE DO VALE  
DO RIO DOS SINOS E A ASSOCIAÇÃO  
DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL.

A **UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica, de caráter educativo, autorizada pelo Decreto-lei n.º 722/69, de 31 de julho de 1969, inscrita no CGC/MF sob n.º 92.959.006/0008-85, com sede na Av. UNISINOS, 950, em São Leopoldo, RS, neste ato representada por seu Reitor, Dr. Aloysio Bohnen, doravante denominada **UNISINOS**, e a **ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL - AJURIS**, associação civil, sem fins lucrativos, inscrita no CGC/MF sob n.º 92.965.748/0001-47, com sede na rua Celeste Gobatto, 229, em Porto Alegre, RS, neste ato representada por seu presidente, Desembargador Antonio Guilherme Tanger Jardim, pelo Diretor da Escola Superior da Magistratura, Desembargador Wilson Carlos Rodyez, e pelo Diretor do Centro de Ciências Jurídicas da UNISINOS, Sr. José Bernardo Ramos Boeira, doravante denominada **AJURIS**, celebram este termo de mútua cooperação, que se regerá pelas cláusulas e condições que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

As partes convenientes comprometem-se, mutuamente, a desenvolver esforços e a mobilizar recursos, com o propósito de, através de mútua cooperação e do intercâmbio técnico-científico e cultural, assegurar a expansão quantitativa e qualitativa de suas atividades-meio e-fim, de forma a possibilitar, através da realização de processo seletivo em turma especial, a participação dos Magistrados Estaduais no Curso de Mestrado em Direito da UNISINOS.

§ 1º - Os objetivos propostos por ambas as Instituições serão implementados pelo Centro de Ciências Jurídicas da **UNISINOS** e pela Escola Superior da Magistratura, de acordo com as oportunidades e interesses, através da celebração de Termo Aditivo específico.

§ 2º - Até o período de 02 (dois) meses antes do término de cada semestre, no máximo, as convenientes apresentarão, para mútua aprovação, projetos a serem executados a partir do semestre seguinte, sendo definidos, posteriormente, a participação, as responsabilidades e as obrigações de cada uma das Instituições.

Av. UNISINOS, 950 - Caixa Postal 275  
93022-000 São Leopoldo - RS - Brasil

Telefone: (051) 590-3333  
Fax: (051) 592-1035  
<http://www.unisinos.br>



No início dos anos 2000, introduziu-se o sistema de **formaturas e aos egressos da ESM** oportunizou-se a realização de estágio oficial com juízes no primeiro e segundo graus



Formatura no auditório da ESM no dia 29 de abril de 2006. Da esquerda para direita: Dr. Lauro Mazzini Panichi, Des. Donato João Sehnem, Dra. Andréia Resende Russo, Dr. Eugênio Facchini Neto, Des. Paulo de Tarso Vieira Sanseverino e Des. Vasco Della Giustina.

**Foto da Formatura da Turma  
do CPM da ESM, em 2006**



**Foto da Formatura da Turma  
do CPM da ESM, em 2009**

# **DIRETORES DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA**



**CRISTOVAM DAIELLO MOREIRA**  
**1980-1983**



**MILTON DOS SANTOS MARTINS**  
**1984-1985**

## **DIRETORES DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA**



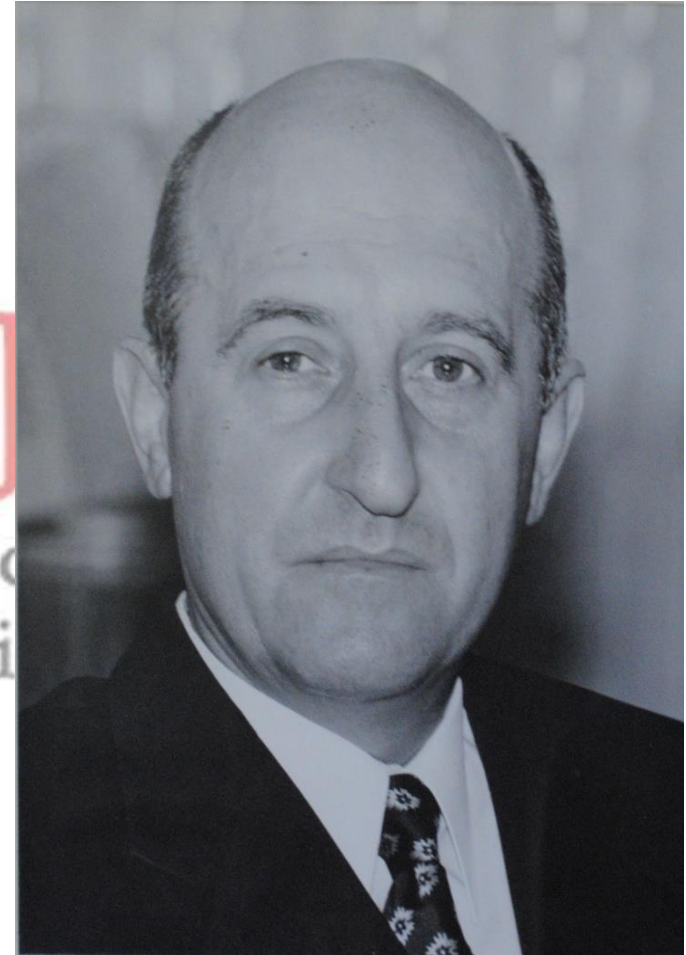
**RUY ROSADO DE AGUIAR JÚNIOR**  
**1986-1987**



**ELÁDIO LECEY**  
**1988-1991**



## DIRETORES DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA



**ANTONIO JANYR DALL'AGNOL JUNIOR    ANTONIO GUILHERME TANGER JARDIM**

**1992-1993                                  1994-1995**

**ANTONIO GUILHERME TANGER JARDIM**  
**1994-1995**

## **DIRETORES DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA**



**CLÁUDIO CALDEIRA ANTUNES**  
**1996-1997**

**AJ**  
Associação  
do Rio



**WILSON CARLOS RODYCZ**  
**1998-1999**

# **DIRETORES DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA**



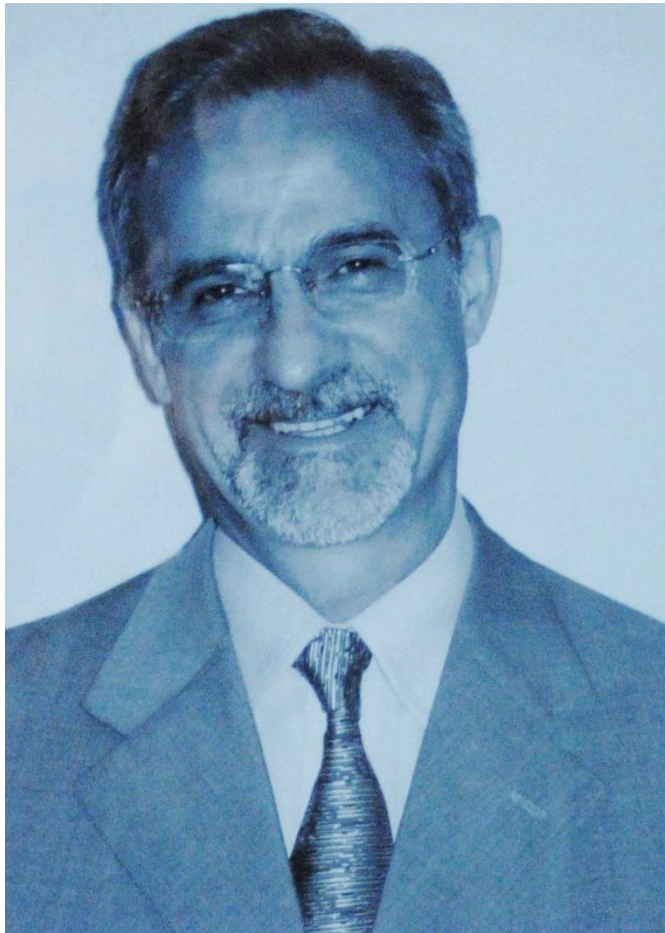
**JOSÉ ANTÔNIO PAGANELLA BOSCHI**  
**2000-2001**



**EDITH SALETE PRANDO**  
**NEPOMUCENO**  
**2002-2003**



## **DIRETORES DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA**



**EUGÊNIO FACCHINI NETO**  
**2004-2005**

**AJ**  
Associação  
do Rio

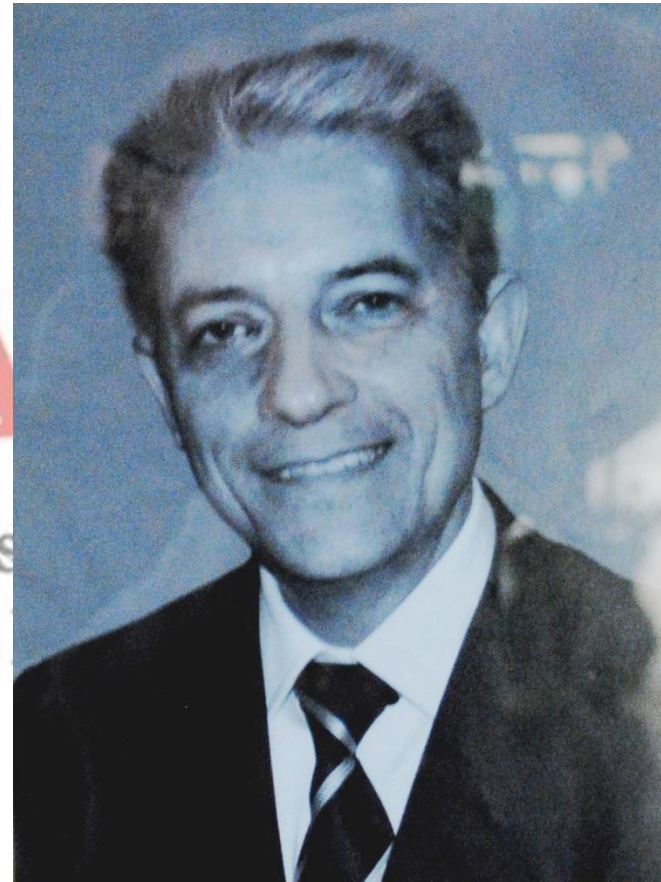


**PAULO DE TARSO VIEIRA SANSEVERINO**  
**2006-2007**

# **DIRETORES DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA**



**IRIS HELENA MEDEIROS NOGUEIRA**  
**2008-2009**



**RICARDO PIPPI SCHMIDT**  
**2010-2011**

# DIRETORES DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA



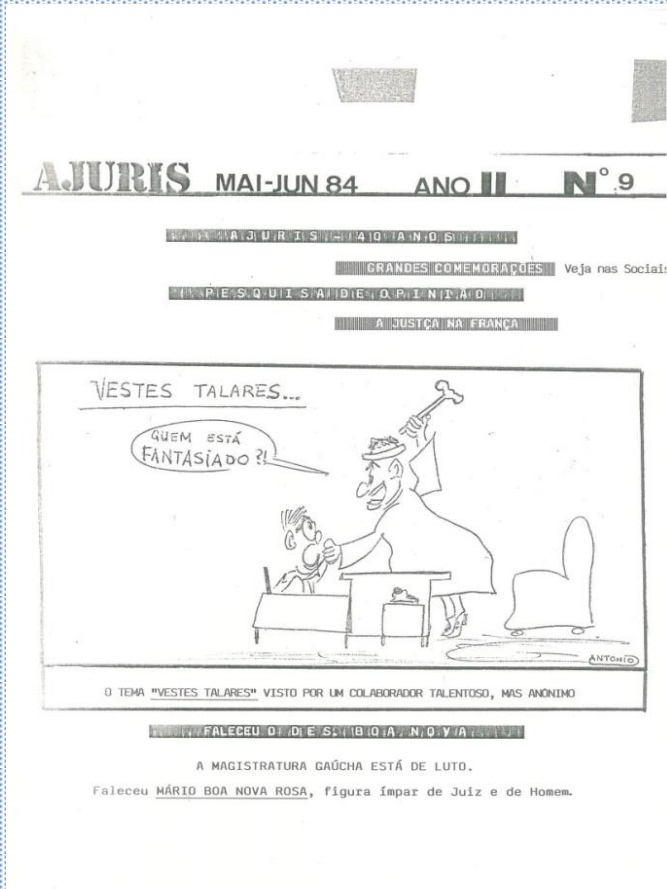
**ALBERTO DELGADO NETO**  
**2012-2013**



**CLÁUDIO LUIS MARTINEWSKI**  
**2014-2015 (atual Diretor)**



Em dezembro de 1982, estreou **“O Jararaca”**, sob inspiração de Juracy Vilela de Sousa, no qual continha notícias sociais e desportivas da AJURIS.



Em 1983, passou a veicular material de interesse geral da magistratura, mas continuou publicando os “causos” forenses. **A publicação foi até 1986.**

Em 1982, a **AJURIS** participou ativamente da implantação dos **Juizados de Pequenas Causas**, instalado primeiramente em Rio Grande, com a intenção de facilitar o acesso à Justiça





Participaram ativamente dos estudos os magistrados **Antonio Guilherme Tanger Jardim** e **Apody dos Reis**. Esta iniciativa foi pioneira do Brasil, passando ser instalada em várias Comarcas do Estado





Presidente da AJURIS  
**SÉRGIO PILLA DA SILVA**  
(GESTÃO de 1984 a 1986)



**URIS**

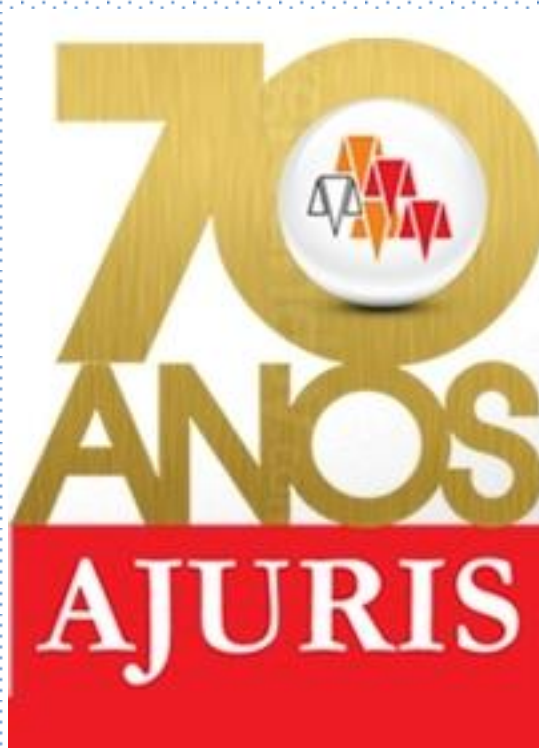
dos Juízes  
ande do Sul

## **VICE-PRESIDENTES DA GESTÃO (1984 A 1986)**

**Vice- Presidente Administrativo:** José Eugênio Tedesco

**Vice-Presidente Social- Cultural :** Milton dos Santos Martins

**Vice-Presidente de Finanças :** Moacir Danilo Rodrigues



Presidente da AJURIS  
**IVO GABRIEL DA CUNHA**  
(GESTÃO 1986 a 1988)



**URIS**

o dos Juízes  
ande do Sul

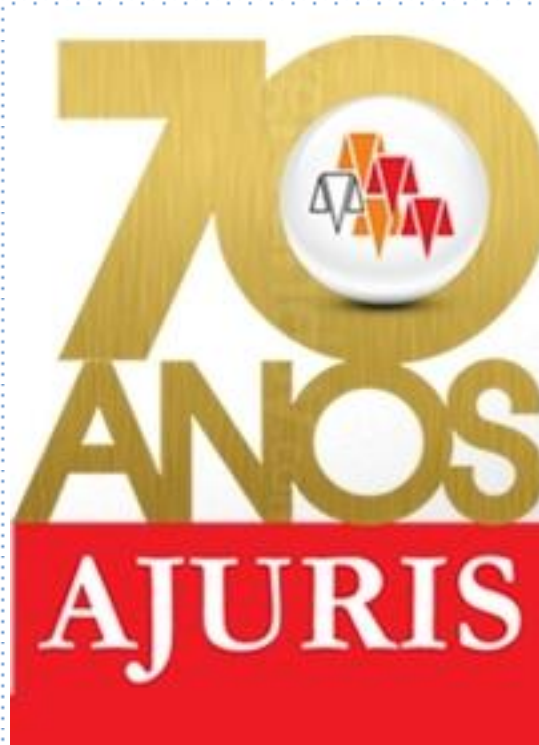


## **VICE-PRESIDENTES DA GESTÃO (1986 A 1988)**

**Vice-Presidente Administrativo:** Valcio Duarte Peixoto

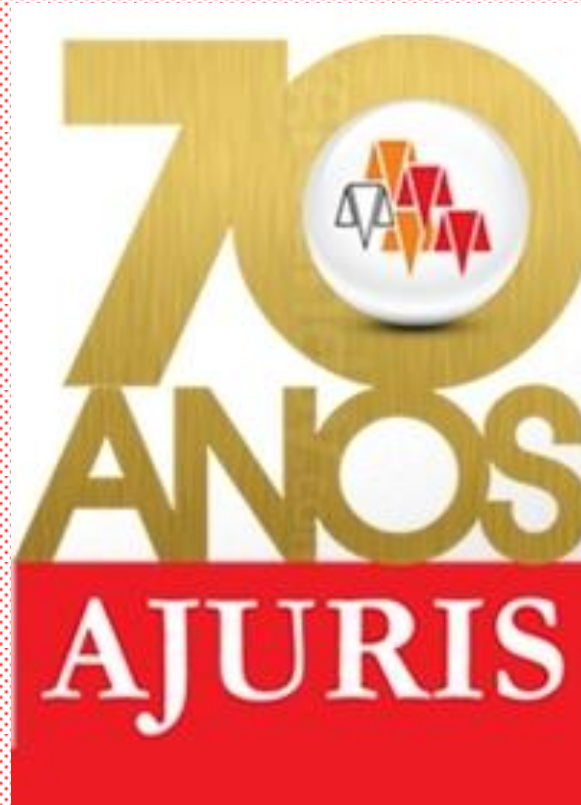
**Vice-Presidente Social-Cultural:** Antonio Vilela do Amaral Braga

**Vice-Presidente de Finanças:** Osvaldo Stefanello



**Primeira vez na história houve uma greve de juízes**

**Em dezembro de 1987, primeira greve da magistratura, conduzida pela AJURIS, em razão da baixa remuneração**



Em **1987-1988 (constituante federal)** e **1989 (constituente estadual)**, a AJURIS colheu sugestões dos associados e acompanhou o **trabalho da Constituinte**, além de encaminhar o que foi coletado aos congressistas



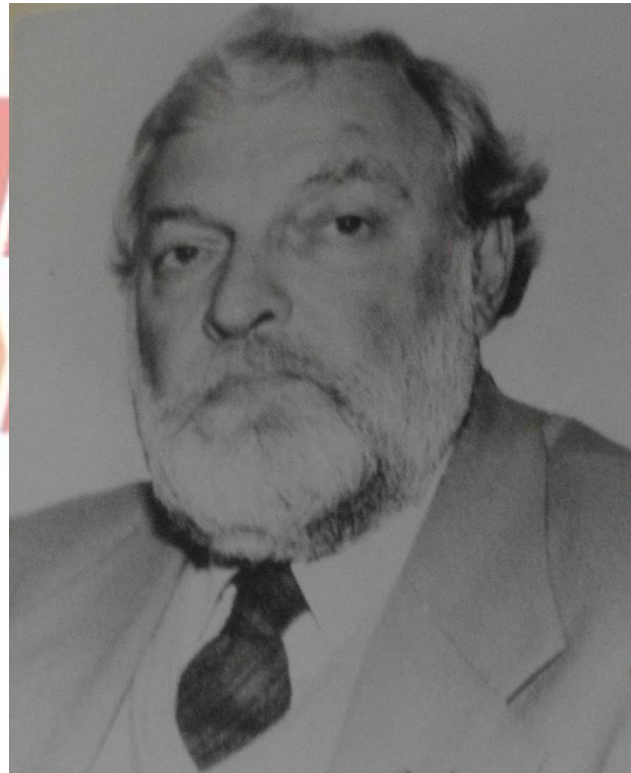
AJURIS  
Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul

*PROPOSTAS  
DA ASSOCIAÇÃO  
DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL  
À ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE*

Porto Alegre  
1987



Presidente da AJURIS  
**OSVALDO STEFANELLO**  
(GESTÃO de 1988 a 1990)



**AJURIS**  
Associação dos Juizes  
do Sul

## **VICE-PRESIDENTES DA GESTÃO (1988 A 1990)**

**Vice- Presidente Administrativo:** Élvio Schuch Pinto

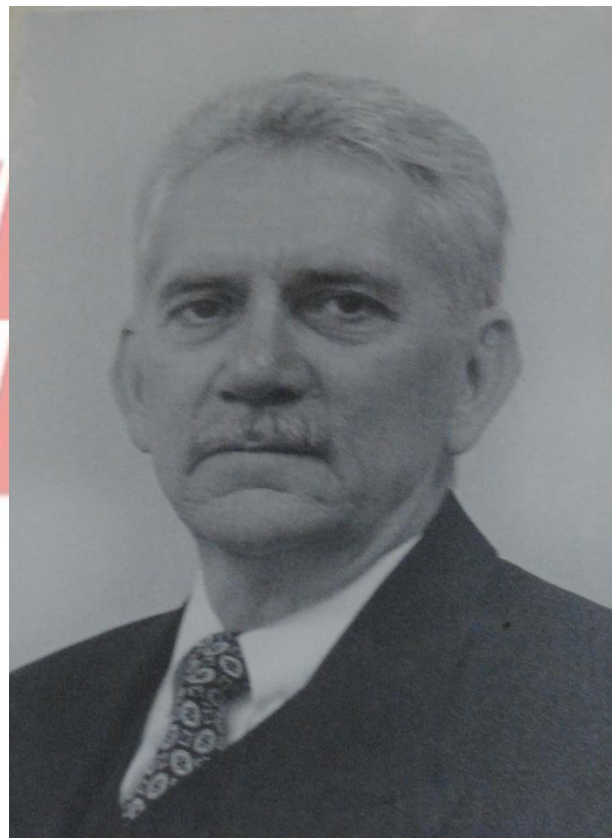
**Vice-Presidente Social:** Marco Antônio Barbosa Leal

**Vice-Presidente Cultural:** Cacildo de Andrade Xavier

**Vice-Presidente do Patrimônio e Finanças :** Celso dos Santos Rodriguez



Presidente da AJURIS  
**ÉLVIO SCHUCH PINTO**  
(GESTÃO de 1990 a 1991)



**RIS**  
dos Juízes  
do Sul



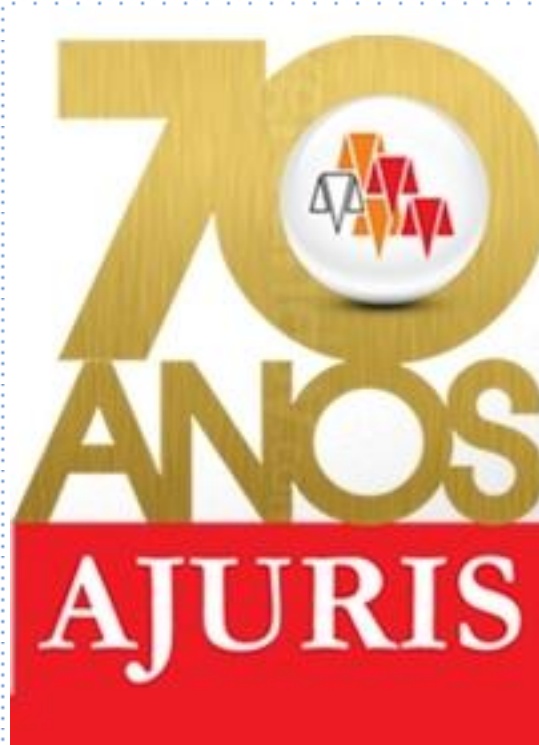
## **VICE-PRESIDENTES DA GESTÃO (1990 A 1991)**

**Vice- Presidente Administrativo:** Luiz Fernando Koch

**Vice-Presidente Social:** Carlos Alberto Adami da Silva

**Vice-Presidente Cultural :** Eládio Luiz da Silva Lecey

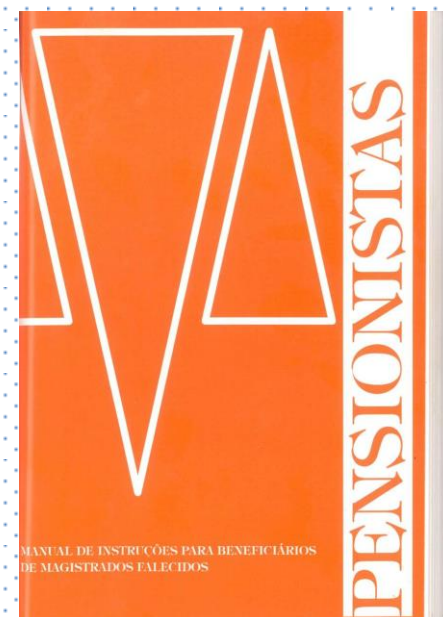
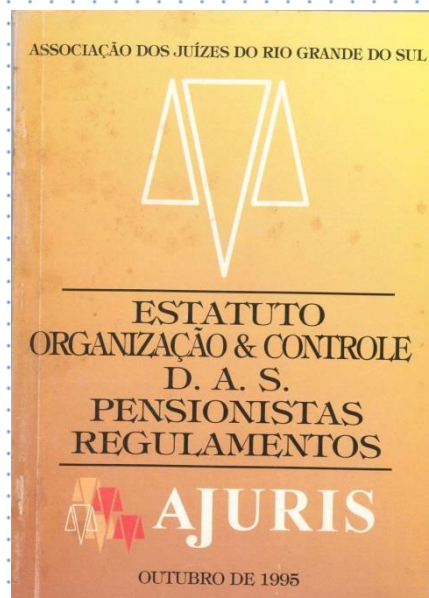
**Vice-Presidente do Patrimônio e Finanças :** Analúcia Paiva



**No dia 01 de julho de 1991, foi fundado o Departamento de Pensionistas,  
tendo como primeira Diretora Eneida Barbosa**



**Em 19 de abril de 1995, houve a organização do Manual de Instruções para Beneficiários de Magistrados falecidos**



**Em 2003, a metodologia do Departamento foi levada à AMB e começou a ser distribuída pelo Brasil**



Em 1990 foi criado o **Departamento de Aposentados**, que teve como Diretor, por mais de 20 anos, o **Dr. Luiz Gaspar Beck da Silva**



**Dr. Gaspar recebe o alfinete de jubilado do  
Des. Aquino**

*Diretor recebe alfinete com o logotipo da AJURIS do presidente José Aquino*

# Eventos realizados pelo Departamento de Aposentados e homenagem realizada ao Dr. Luiz Gaspar Beck da Silva em 2014





Em 1991 a AJURIS organizou o **I CONGRESSO ESTADUAL DA MAGISTRATURA**; PORTO ALEGRE – FORO CENTRAL, 08, 09 E 10 DE AGOSTO/1991, “PENA DE MORTE E A POLITICIDADE DO JUIZ” -



**Iº CONGRESSO ESTADUAL DE MAGISTRADOS**

PORTO ALEGRE, 8-9 E 10 DE AGOSTO DE 1991.

Foto Rocha Fone: 28.4216



## **II CONGRESSO DE MAGISTRADOS ESTADUAIS**

PORTO ALEGRE – FORO CENTRAL

01, 02 E 03 DE SETEMBRO/1994

“O JUDICIÁRIO A SERVIÇO DA SOCIEDADE”

## **III CONGRESSO DE MAGISTRADOS ESTADUAIS**

PORTO ALEGRE – ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA E FORO CENTRAL

09 E 10 DE NOVEMBRO DE 1995

“A REFORMA CONSTITUCIONAL”

## **IV CONGRESSO DE MAGISTRADOS ESTADUAIS**

BENTO GONÇALVES – HOTEL DALL’ONDER

16,17 E 18 DE AGOSTO DE 2001

“DEMOCRATIZAÇÃO INTERNA DO PODER JUDICIÁRIO”

**V CONGRESSO DE MAGISTRADOS ESTADUAIS**  
**CAXIAS DO SUL – HOTEL INTERCITY PREMIUM**  
**11, 12 E 13 DE SETEMBRO DE 2003**  
**“ACESSO À JUSTIÇA E EFETIVIDADE DA JURISDIÇÃO”**



**Presidente da AJURIS José Aquino discursa na abertura do Congresso**

**VI CONGRESSO DE MAGISTRADOS ESTADUAIS**  
**SANTANA DO LIVRAMENTO – CENTRO DE CONVENÇÕES DO HOTEL**  
**JANDAIA**  
**29, 30 DE SETEMBRO E 1º DE OUTUBRO DE 2005**



*Abertura do Congresso, no Hotel Jandaia, reuniu centenas de magistrados interessados em assistir às palestras inaugurais*



**VII CONGRESSO DE MAGISTRADOS ESTADUAIS**  
**GRAMADO – HOTEL SERRA AZUL**  
**27, 28 E 29 DE SETEMBRO DE 2007**  
**“A EVOLUÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO”**  
**“O JUDICIÁRIO DO SÉCULO XXI”**

**VIII CONGRESSO DE MAGISTRADOS ESTADUAIS**  
**PELOTAS – FENADOCE**  
**18, 19 E 20 DE JUNHO DE 2009**  
**“O PODER JUDICIÁRIO E A CONCRETIZAÇÃO DOS**  
**DIREITOS HUMANOS”**

**IX CONGRESSO DE MAGISTRADOS ESTADUAIS**  
**GRAMADO – RS**  
**29 DE SETEMBRO A 1º DE OUTUBRO DE 2011**  
**“JUSTIÇA ESTADUAL: PACTO FEDERATIVO E**  
**DEMOCRACIA”**



**X CONGRESSO DE MAGISTRADOS ESTADUAIS**  
**HOTEL JANDAIA – SANTANA DO LIVRAMENTO – RS**  
**26 E 27 DE SETEMBRO DE 2013**

**“MAGISTRATURA: PARA ONDE VAMOS? A INSTITUIÇÃO E A ÉTICA”**



Presidente da AJURIS  
**MARCO ANTONIO BARBOSA LEAL**  
(GESTÃO de 1992 a 1993)



**RIS**

dos Juízes  
de do Sul



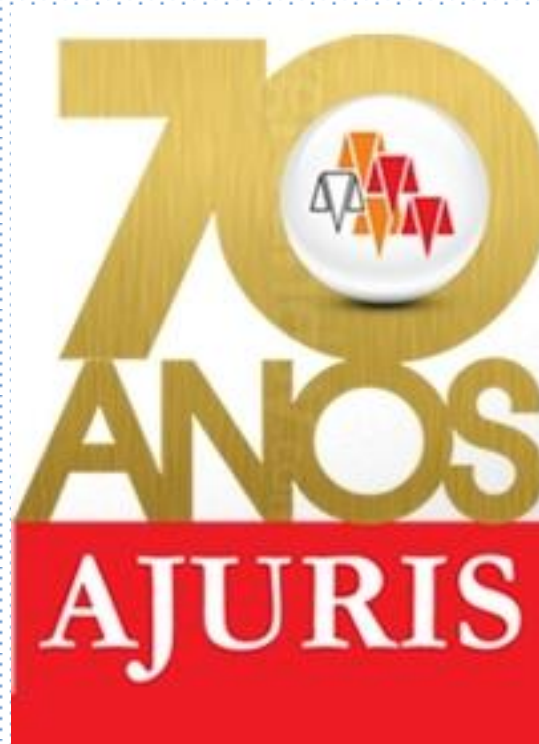
## **VICE-PRESIDENTES DA GESTÃO (1992 A 1993)**

**Vice- Presidente Administrativo:** Guinter Spode

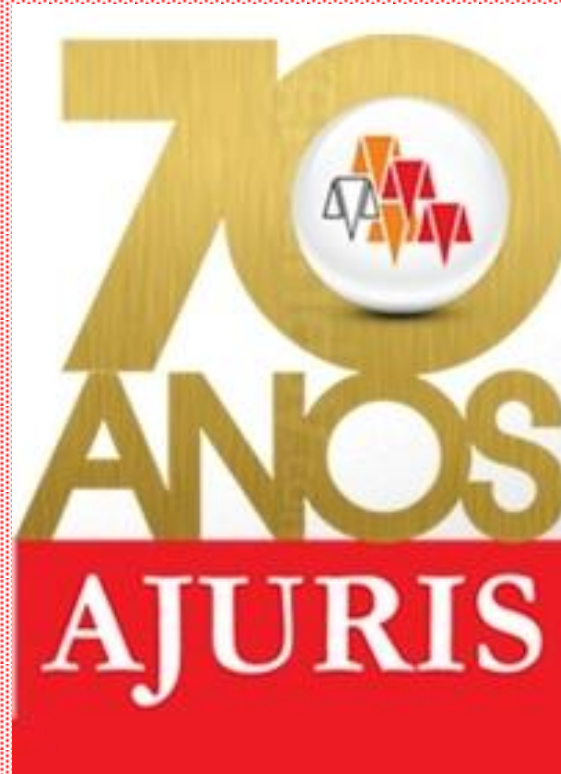
**Vice-Presidente Social:** Marco Antônio Bandeira Scapini

**Vice-Presidente Cultural:** Márcio Oliveira Puggina

**Vice-Presidente Patrimônio e Finanças:** Talai Djalma Selistre

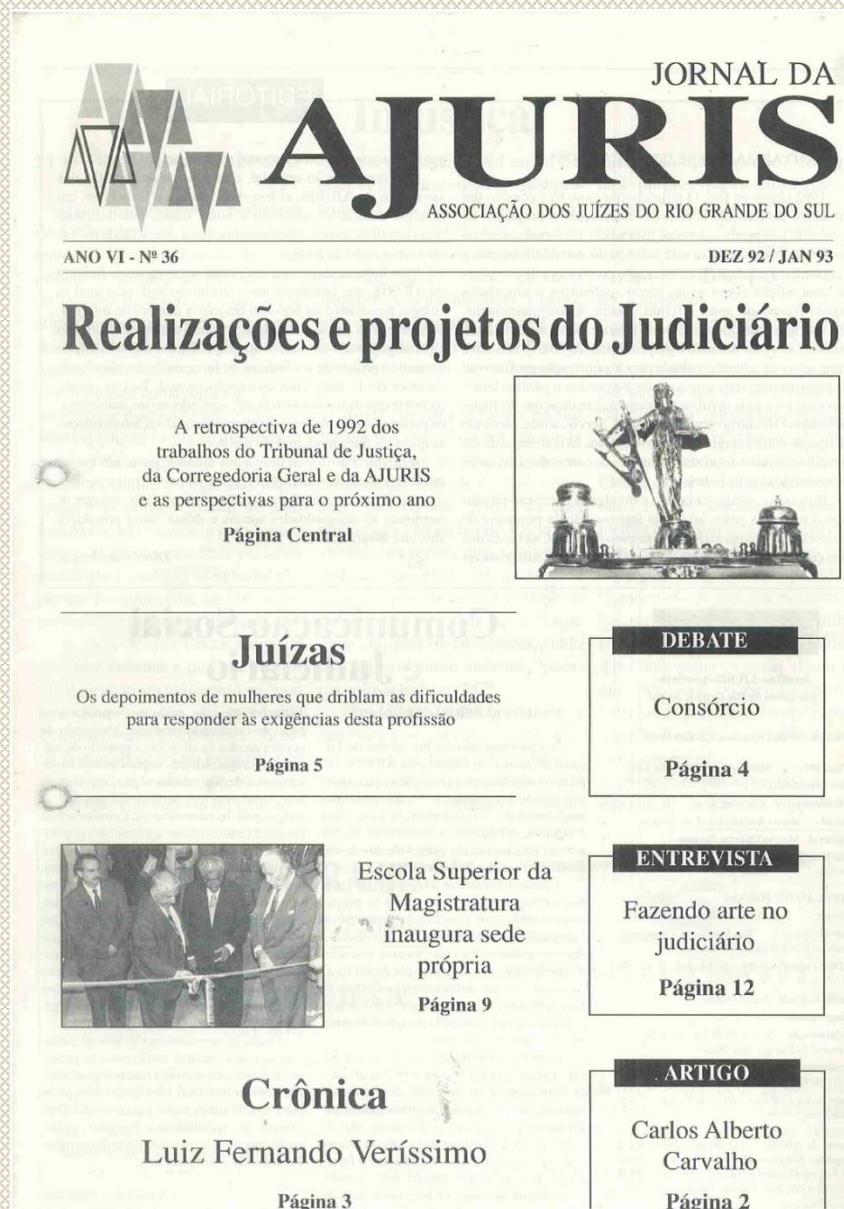


Em 1992, a **direção concentrou-se no debate sobre a revisão constitucional**, programada para iniciar-se no dia 05 de outubro de 1993. Para tanto, estendeu o debate às Coordenadorias e todas as sugestões aventadas foram apresentadas em um Seminário, realizado em novembro



No mesmo ano, a AJURIS iniciou uma campanha para que as sessões do **Conselho da Magistratura** fossem abertas e suas decisões ganhassem ampla divulgação.

Em 1992, foi criada a **assessoria de imprensa da AJURIS** e profissionalizou seus instrumentos comunicação interna



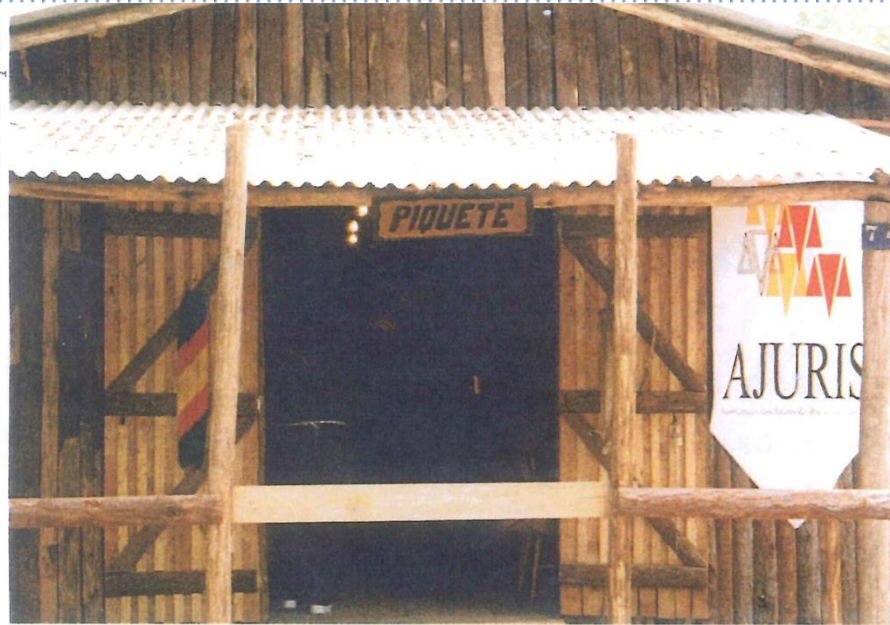


**Em 03 de julho de 1993, no Galpão Crioulo da Sede Campestre foi realizado o Primeiro Encontro Musical da Magistratura**

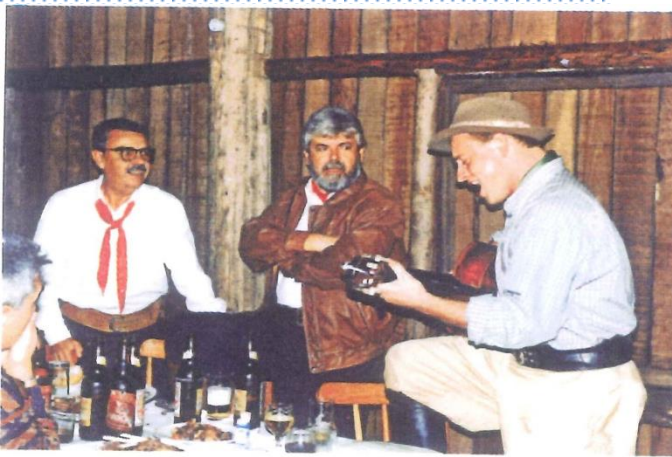


Em 1993, foi criado o **Departamento de Cultura Gaúcha**

Claudia Chiquitelli



*Piquete no Parque da Harmonia em 2002*



Tertúlia Nativista da Sede Campestre, 1995.  
José Flores, João Carlos Brum, Roberto Lopes Filho



Reunião realizada  
no piquete montado no  
Parque da Harmonia

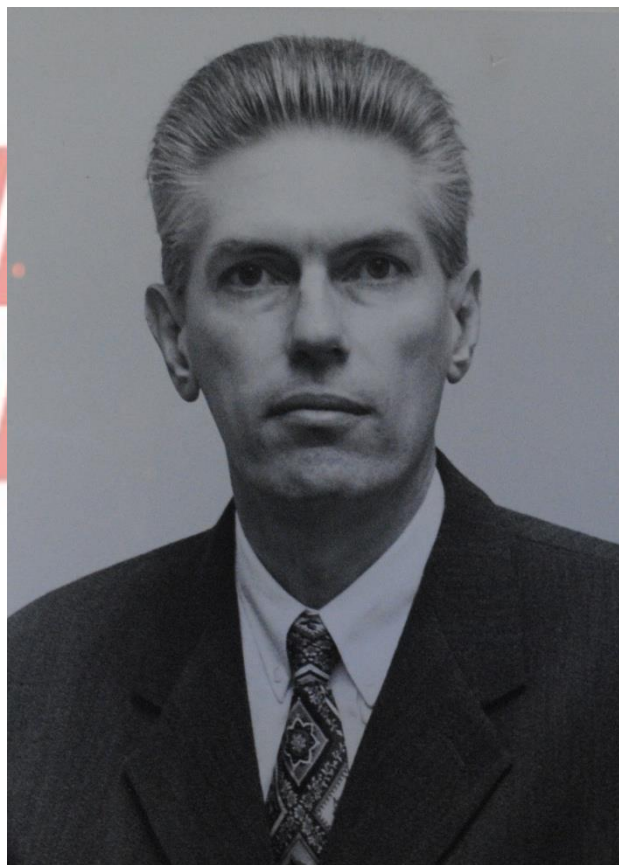


Em 1993, também foi criado o **Coral da AJURIS**





Presidente da AJURIS  
**GUINThER SPODE**  
(GESTÃO de 1994 a 1995)



**RIS**  
dos Juízes  
nde do Sul

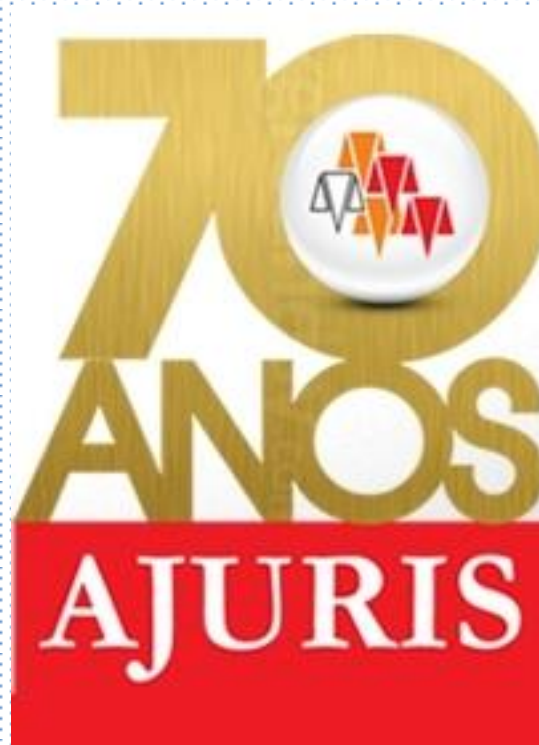
## **VICE-PRESIDENTES DA GESTÃO (1994 A 1995)**

**Vice- Presidente Administrativo:** Claudio Baldino Maciel

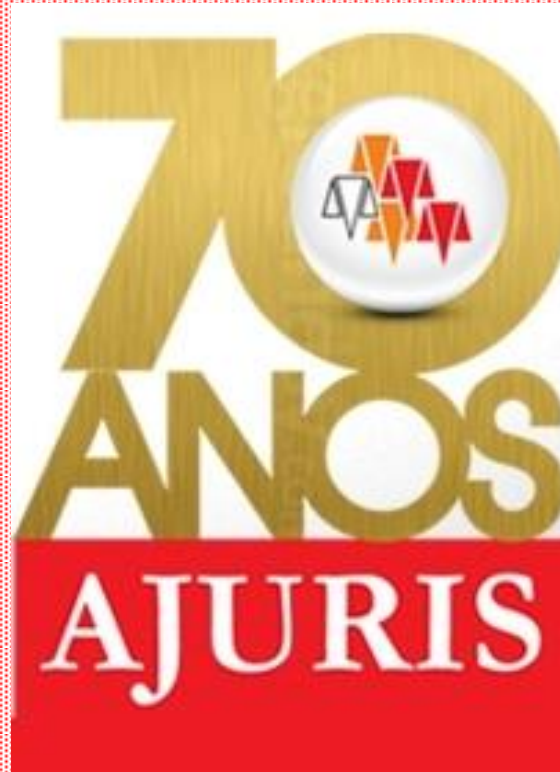
**Vice-Presidente Social:** Ronaldo Adi Barão Castro da Silva

**Vice-Presidente Cultural:** Antônio Janyr Dall'agnol Júnior

**Vice-Presidente Patrimônio e Finanças:** Talai Djalma Selistre



Em 27 de maio de 1994, foi pedido pela AJURIS a instalação de uma **Comissão Parlamentar de Inquérito** para investigar a caótica situação do sistema carcerário gaúcho





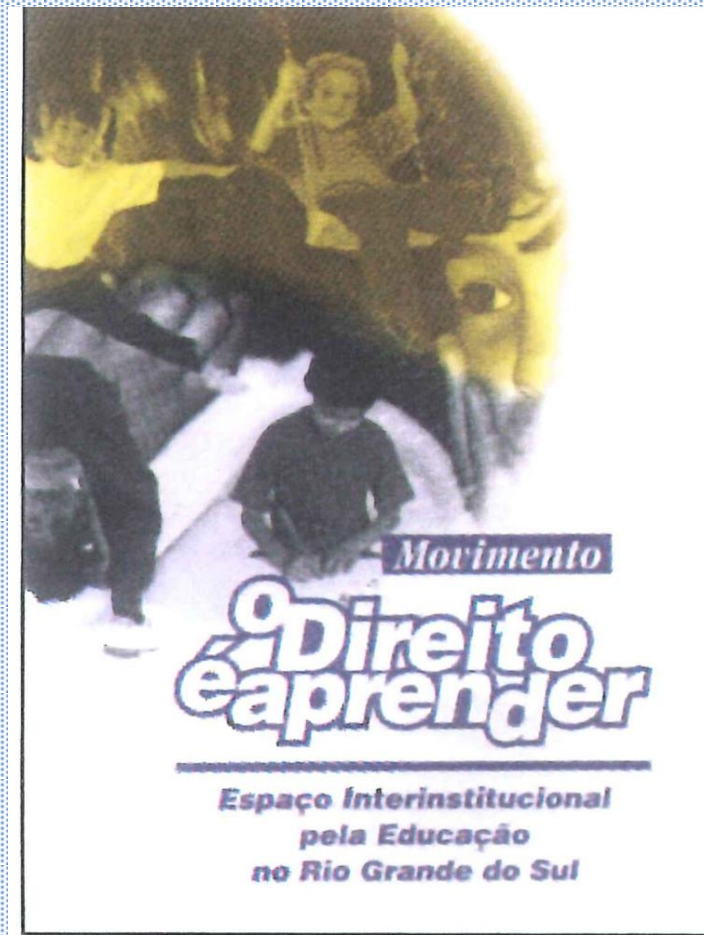
**Em 1994, foi comemorado o cinquentenário da AJURIS.**  
Uma das atividades foi um concerto da OSPA



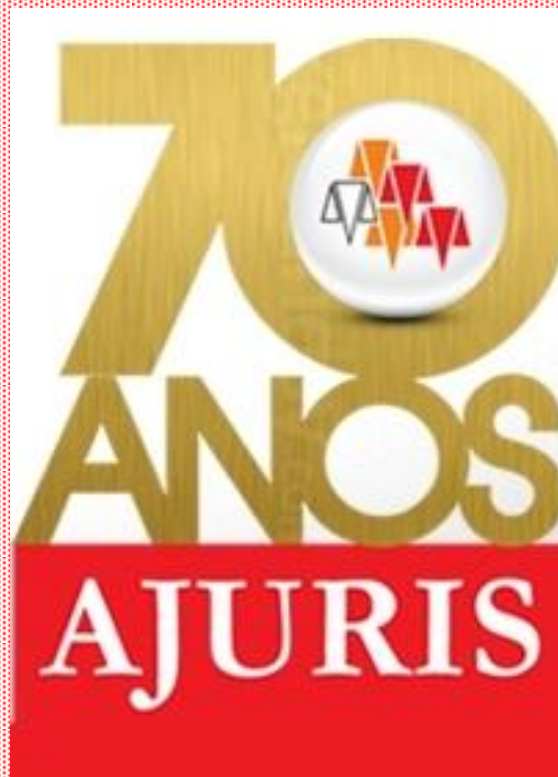
*Acerio Memória Ajuris*

Recital em comemoração ao 50º aniversário da Ajuris,  
Theatro São Pedro, agosto de 1994.

Em outubro de 1994, foi iniciado o **Projeto “O Direito é Aprender”**, com o objetivo de capacitar os magistrados e promotores sobre a legislação específica para difundir a consciência na população sobre a importância de assegurar o ensino básico.



Em 1994, AJURIS em parceria com a AMB e AJUFE organizou o  
**Encontro Jurídico Brasileiro-Uruguaio**



Em setembro de 1994, a AJURIS realizou a oficina de capacitação e  
gênero, denominada “Vigiadas e Punidas”



**Em 1994, a AJURIS e a ESM promoveram uma série de encontros para debater as relações entre a imprensa e o Judiciário**



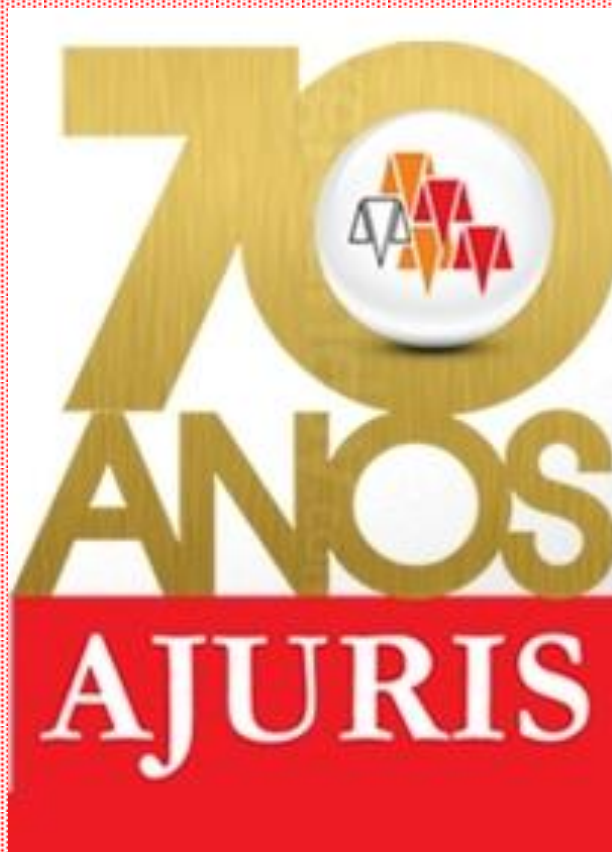
*Palestrantes discutiram o direito à informação e a independência do juiz*

Em 1994, foi criado o **Departamento de Consórcios**



**Atualmente, conta 399 participantes**

Em 1995, a AJURIS iniciou as atividades de oposição à **Reforma da Previdência Social**, com a realização de diversos seminários, assembleias e palestras para debater o tema



Em novembro de 1998, juntamente com outras entidades a AJURIS intensificou o **movimento contra a Reforma da Previdência**, em votação no Congresso Nacional



Em 1995, foi editado o **CD-ROM da Biblioteca Nacional dos Direitos da Criança** - com a coordenação do juiz **Leoberto Brancher**, em colaboração com o UNICEF



COLE  
O SELO  
AQUI

**Biblioteca  
Nacional  
dos Direitos  
da Criança**

CELESTE CORRATO, Nº 10 - 11ª ANDAR  
CEP 90110-160 - PORTO ALEGRE  
FONE (051) 224 4799 - FAX (051) 224 6844

AJURIS FUNDAÇÃO  
BANCO DO BRASIL unicef

DIFICULDADES DE INSTALAÇÃO?

Entre em contato conosco.  
Envie este cupom por fax ou e-mail para nosso suporte técnico.  
Endereço: Rua Dr. José Montauri, 1364  
Fax: (051) 224 4799

Descreva o problema ocorrido:

Qual a configuração de seu equipamento?

CPU Marca: \_\_\_\_\_ Modelo: \_\_\_\_\_  
Processador: \_\_\_\_\_

Placa de vídeo Marca: \_\_\_\_\_ Modelo: \_\_\_\_\_

Capacidade(Mb) \_\_\_\_\_ Resolução \_\_\_\_\_ Nºcores \_\_\_\_\_  
Drive CD-Rom Marca: \_\_\_\_\_ Modelo: \_\_\_\_\_ Velocid. \_\_\_\_\_

Disco Rígido Marca: \_\_\_\_\_ Modelo: \_\_\_\_\_ Capac.(Mb) \_\_\_\_\_

Placa de Som Marca: \_\_\_\_\_ Modelo: \_\_\_\_\_ ☐ 8 bits ☐ 16 bits

Monitor ☐ Colorido ☐ Monocromático

Windows Versão \_\_\_\_\_ ☐ Rede ☐ Estação Isolada

Qual a letra correspondente ao seu disco rígido?

Qual a letra correspondente a sua unidade de CD-Rom?

Observações: \_\_\_\_\_

A SUA Cópia DO CD-ROM DEVE SER CONTINUADA PARA FACILITAR O SEU ACESSO AO BANCO DE DADOS. É PRINCIPALMENTE PARA PODERMOS MANTER O BANCO DE DADOS ATUALIZADO. AS CÓPIAS DO CD-ROM E CÉDULAS DESENVOLVIDAS NA ÁREA DE ATUALIZAÇÃO.

NOME/INSTITUIÇÃO \_\_\_\_\_

TIPO DE ATIVIDADE \_\_\_\_\_

ENDEREÇO \_\_\_\_\_

BAIRRO \_\_\_\_\_

TELEFONE \_\_\_\_\_

FAX \_\_\_\_\_

CIDADE \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_

ESTADO \_\_\_\_\_

EQUIPAMENTO \_\_\_\_\_

SE VOCÊ OU SUA INSTITUIÇÃO PODER OU PODER CONHECER ALGUÉM TRABALHANDO QUE POSSA SER PUBLICADO EM NOVAS EDIÇÕES DA BIBLIOTECA, REMETA UM E-MAIL AUTORIZANDO A PUBLICAÇÃO SEM DADOS PARA AJURIS.

**Biblioteca  
Nacional  
dos Direitos  
da Criança**

Em 1995, iniciou-se o **Projeto DivulgaArte**, com o objetivo de incentivar a produção artística dos associados e seus familiares



Curso de aquarela, abril de 1997.



Em 02 de fevereiro de 1995, em Torres, foi realizada a  
**1ª Festa na Praia**





Em 25 de agosto de 1995, aprovou-se a criação da **Mútua**, um plano coletivo de assistência financeira



**Atualmente conta com 600  
participantes**

Presidente da AJURIS  
**CLÁUDIO BALDINO MACIEL**  
(GESTÃO de 1996 a 1997)



**URIS**  
o dos Juízes  
ande do Sul

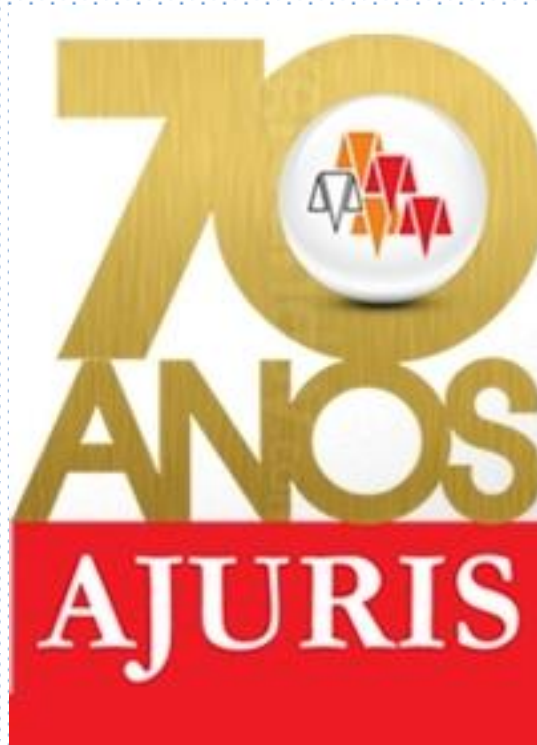
## **VICE-PRESIDENTES DA GESTÃO (1996 A 1997)**

**Vice- Presidente Administrativo:** Marcio Oliveira Puggina

**Vice-Presidente Social :** Saulo Brum Leal


**Vice-Presidente Cultural :** Eládio Luiz da Silva Lecey

**Vice-Presidente Patrimônio e Finanças :** Ronaldo Adi Barão Castro da Silva





No primeiro semestre de 1996, a **AJURIS** repudiou a situação de não repasse das verbas previstas para o Judiciário, pedindo intervenção federal, por meio de nota, mobilizando-se em assembleia geral extraordinária



**BOLETIM DA AJURIS**  
ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL

ANO V Nº 65 2ª SEMANA DE MAIO/96

**I SEMINÁRIO DE GERENCIAMENTO SERÁ REALIZADO EM JUNHO**

Conforme foi noticiado na edição nº 62 do Boletim (mês de abril), a AJURIS, com o objetivo de concretizar a democratização das instâncias deliberativas, realizará seminários de gerenciamento, que terão a função de estabelecer o planejamento econômico e administrativo. Concretizando esta linha de atuação, a Associação organizará, no período de 27 a 30 de junho, seu I SEMINÁRIO DE GERENCIAMENTO. A Presidência da AJURIS lembra que o êxito desta modalidade democrática de administração depende da participação de todos, por isso, solicita que, desde já, os colegas agendem estas datas. Confira abaixo o programa provisório do evento:

**PROGRAMA PROVISÓRIO DO I SEMINÁRIO DE GERENCIAMENTO**

**ESBOÇO DO PROGRAMA:**

DATA/HORÁRIO	LOCAL	ATIVIDADE
27 JUN tarde 18h noite	ESM ESM	Conferência a cargo da ESM AJURIS/CULTURAL Livre
28 JUN manhã tarde noite	ESM ESM	Conferência a cargo da ESM I SEM DE GERENCIAMENTO Ativ.alternativa p/acompanhantes Jantar/atuação musical de juizes
29 JUN manhã tarde	Livre S.CAMP S.CAMP S.CAMP GERMÂNIA	Prog.esportiva: futebol/tênis Café Colonial com Buffet Di Pacini Recreação para crianças Jantar no Rest.Soc.Germânia
30 JUN manhã	S.CAMP S.CAMP	Continuação da prog. esportiva Churrasco de encerramento

**AJURIS PASSARÁ A FUNCIONAR NA ESCOLA**

A sede administrativa da AJURIS, que atualmente funciona no Foro Central, terá, nos próximos dias, seus escritórios instalados no 5º andar da Escola Superior da Magistratura, localizada na rua Celeste Gobbato, nº 229 - Porto Alegre.

**REPASSE DE VERBAS ASSOCIAÇÃO MANIFESTA SUA INCONFORMIDADE AO PRESIDENTE DO STF**

No dia 24 de abril, o Presidente da AJURIS, colega Cláudio Baldino Maciel, enviou ofício ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Sepúlveda Pertence, manifestando a preocupação da magistratura gaúcha com relação aos atrasos nos repasses dos duodécimos e no pagamento dos precatórios. Leia abaixo, na íntegra, o texto do referido ofício:

Senhor Presidente:

Os magistrados gaúchos vêm manifestar sua preocupação com a anunciada visita dos Governadores de Estado à mais alta Corte de Justiça dignamente presidida por Vossa Excelência.

Anuncia-se, pela mídia, que, dentre os objetivos da visita, se incluiria o de pedir o beneplácito da Corte Suprema para os atrasos nos repasses dos duodécimos e o pagamento dos precatórios.

O Judiciário gaúcho vive, presentemente, dramática e aviltante situação de ter que reiterar pedidos de repasses de suas verbas orçamentárias em atraso superior a R\$57.000.000,00.

Resta, assim, comprometida a autonomia orçamentária e as condições objetivas para o exercício independente do Poder Jurisdicional.

Vossa Excelência tem, nesta, e em outras questões, assumido a liderança efetiva do Poder que preside a nível nacional. Por isso, a par de sua preocupação, a magistratura gaúcha quer expressar igualmente a confiança no firme posicionamento de Vossa Excelência ante o tão insistentemente anunciado objetivo.

Na oportunidade, reiteramos protestos de consideração e apreço enviando Cordiais Saudações.

CLÁUDIO BALDINO MACIEL  
PRESIDENTE DA AJURIS

**ASSOCIAÇÃO CONVOCA MAGISTRADOS PARA ASSEMBLÉIA GERAL**

A Associação mantém seu posicionamento político com relação ao repasse de verbas do Executivo ao Judiciário gaúcho. Firme em sua linha de atuação, a AJURIS quer dar continuidade a esta discussão. Para isto convoca todos os magistrados estaduais para a Assembleia Extraordinária, que se realizará no dia 24 de maio, às 14h, no auditório da Escola Superior da Magistratura, Rua Celeste Gobbato, 229. Além do repasse dos duodécimos do Judiciário, a questão da Lei do Teto, em tramitação na Assembleia Legislativa, será debatida neste encontro da magistratura gaúcha.





## **Em 17 de maio de 1996 ocorreu a 1ª reunião conjunta do Conselho Executivo com as Coordenadorias, em Caxias do Sul**

### **CONSELHO EXECUTIVO REALIZA REUNIÃO CONJUNTA COM COORDENADORIAS DO INTERIOR**

Com a presença do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Adroaldo Furtado Fabrício, do Presidente da AJURIS, Cláudio Baldino Maciel e demais membros da Diretoria da Associação, realizou-se no dia 17 de maio, às 14 horas, em Caxias do Sul, a reunião conjunta do Conselho Executivo da AJURIS com a 4ª e com a 9ª coordenadoria. A abertura dos trabalhos foi realizada pelo desembargador Fabrício, sendo que durante o encontro, que contou com a presença de mais de 45 colegas, o Presidente da AJURIS fez um his-

tórico das realizações da Associação até o presente momento, abordando, principalmente, o problema dos vencimentos da classe e as medidas que estão sendo adotadas sobre este assunto. Também os membros da Diretoria da AJURIS efetuaram uma exposição do que pretendem realizar em seus respectivos departamentos. Após a reunião, a Diretora do Foro de Caxias do Sul, colega Ketlin Casagrande, e os coordenadores Rinez da Trindade e Carlos Eduardo Richinitti ofereceram um coquetel aos participantes do encontro.



Em junho de 1997, ocorreu o **I Seminário de Gerenciamento Compartilhado**, em Pelotas





#### Ação do Judiciário gaúcho inova na preparação dos candidatos a juizes

Candidatos à Magistratura no RS realizaram pesquisa inédita que visa melhorar o Judiciário do Estado.

**Crescimento coletivo, por Rute dos Santos Rossetto**

Artigo da diretora do Departamento de Comunicação da AJURIS publicado no portal O Sul desta segunda-feira.

Magistrados colaboram em APP contra a violência doméstica

Projeto de APP premiado no concurso Desafio Social Google 2013 está em fase de aperfeiçoamento.

Pinacoteca da AJURIS apresenta exposição Talvez

A visitação poderá ser realizada até o dia 20 de agosto, de segunda a sexta, das 9h às 21h.

#### NOTÍCIAS

#### ACESSE



#### Ação inova na preparação dos candidatos a juizes

Os candidatos à Magistratura que estão na última etapa do concurso para juiz de Direito do Estado do Rio Grande do Sul participaram, na tarde desta sexta-feira (25/7), de uma pesquisa inédita, realizada diretamente com a população. As respostas que obtiveram durante o exercício vão servir para que o Poder Judiciário tenha em mãos dados [...]

Compartilhe:



#### Notícias Gerais

Comissão que estudou competências jurisdicionais do 2º grau entrega relatório

Juizes levaram experiência brasileira ao Congresso Mundial de Justiça Juvenil

CNJ seleciona artigos sobre atuação dos Juizados Especiais Cíveis para publicação

Palestra debaterá os desafios da mediação

Pesquisa realizada por candidatos a juizes repercutiu na imprensa

Mais notícias...



Em 1996, foi criado o **site da AJURIS** em um convênio firmado com a PROCERGS

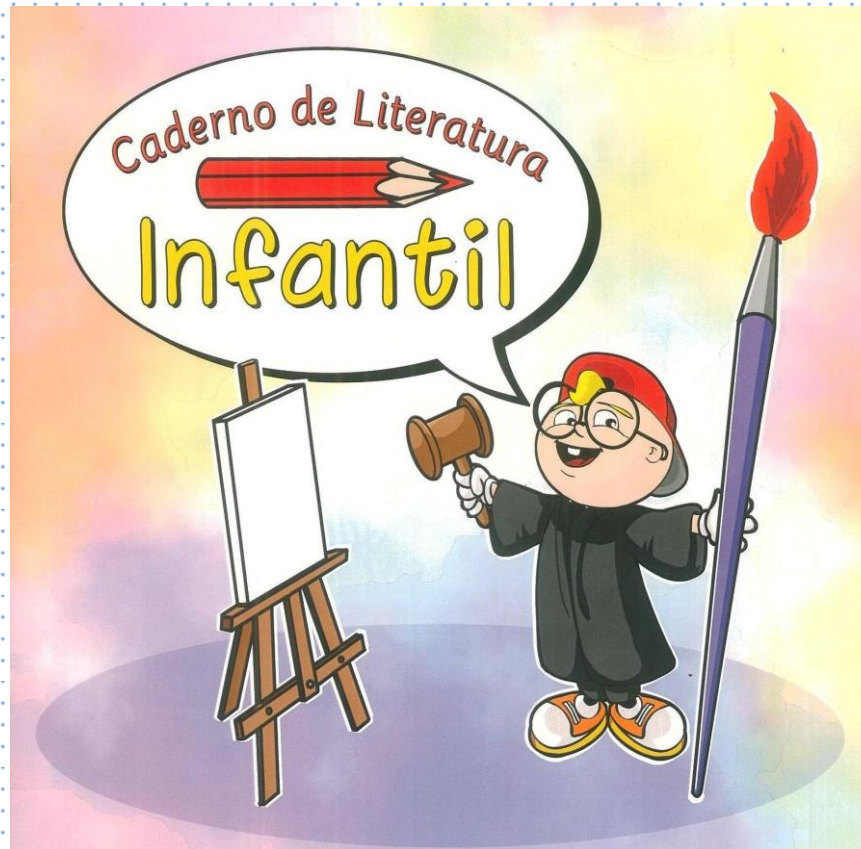
Em 13 de junho de 1996, foi criado o **Caderno de Literatura da AJURIS**, que está na edição 23. A publicação aborda a veia poética e literária dos juízes. Já participaram desta edição juízes de todo o Brasil, inclusive Portugal e Guiné-Bissau.

O primeiro Diretor foi **Jorge Adelar Finatto**





Em 2011, foi lançado o **Caderno de Literatura Infantil** com textos ilustrados de magistrados e colaboradores, na Feira do Livro de Porto Alegre




Em 2011, foi criado o mascote da AJURIS, **AJUIZADINHO**





Em 26 de fevereiro de 1997, a AJURIS em parceria com a AMB, AMATRA e AJUFE, promoveu em Porto Alegre, **O Dia de Mobilização Nacional**, para manter as garantias constitucionais do Judiciário

**BOLETIM DA**  
**AJURIS**  
ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL  
ANO VI Nº 84 2ª SEMANA DE FEVEREIRO/97

**CONSULTE O ENDEREÇO DA AJURIS NA INTERNET**  
Os interessados em consultar a homepage da AJURIS devem acessar o seguinte endereço:  
<http://www.ajuris.org.br>  
E-MAIL: rj2287@pro.via-rs.com.br

## CONVOCAÇÃO

O momento histórico pelo qual estamos passando, colegas, lamentavelmente é de intranquilidade e muita preocupação.

Por um lado, as reformas constitucionais em curso pretendem suprimir garantias fundamentais da magistratura, confundindo-as deliberadamente com privilégios. Pretendem, assim, a quebra do princípio da equivalência dos proventos de aposentadoria e das pensões com os vencimentos dos juízes em atividade, o que certamente, a par de grave injustiça, é sinônimo de insegurança e representará maior fator de desestímulo à carreira, com grave reflexo na própria qualificação dos que ainda pretendem ingressar na magistratura. E, na esteira da desvinculação entre vencimentos e proventos/pensões, pretendem a privatização da previdência pública, através da instituição dos fundos complementares de aposentadoria.

De outro lado, a proposta de hierarquização dos vencimentos dos Desembargadores (Justiça dos Estados) aos de Ministro do Superior Tribunal de Justiça implica em grave violação ao princípio pétreo do pacto federativo. Sem prejuízo disso, ainda existe a injustificável proposta de fixação de mais um teto estadual para vencimentos dos juízes, ougando ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa a esse respeito. Tal grave violação do princípio da independência dos Poderes tem sido debatida como fosse algo necessário para colocar-se freio em verdadeiros privilégios remuneratórios. Para consolidar sucateamento do sistema legal de remuneração magistratura, de apontar-se o dispositivo que subte qualquer alteração de vencimentos da magistratura a projeto legislativo de iniciativa conjunta dos Chefes do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, é muito difícil aquilatar os resultados danosos dessas proposições infringirão à magistratura e ao Judiciário.

Além disso, como coramento do desmonte posto para o Judiciário nacional, alinham-se proposições tais como a das súmulas com efeito ulcante, do controle externo do Judiciário, doitarismo concentrador do incidente de inconstitucionalidade "per saltum" e do Conselho Nacional de Justiça com caráter advocatário e antifederatífais grave do que tudo isso somado é o conjunto de proposições que visam a destruição do sistema de garantias dos magistrados. Isso ocorre através da vulneração da garantia da vitaliciedade, além que a perda do cargo de juiz por mero provento administrativo é só um exemplo das alterações

terações constitucionais que pretendem impor à cidadania brasileira. Propostas no semelhante sentido foram feitas quanto aos predicamentos da inamovibilidade e da irredutibilidade de vencimentos, de proventos e de pensões. Tudo resulta em conjunto de medidas que estão a preocupar gravemente uma magistratura que se insurge com o atrelamento dos direitos e garantias individuais, sociais e políticos aos ditames do Imperador, ao darwinismo social, às políticas econômicas voltadas ao privilegiamento do capital estrangeiro e ao desmonte do Estado essencial. Enfim, preocupados estão os juízes-cidadãos, os que por vocação entregam-se a carreira das mais árduas, difíceis e sem o necessário reconhecimento, com vencimentos aviltados, mas, ainda assim, mantendo-se com ânimo para não descumprirem seus fundamentais deveres para com a população brasileira, cada vez mais buscando no Poder Judiciário a afirmação dos seus direitos.

É hora de não calar. De demonstrar a importância de um Judiciário ativo e independente para a própria concepção republicana, para os cidadãos todos e para cada um deles, que tem em nós a última trincheira contra os desmandos do próprio Estado.


É hora de verticalidade e de coragem. De dizer, alto e bom som, para o que viemos, o que fazemos e porque necessita o Judiciário, sim, uma eventual reforma, mas condizente com sua independência e insubmissão. Não, sem embargo, a que se estagando nos corredores de Brasília.

No próximo dia 26 de fevereiro haremos de fazer um dia de mobilização da magistratura nacional para refletir, com a sociedade, sobre os grandes temas que dizem respeito a nós e à cidadania.

O movimento terá caráter nacional e haverá de servir de alerta à sociedade toda a respeito dos rumos que querem alguns impor ao Judiciário nacional.

Convoco todos os colegas para que se dirijam Porto Alegre, no dia 26/02/1997, para, às 17 horas, participarem do Ciclo de Palestras sobre o Momento atual e o Judiciário e, às 19 horas, do Ato Público que reunirá autoridades de todos os Poderes, inclusive com presença já confirmada do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Adroaldo Furtado Fabricio, representantes de Associações e da Sociedade em geral, quando serão debatidos os temas: JUDICIÁRIO, CIDADANIA E JUSTIÇA.

Cláudio Baldino Maciel  
Presidente da AJURIS

**BOLETIM DA**  
**AJURIS**  
ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL  
ANO VI Nº 85 ÚLTIMA SEMANA DE FEVEREIRO/97

**CONSULTE O ENDEREÇO DA AJURIS NA INTERNET**  
Os interessados em consultar a homepage da AJURIS devem acessar o seguinte endereço:  
<http://www.ajuris.org.br>  
E-MAIL: rj2287@pro.via-rs.com.br

## ASSOCIAÇÃO CELEBRARÁ O DIA DE MOBILIZAÇÃO NACIONAL COM PALESTRAS E ATO PÚBLICO

Uma grande programação está sendo organizada pela AJURIS, em conjunto com a Associação dos Magistrados do Trabalho (AMATRA) e a Associação dos Juizes Federais (AJUFE), para celebrar, em 26 de fevereiro, em sua Sede Administrativa (Rua Celeste Gobbato, 229) o Dia de Mobilização Nacional da Magistratura no Rio Grande do Sul. Segundo o Presidente da AJURIS, Cláudio Baldino Maciel, ao discutir temas como Judiciário, Cidadania e Justiça, com autoridades de todos os poderes, representantes de entidades e da comunidade em geral, o movimento pretende servir de alerta a toda sociedade a respeito dos rumos que alguns querem impor ao Judiciário nacional.

### A DIMENSÃO POLÍTICA DOS EVENTOS PROGRAMADOS

A abertura das atividades será feita às 16 horas, com o lançamento do livro "Direito, Política e Magistratura", do jurista argentino CARLOS MARIA CÁRCOVA, traduzido por ROGÉRIO VIOLA COELHO para a língua portuguesa. Às 17 horas, a programação prossegue com um ciclo de palestras, quando os participantes terão a oportunidade de ouvir dois ícones do universo jurídico-social: DALMO DE ABREU DALLARI (Brasil) e EUGÊNIO RAÚL ZAFFARONI (Argentina). Esse ciclo contará, ainda, com a participação do Deputado Federal JARBAS IMA, renomada personalidade do meio político brasileiro, com reconhecimento à atuação no Congresso nacional em defesa das prerrogativas institucionais do Poder Judiciário. Tais exposições terão como finalidade traçar um panorama sobre a situação contemporânea do Judiciário brasileiro e latino-americano, tanto quanto as suas perspectivas, especialmente em face das propostas de reforma constitucional tramitantes no Congresso Nacional. Às 19 horas a programação atinge o seu momento culminante, com a realização de ATO PÚBLICO em que serão realizados pronunciamentos sobre o tema "JUDICIÁRIO, CIDADANIA E JUSTIÇA". Segundo Ayde Roque Pottes de Mello, Diretor de Assuntos

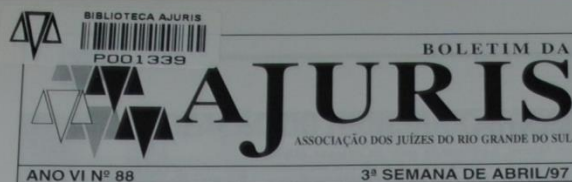
Constitucionais da AJURIS e membro da Comissão Organizadora, "esse evento constitui-se em significativo espaço de reflexão e aprofundamento das discussões sobre as mudanças que o Governo Federal pretende imprimir à Carta Política vigente, sobre a sua legitimidade formal e material, bem assim sobre os rumos por elas pretendidos imprimir ao Estado brasileiro e as suas consequências de ordem social". Já está confirmada a participação, na condição de oradores do Ato Público, das seguintes autoridades, dentre outras: João Luiz Vargas (Presidente da Assembleia Legislativa do RS), Adroaldo Furtado Fabricio (Presidente do Tribunal de Justiça do Estado), Raul Pont (Prefeito de Porto Alegre), Wilson Antônio Rodrigues Bilhalva (Presidente do Tribunal Regional do Trabalho), Pedro Máximo Falcão (Presidente do Tribunal Regional Federal), Mathias Nagelstein (Presidente do Tribunal Militar) e Renato da Costa Figueira (Presidente da OAB/RS). Além destas, marcarão presença solidária com os objetivos desse espaço de reflexão personalidades como Clóvis Ilgenfritz (Presidente da Câmara de Vereadores de POA), Voltaire de Lima Moraes (Procurador-Geral da Justiça), José Paulo Bisol (jornalista) e presidentes de diversas associações de classe.

### A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS COLEGAS

Segundo o Vice-Presidente da AMB e membro da Comissão Organizadora deste evento, Walter Spode, mais do que nunca se faz necessária a presença maciça de todos os associados nas comemorações deste Dia de Mobilização. "Certamente contaremos com o respaldo de autoridades, representantes da imprensa e da sociedade em geral, mas não podemos esquecer a nossa iniciativa, entre



# Em abril de 1997, foi realizado o I Seminário sobre Poder Judiciário e Direitos Humanos



## CONSULTE O ENDEREÇO DA AJURIS NA INTERNET

Os interessados em consultar a homepage da AJURIS devem acessar o seguinte endereço:  
http://www.ajuris.org.br  
E-MAIL: rsj2287@pro.via-rs.com.br

## SEMINÁRIO SOBRE DIREITOS HUMANOS

A Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, através do Departamento de Direitos Humanos e Coletivos, realizará, no período de 23 a 26 de abril, no Campus da UNISINOS, o I SEMINÁRIO SOBRE O PODER JUDICIÁRIO E OS DIREITOS HUMANOS NO RIO GRANDE DO SUL. O evento tem por objetivo ampliar a discussão sobre o papel do juiz e da sociedade na busca da realização dos direitos e garantias fundamentais. A participação de inúmeras autoridades de expressiva atuação nesta área certamente permitirá a ampliação do debate sobre temas polêmicos propostos para este encontro. Os interessados em participar do Seminário poderão fazer suas inscrições pelo telefone (051) 330.8442. Segue abaixo a programação do evento:

### PROGRAMA DO I SEMINÁRIO SOBRE O PODER JUDICIÁRIO E OS DIREITOS HUMANOS NO RIO GRANDE DO SUL

□ DIA 23/ABRIL - QUARTA-FEIRA  
17h - Credenciamento  
19h - Sessão Solene de Abertura  
Conferência

A Principiologia dos Direitos Humanos  
Palestrante: Fábio Konder Comparato - Jurista e Professor (USP - SP)  
Presidente: Cláudio Baldino Maciel - Presidente da AJURIS

□ DIA 24/ABRIL - QUINTA-FEIRA  
19h - Painel

A Incorporação dos Pactos e Tratados Internacionais e seu "status" no Direito Constitucional Brasileiro

Palestrantes: Flávia Piovesan - Jurista e Professora (PUC-SP)

Roberto Teixeira Siegmán - Juiz do Trabalho (RS)

Presidente: Delmar Pacheco da Luz - Presidente da Associação do Ministério Público

□ DIA 25/ABRIL - SEXTA-FEIRA  
Palestras

Presidente: Paulo Roberto Gomes de Freitas - Diretor da Escola do Ministério Público

09h - a) A Convenção Americana dos Direitos Humanos, seus Protocolos e a OEA: Sistemas de Proteção, Jurisdição e o Direito Petitário

Palestrante: Antônio Augusto Cançado Trindade - Membro da Comissão Inter-Americana dos Direitos Humanos (OEA)

10h - b) Direitos Humanos e a Convenção Européia

Palestrante: Manuel Calvo Garcia - Jurista e Professor (Univ. Zaragoza, Espanha)

Debatedores: Cláudio Ari Mello - Promotor de Justiça (RS)

Denise Dourado Dora - Coordenadora da Temis

10h45min - Debates

12h - Intervalo para o Almoço

Painéis

14h - I - DIREITOS E GARANTIAS PROCESSUAIS

Presidente: Marcelo Denardi - Associação dos Juizes Federais (AJUFE)

a) Tortura, Punição ou Tratamento Desumano e Degradante

Palestrantes: João Benedito de Azevedo Marques - Secretário Estadual para Assuntos Penitenciários do Estado de São Paulo

Marcos Rolim - Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa

Marco Antônio Bandeira Scapini - Juiz da Vara de Execuções Criminais de Porto Alegre

15h - b) A Presunção de Inocência, o Direito ao Silêncio e ao Interrogatório Judicial Assistido

Palestrante: Dirceu Aguiar Cintra Júnior - Juiz de Direito em São Paulo

c) A Apresentação Imediata do Preso à Autoridade Judiciária

Palestrante: João Abílio de Carvalho Rosa - Juiz de Direito em Porto Alegre

Debatedores:

Carlos Frederico Barcellos Guazelli - Defensor Público

Silvio Miranda Munhoz - Promotor de Justiça

Valter José Maitelli - Chefe da Polícia Civil

15h40min - Debates

16h30min - Coffee-Break

16h45min - II - A PRISÃO CIVIL POR DÍVIDAS

Presidente: Sandra Vial - Coordenadora do Curso de Pós-Graduação de Sociologia Jurídica e Direitos Humanos (UNISINOS)

Palestrantes:

Antônio Carlos Malheiros - Juiz do Tribunal de Alçada Civil de São Paulo

Arminio José Abreu Lima da Rosa - Juiz do Tribunal de Alçada do Estado do Rio Grande do Sul

Debatedores:

Silvio Miranda Munhoz - Promotor de Justiça

Carlos Frederico Barcellos Guazelli - Defensor Público

17h30min - Debates

18h15min - Coffee-Break

19h30min - Painel

O Direito às Reformas Agrária e Urbana

Palestrante: Dalmir Dallari - Professor e Jurista

Presidente: Aramis Nassif - Coordenador e representante do Diretor da Escola Superior da Magistratura

Debatedores:

Ivonete Tonin - Movimento dos Sem-Terra (MST)

Antônio Paulo Menna Bord - FRACAB

Rogério Favretto - Procurador Geral do Município, representando a Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Hugo Del Carrir Euzébio - SECOVI

22h - Encerramento do Painel

□ DIA 26/ABRIL - SÁBADO

Painéis

Presidente: Paulo Orval Rodrigues - Associação Juizes para a Democracia (Núcleo RS)

09h - a) O Direito das Minorias e a Discriminação Positiva

Palestrantes:

Luciano Mariz Maia - Procurador da República na Paraíba e Professor

Roger Rios - Juiz Federal no Rio Grande do Sul

10h - b) A Ação Civil Pública enquanto Eficácia dos Direitos Humanos

Palestrante: Domingos Silveira - Procurador da República no Rio Grande do Sul

Debatedores:

Carmem Campos - Colaboradora da Themis

Fábio Medina Osório - Promotor de Justiça no Rio Grande do Sul

10h30min - Coffee-Break

11h - Debates

12h - Encerramento e Entrega dos Certificados

## I SEMINÁRIO DE DIREITOS HUMANOS

A Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, através de seu Departamento de Direitos Humanos, promoveu, no período de 23 a 26 de abril, na UNISINOS, o I Seminário sobre o Poder Judiciário e os Direitos Humanos no Rio Grande do Sul. O evento contou com a presença de mais de 600 participantes, entre juizes, promotores, advogados, professores e estudantes de Direito. Diversas autoridades, do Estado e do País, de expressiva atuação nesta área, enfocaram, em suas palestras, a discussão sobre o papel da sociedade na busca da realização dos direitos e garantias fundamentais.

### A PRINCIPIOLOGIA DOS DIREITOS HUMANOS

O Presidente da AJURIS, Cláudio Baldino Maciel, realizou o pronunciamento de abertura, durante a palestra inaugural do encontro. Saudou ao público e às autoridades presentes salientando que "a AJURIS é uma entidade atenta a questões institucionais deste país, sempre presente nos debates a respeito das grandes questões nacionais, não somente preocupada em assuntos de corpo da magistratura, mas em preocupada com uma magistratura inserida em um cenário cada vez mais movido pela verdadeira cidadania consciente deste país. Uma sociedade que, em 52 anos de história, tem seguido o caminho do descortino com relação às questões sociais deste país. A AJURIS, portanto, com esta vocação, resolve promover o primeiro Seminário que trata dos direitos humanos no Rio Grande do Sul, e o faz numa oportunidade, embora não possa usar a expressão extremamente feliz, pois não só os direitos humanos têm sido relegados a um plano secundário, sobretudo, os direitos humanos têm sido tratados com valor pelas instituições públicas brasileiras. Nós pretendemos, momentaneamente, dar uma contribuição, não de quem uma semente, mas uma contribuição que consistir no trajeto entre a semente e o que queremos seja pujante, ou seja, um fruto, redimido de suas mazelas sociais, conhecer efetivamente direitos humanos e valores para todos nós".

Em término de sua exposição, Cláudio Maciel convidou o jurista e professor Fábio Konder Comparato para realizar a abertura do Seminário. O Presidente da AJURIS salientou que o jurista "é uma pessoa que dispensa maiores apresentações, nome de domínio público pela sua luta pelos direitos sociais e humanos deste país".

Fábio Konder Comparato iniciou seu discurso ressaltando sua emoção em fazer uma palestra comprometida com os direitos humanos e em uma terra que tem a tradição de defesa da República.

O tema da palestra referiu-se aos princípios fundamentais do sistema de Direitos Humanos. "No mundo ético, princípio significa fundamento justificativo ou legitimação. Quando dizemos de alguém que é um homem de princípio é porque ele pauta suas ações por algumas regras gerais. Diretrizes que norteiam toda a sua existência. Ele não procede empiricamente, ou casualmente. Ele está dirigido por normas que lhe dão a noção de valores fundamentais a serem seguidos. E de fato, toda a justificativa ou legitimação refere-se aos valores da convivência humana, e a grande virtude que coordena estes valores e lhes dá harmonia se chama Justiça. A Justiça é, pois, o princípio de regulação harmônica de vida em sociedade, é o critério supremo de julgamento, não só de condutas humanas, mas também das próprias normas vigentes numa determinada comunidade".

Segundo ele, é necessário estabelecer distinções básicas entre princípios fundamentais e regras do Direito. Para ilustrar sua análise de que os princípios fundamentais valem, independentemente de sua expressão formal no ordenamento jurídico, ou seja, que os princípios, diferentemente das leis, não são necessariamente direito escrito, Comparato citou como exemplo a tragédia de Antígona e Sófocles, que gira em torno da oposição entre o princípio fundamental e uma norma particular. "O princípio fundamental levantado pelo personagem era o de que a família tinha o dever de enterrar piedosamente seus familiares. A norma a que Antígona se opunha, não passava de um decreto de um titular do Poder proibindo que se enterrasse determinada pessoa, pois ela teria agido em traição à Pátria. Antígona se levantou contra o chefe do governo perguntando: "De onde vem a tua ordem? Ela nasceu ontem. Enquanto o princípio que eu defendo é imemorial, não tem data, não tem fim".

Em seguida, Cláudio Maciel fez uma reflexão sobre a importância da atuação do juiz no sistema de direitos humanos, destacando que o juiz é o responsável por garantir a efetividade dos direitos fundamentais, atuando como um guardião da Constituição e da dignidade humana.

Maciel concluiu sua palestra afirmando que o Seminário sobre o Poder Judiciário e os Direitos Humanos é uma oportunidade única para a discussão e a construção de um sistema de direitos humanos mais justo e eficaz, e que a AJURIS se compromete a continuar atuando na defesa dos direitos humanos e da democracia.

Em seguida, Cláudio Maciel fez uma reflexão sobre a importância da atuação do juiz no sistema de direitos humanos, destacando que o juiz é o responsável por garantir a efetividade dos direitos fundamentais, atuando como um guardião da Constituição e da dignidade humana.

Maciel concluiu sua palestra afirmando que o Seminário sobre o Poder Judiciário e os Direitos Humanos é uma oportunidade única para a discussão e a construção de um sistema de direitos humanos mais justo e eficaz, e que a AJURIS se compromete a continuar atuando na defesa dos direitos humanos e da democracia.

Em seguida, Cláudio Maciel fez uma reflexão sobre a importância da atuação do juiz no sistema de direitos humanos, destacando que o juiz é o responsável por garantir a efetividade dos direitos fundamentais, atuando como um guardião da Constituição e da dignidade humana.

Maciel concluiu sua palestra afirmando que o Seminário sobre o Poder Judiciário e os Direitos Humanos é uma oportunidade única para a discussão e a construção de um sistema de direitos humanos mais justo e eficaz, e que a AJURIS se compromete a continuar atuando na defesa dos direitos humanos e da democracia.

Em seguida, Cláudio Maciel fez uma reflexão sobre a importância da atuação do juiz no sistema de direitos humanos, destacando que o juiz é o responsável por garantir a efetividade dos direitos fundamentais, atuando como um guardião da Constituição e da dignidade humana.

Maciel concluiu sua palestra afirmando que o Seminário sobre o Poder Judiciário e os Direitos Humanos é uma oportunidade única para a discussão e a construção de um sistema de direitos humanos mais justo e eficaz, e que a AJURIS se compromete a continuar atuando na defesa dos direitos humanos e da democracia.

Em seguida, Cláudio Maciel fez uma reflexão sobre a importância da atuação do juiz no sistema de direitos humanos, destacando que o juiz é o responsável por garantir a efetividade dos direitos fundamentais, atuando como um guardião da Constituição e da dignidade humana.

Maciel concluiu sua palestra afirmando que o Seminário sobre o Poder Judiciário e os Direitos Humanos é uma oportunidade única para a discussão e a construção de um sistema de direitos humanos mais justo e eficaz, e que a AJURIS se compromete a continuar atuando na defesa dos direitos humanos e da democracia.



O Presidente da AJURIS salientou que a entidade está sempre presente nos debates a respeito das grandes questões nacionais

ção de defesa da República.

O tema da palestra referiu-se aos princípios fundamentais do sistema de Direitos Humanos. "No mundo ético, princípio significa fundamento justificativo ou legitimação. Quando dizemos de alguém que é um homem de princípio é porque ele pauta suas ações por algumas regras gerais. Diretrizes que norteiam toda a sua existência. Ele não procede empiricamente, ou casualmente. Ele está dirigido por normas que lhe dão a noção de valores fundamentais a serem seguidos. E de fato, toda a justificativa ou legitimação refere-se aos valores da convivência humana, e a grande virtude que coordena estes valores e lhes dá harmonia se chama Justiça. A Justiça é, pois, o princípio de regulação harmônica de vida em sociedade, é o critério supremo de julgamento, não só de condutas humanas, mas também das próprias normas vigentes numa determinada comunidade".

Segundo ele, é necessário estabelecer distinções básicas entre princípios fundamentais e regras do Direito. Para ilustrar sua análise de que os princípios fundamentais valem, independentemente de sua expressão formal no ordenamento jurídico, ou seja, que os princípios, diferentemente das leis, não são necessariamente direito escrito, Comparato citou como exemplo a tragédia de Antígona e Sófocles, que gira em torno da oposição entre o princípio fundamental e uma norma particular. "O princípio fundamental levantado pelo personagem era o de que a família tinha o dever de enterrar piedosamente seus familiares. A norma a que Antígona se opunha, não passava de um decreto de um titular do Poder proibindo que se enterrasse determinada pessoa, pois ela teria agido em traição à Pátria. Antígona se levantou contra o chefe do governo perguntando: "De onde vem a tua ordem? Ela nasceu ontem. Enquanto o princípio que eu defendo é imemorial, não tem data, não tem fim".

Em seguida, Cláudio Maciel fez uma reflexão sobre a importância da atuação do juiz no sistema de direitos humanos, destacando que o juiz é o responsável por garantir a efetividade dos direitos fundamentais, atuando como um guardião da Constituição e da dignidade humana.

Maciel concluiu sua palestra afirmando que o Seminário sobre o Poder Judiciário e os Direitos Humanos é uma oportunidade única para a discussão e a construção de um sistema de direitos humanos mais justo e eficaz, e que a AJURIS se compromete a continuar atuando na defesa dos direitos humanos e da democracia.

Em seguida, Cláudio Maciel fez uma reflexão sobre a importância da atuação do juiz no sistema de direitos humanos, destacando que o juiz é o responsável por garantir a efetividade dos direitos fundamentais, atuando como um guardião da Constituição e da dignidade humana.

Maciel concluiu sua palestra afirmando que o Seminário sobre o Poder Judiciário e os Direitos Humanos é uma oportunidade única para a discussão e a construção de um sistema de direitos humanos mais justo e eficaz, e que a AJURIS se compromete a continuar atuando na defesa dos direitos humanos e da democracia.

Em seguida, Cláudio Maciel fez uma reflexão sobre a importância da atuação do juiz no sistema de direitos humanos, destacando que o juiz é o responsável por garantir a efetividade dos direitos fundamentais, atuando como um guardião da Constituição e da dignidade humana.

Maciel concluiu sua palestra afirmando que o Seminário sobre o Poder Judiciário e os Direitos Humanos é uma oportunidade única para a discussão e a construção de um sistema de direitos humanos mais justo e eficaz, e que a AJURIS se compromete a continuar atuando na defesa dos direitos humanos e da democracia.

Em seguida, Cláudio Maciel fez uma reflexão sobre a importância da atuação do juiz no sistema de direitos humanos, destacando que o juiz é o responsável por garantir a efetividade dos direitos fundamentais, atuando como um guardião da Constituição e da dignidade humana.

Maciel concluiu sua palestra afirmando que o Seminário sobre o Poder Judiciário e os Direitos Humanos é uma oportunidade única para a discussão e a construção de um sistema de direitos humanos mais justo e eficaz, e que a AJURIS se compromete a continuar atuando na defesa dos direitos humanos e da democracia.

Em seguida, Cláudio Maciel fez uma reflexão sobre a importância da atuação do juiz no sistema de direitos humanos, destacando que o juiz é o responsável por garantir a efetividade dos direitos fundamentais, atuando como um guardião da Constituição e da dignidade humana.

Maciel concluiu sua palestra afirmando que o Seminário sobre o Poder Judiciário e os Direitos Humanos é uma oportunidade única para a discussão e a construção de um sistema de direitos humanos mais justo e eficaz, e que a AJURIS se compromete a continuar atuando na defesa dos direitos humanos e da democracia.

Em seguida, Cláudio Maciel fez uma reflexão sobre a importância da atuação do juiz no sistema de direitos humanos, destacando que o juiz é o responsável por garantir a efetividade dos direitos fundamentais, atuando como um guardião da Constituição e da dignidade humana.

Maciel concluiu sua palestra afirmando que o Seminário sobre o Poder Judiciário e os Direitos Humanos é uma oportunidade única para a discussão e a construção de um sistema de direitos humanos mais justo e eficaz, e que a AJURIS se compromete a continuar atuando na defesa dos direitos humanos e da democracia.

A tua ordem se dirige a um caso particular, mas o princípio comanda todas as nossas consciências".

### Política Pública

Sobre política pública, o jurista explicou que esta é uma atividade programática que envolve todo o Estado. "A função própria dos princípios fundamentais é dupla: dar unidade ao sistema jurídico, direcionando a interpretação e a aplicação de suas regras, inclusive constitucionais, e gerar novas regras para o caso concreto, mesmo na ausência de complementação do próprio por regras particulares. Não existe hoje seria um progresso se existisse, uma ação de inconstitucionalidade de políticas públicas, assim como existe a ação direta de inconstitucionalidade de leis e atos normativos do Poder Público. Precisamos nos apressar, o Executivo, antecipando-se a nossa modesta previsão, já introduziu na Constituição emenda, que, através da "Ação Declaratória de Inconstitucionalidade", pode, antes que nós, dar um passo em frente, uma espécie de ideia para qualquer lei, projeto de lei ou ato normativo que ele queira introduzir no nosso ordenamento". Para exemplificar esta ideia, Comparato lançou uma hipótese supondo que o Poder Público Municipal faça votar uma lei de desvinculação do Sistema Único de Saúde (SUS), que está na Constituição; ou que meta à Câmara dos Vereadores, e sim, te aplique a lei. "O Judiciário tem muita dificuldade de enfrentar este problema. Será que enfrentá-lo quando for chamado uma lide individual a respeito de uma decisão que envolva o programa municipal. Só aí o juiz pode dizer que há uma inconstitucionalidade. Mais uma vez repito que é

Presidente da AJURIS  
**ANTONIO GUILHERME TANGER JARDIM**  
(GESTÃO de 1998 a 1999)



**URIS**

o dos Juízes  
rande do Sul

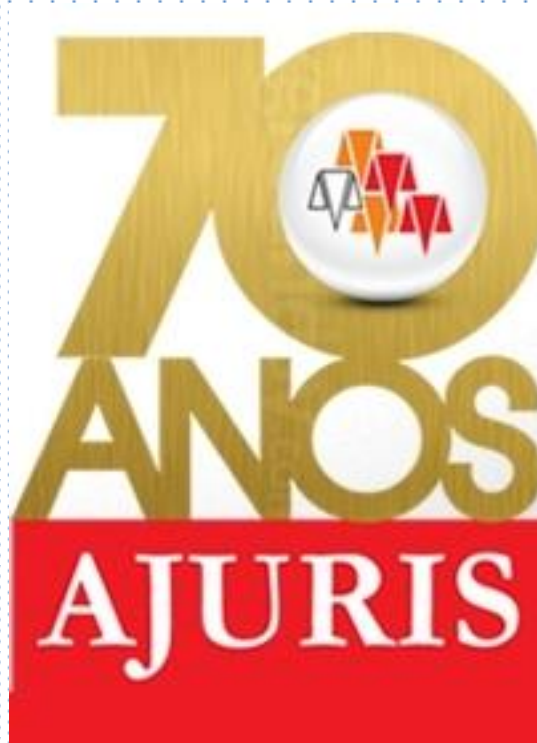
## **VICE-PRESIDENTES DA GESTÃO (1998 A 1999)**

**Vice- Presidente Administrativo:** Luiz Felipe Silveira Difini

**Vice-Presidente Social :** Elaine Harzheim Macedo

**Vice-Presidente Cultural :** Breno Moreira Mussi

**Vice-Presidente Patrimônio e Finanças :** Felipe Rauen Filho





Em abril de 1998, foi criado o CAJUR – Centro de Apoio à Jurisdição, que auxiliava os juízes na pesquisa da doutrina, jurisprudência e legislação

## BOLETIM

ANO II - Nº 16  
1ª SEMANA DE NOVEMBRO/99



### LEI Nº 9.839, DE 27 DE SETEMBRO DE 1999.

Acrescenta artigo à Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 90-A. As disposições desta Lei não se aplicam no âmbito da Justiça Militar."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de setembro de 1999; 178ª da Independência e 111ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Carlos Dias

D.O.U., 28/09/99

### LEI Nº 9.840, DE 28 DE SETEMBRO DE 1999.

Altera dispositivos da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 41-A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive, emprego ou função pública, desde o registro da candidatura, até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de mil a cinquenta mil Ufr, e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990."

Art. 2º O § 5º do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 73....."

§ 5º Nos casos de descumprimento do disposto nos incisos I, II, III, IV e VI do caput, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, o candidato beneficiado, agente público ou não, ficará sujeito à cassação do registro ou do diploma." (NR)

Art. 3º O inciso IV do art. 262, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 262....."

"IV - concessão ou denegação do diploma em manifesta contradição com a prova dos autos, nas hipóteses do art. 222 desta Lei, e do art. 41-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997."

(NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revoga-se o § 6º do art. 96 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

Brasília, 28 de setembro de 1999; 178ª da Independência e 111ª da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Carlos Dias

D.O.U., 29/09/99.

### LEI Nº 9.841, DE 5 DE OUTUBRO DE 1999.

Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I DO TRATAMENTO JURÍDICO DIFERENCIADO

Art. 1º Nos termos dos arts. 170 e 179 da Constituição Federal, é assegurado às microempresas e às empresas de pequeno porte tratamento jurídico diferenciado e simplificado nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial, em conformidade com o que dispõe esta Lei e a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e alterações posteriores.

Parágrafo único. O tratamento jurídico simplificado e favorecido, estabelecido nesta Lei, visa facilitar a constituição e o funcionamento da microempresa e da empresa de pequeno porte, de modo a assegurar o fortalecimento de sua participação no processo de desenvolvimento econômico e social.

#### CAPÍTULO II DA DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

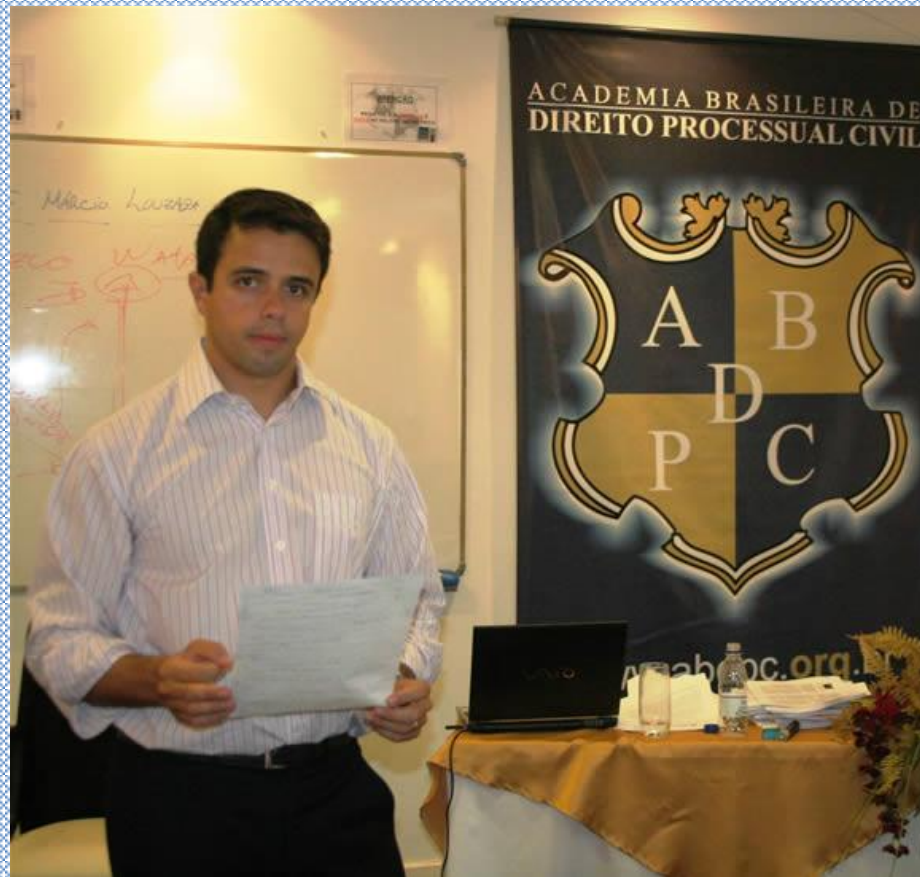
Art. 2º Para os efeitos desta Lei, ressalvado o disposto no art. 3º, considera-se:

CONTINUA NA PÁGINA 2

Em 1998, começaram a ser realizados os **Cine-Diálogo**, um programa de projeções de filmes sucedidos por debates com críticos de cinema e psicanalistas, que fazia parte do Departamento de Valorização Profissional



Em 1998, foi lançado o **Concurso de Ensaio Jurídico Bonorino Buttelli**, como estímulo à produção de novas soluções para a Justiça brasileira. O vencedor do Concurso foi o advogado **Márcio Louzada Carpena**.





**Em 1998, organizou-se o I Encontro dos Novos Juízes**



**Recepção aos candidatos do Concurso de Ingresso à  
Magistratura Estadual, ocorrido em 10 de julho de 2014**

## JOGOS NACIONAIS DA MAGISTRATURA

**AJURIS FOI CAMPEÃ GERAL NOS SEGUINTE JOGOS NACIONAIS DA MAGISTRATURA:**

- \* Em 2000 - **2º Jogos Nacionais da Magistratura**, em Blumenau(SC)
- \* Em 2002 - **3º Jogos Nacionais da Magistratura**, em Maceió(AL)
- \* Em 2008 realizou-se o **4º Jogos Nacionais da Magistratura**, no Rio de Janeiro(RJ)
- \* Em 2013 foi realizada o **6º Jogos Nacionais da Magistratura**, São Paulo (SP)

**DEMAIS PARTICIPAÇÕES DA AJURIS:**

- \* Em 1999 - **1º Jogos Nacionais da Magistratura**, no Rio de Janeiro (RJ) , classificou-se bem em várias modalidades
- \* Em 2010 foi realizada o **5º Jogos nacionais da Magistratura**, em Foz da Iguaçu(PR), a delegação da AJURIS ficou com o vice-campeonato



**Jogos Nacionais Rio  
2008**



**Atletismo - Jogos  
Nacionais Rio 2008**



**Atletismo – Mulheres  
Jogos Nacionais Rio  
2008**





**Destaque Atletismo –  
Jogos Nacionais  
Rio 2008**



**Destaque Natação –  
Jogos Nacionais Rio  
2008**



**Destaque Vôlei –  
Jogos Nacionais Rio  
2008**



**Destaque  
Natação – Jogos  
Nacionais Rio  
2008**



**Destaque Vôlei –  
Jogos Nacionais Rio  
2008**





**Basquete – Jogos  
Nacionais Rio 2008**



**Basquete – Jogos  
Nacionais Rio 2008**



**Destaque Equipe  
Mista de Vôlei -  
Jogos Nacionais Rio  
2008**





**Futebol de Salão –  
Jogos Nacionais Rio 2008**



**Natação  
Jogos Nacionais Rio 2008**



**Medalhas - Jogos  
Nacionais Rio 2008**





**Sinuca –  
Jogos Nacionais Rio 2008**



**Tênis de Mesa  
Jogos Nacionais Rio 2008**



**Xadrez - Jogos  
Nacionais Rio 2008**

No ano de 1988, teve início às atividades do futebol na AJURIS

**O Magistrado José Antônio Azambuja Flores** coordenou por diversos anos o Departamento Desportivo

**CAMPEONATOS REGIONAIS DE FUTEBOL:**

À AJURIS conquistou inúmeros títulos Regionais nas quatro categorias, Livre, Máster, Sênior e Super Sênior

**CAMPEONATOS NACIONAIS DE FUTEBOL:**

À AJURIS sagrou-se campeã nacional nas seguintes categorias –

LIVRE – 02 títulos (em 04 finais)

MÁSTER – 04 títulos (em 08 finais)

SÊNIOR – 08 títulos (em 09 finais)

SUPER SÊNIOR – 04 títulos (em 05 finais)



## PRINCIPAIS GOLEADORES

Marcelo Bandeira Pereira, Ney Alberto da Motta Vieira, Niwton Carpes da Silva, Pedro Luiz Rodrigues Bossle, Eduardo Sávio Busanello, Francisco José de Moura Müller, Hilbert Maximiliano Akihito Obara e Hélio Lemos de Souza.





# TÊNIS

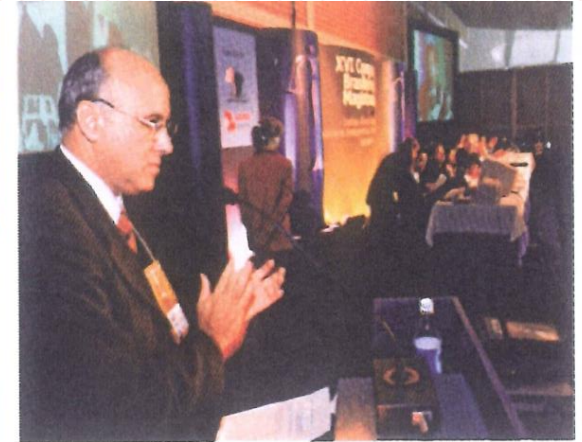
O primeiro título da AJURIS ocorreu na **1ª edição do Nacional de Tênis no ano de 1995 no Costão do Santinho (SC)**

A AJURIS foi campeã nas categorias simples e dupla

A AJURIS contabiliza 10 títulos de campeã



# De 27 a 30 de setembro de 1999, em Gramado, realizou-se o **XVI Congresso Brasileiro de Magistrados**, promovido pela AMB, em parceria com a AJURIS, que reuniu 2700 participantes



Acesso Memória Ajuri.



A Carta de Gramado expressou o pensamento da magistratura contra as reformas constitucionais



Em 1999, foi instituído o programa **Passe do Livre do Cidadão**, que distribuía à população folhetos sobre os seus direitos

### **CIDADÃO:**

De acordo com a Constituição Federal de 1988,

#### **1 - Domicílio**

Sua casa é inviolável. Ninguém pode nela penetrar sem seu consentimento, salvo em caso de flagrante delito, prestar socorro, ou durante o dia por determinação judicial.

#### **2 - Identificação Criminal**

Caso tenha sua Carteira de Identidade, não poderá ser submetido à identificação criminal.

#### **3 - Você só pode ser preso:**

- a) em flagrante delito;
- b) por ordem escrita e fundamentada (mandado de prisão) do Juiz.

#### **4 - Se você for preso, quais os seus direitos?**

- a) de ter respeitada a sua integridade física e moral (não ser espancado ou submetido a humilhações);

b) de ter, a sua prisão e local onde se encontra, comunicados imediatamente ao Juiz e a sua família ou pessoas por você indicadas, bem como a sua apresentação logo após a prisão ao Juiz plantonista;

c) de ser informado dos seus direitos, entre os quais o de permanecer calado;

d) de ser assistido por sua família e por advogado (contratado ou dado pelo Estado);

e) a identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório na polícia;

f) de obter liberdade provisória, com o pagamento ou não de fiança, quando a lei assim permitir.

**5 - É dever do Juiz relaxar a prisão feita ilegalmente.**

**6 - É livre a manifestação do pensamento.**

**7 - É plena a liberdade de associação para fins lícitos.**

**8 - Ninguém pode sofrer qualquer tipo de discriminação.**

Iniciativa:



Apoio:

Agentes de Direitos Humanos de Porto Alegre - Anistia Internacional - Associação das Promotoras Legais Populares - Associação do Ministério Público - ARI (Associação Riograndense de Imprensa) - Brigada Militar - Câmara de Vereadores de Porto Alegre - Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa - Coord. Direitos Humanos e Cidadania de Porto Alegre - CORAG - Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul - Faculdade de Direito da UFRGS - FAMURS - FAP/RS - Polícia Civil - Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul - RADH/RS (Rede Aberta de Direitos Humanos) - Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul - Themis Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero

### **DEFENDA-SE!**

**EM CASO DE VIOLAÇÃO, PROCURE:**

Ovidualdo da Justiça e da Segurança do RS

Fones: 338.1973, 228.1972 e 228.1982

Juiz de Direito - Promotor de Justiça - Defensor Público

CCDH - Assembleia Legislativa do Estado

Corregedoria da BM - Fone: (51) 228.2623 ou suas

unidades nos municípios

Corregedoria da Polícia Civil - Fone: (51) 331.7737 ou

Delegacia de sua cidade



## **PASSE LIVRE DO CIDADÃO**

Façamos cumprir a Constituição.  
Os seus direitos dependem do  
respeito à Constituição e às leis.



Presidente da AJURIS  
**LUIZ FELIPE SILVEIRA DIFINI**  
(GESTÃO 2000 a 2001)



**RIS**  
dos Juízes  
do Sul

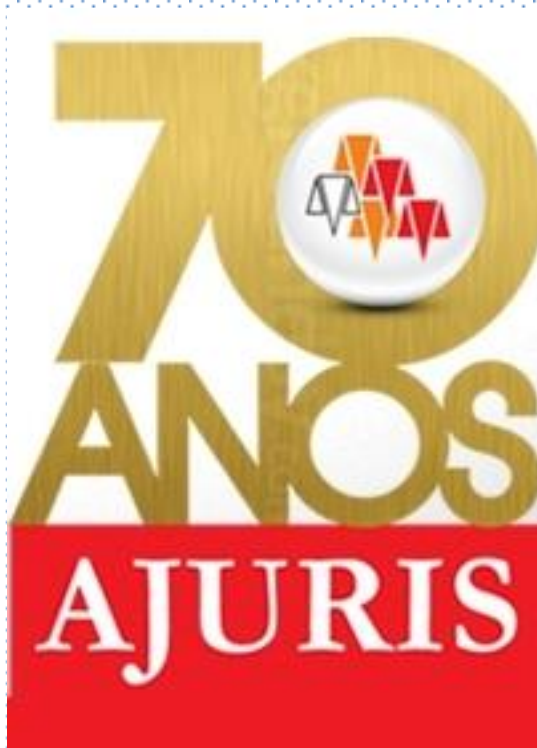
## **VICE-PRESIDENTES DA GESTÃO (2000 A 2001)**

**Vice- Presidente Administrativo:** José Aquino Flôres de Camargo

**Vice-Presidente Social :** Marco Aurélio dos Santos Caminha

**Vice-Presidente Cultural :** Vera Lúcia Deboni

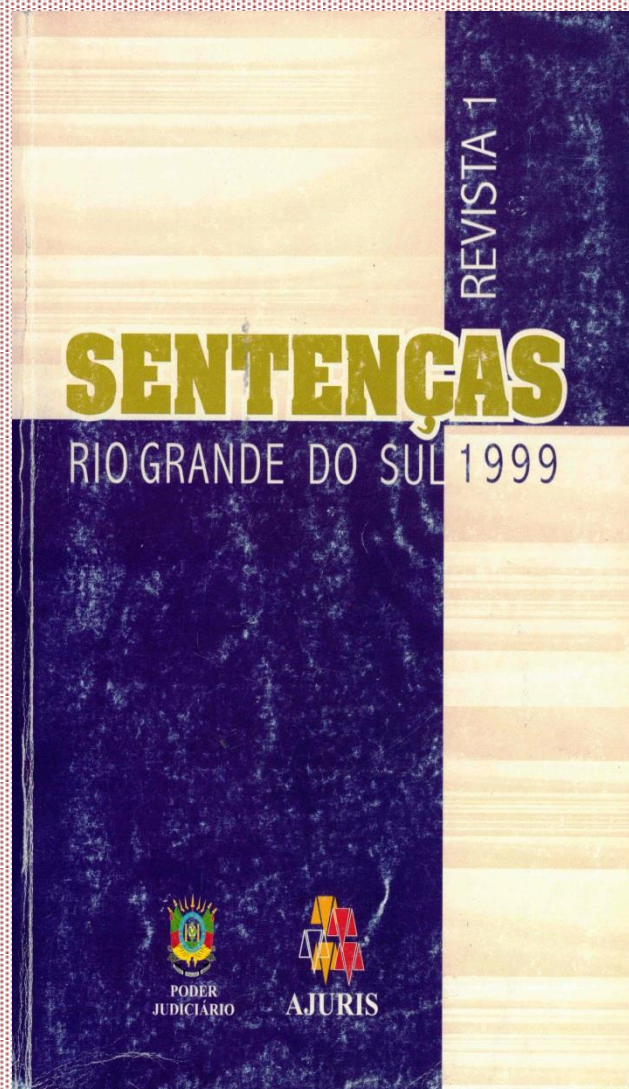
**Vice-Presidente Patrimônio e Finanças :** João Ricardo dos Santos Costa



Em 1999, foi lançada a **Revista de Sentenças**, na qual constam decisões dos magistrados.

Foi publicada até a edição 14, em dezembro de 2005.

Diretor: **Luciano André Losekann (1999 - 2001)**





Em 2006, a Revista de Sentenças passou por alterações e chamar-se  
**MULTIJURIS**

Diretora: **Maira Grinblat (2006 - 2009)**



A partir de dezembro de 2010, na edição número 9, as capas passaram a ter imagens de obras de arte e criadas novas seções

Diretora: **Clarissa Costa de Lima (2010 - 2011)**



Em 1999, foi oficializada a **Pinacoteca da AJURIS**, como projeto destinado a cultivar as artes plásticas, objetivando reunir o acervo da entidade e ampliá-lo, além de abrir espaço para exposição de magistrados e demais artistas



O primeiro espaço foi inaugurado em 29 de agosto de 2002 da ESM



# Em 2000, ocorreu o Ato Público contra o projeto de lei denominado Lei da Mordada

ANO IX Nº 162 1ª SEMANA DE MAIO / 2000

**BOLETIM DA AJURIS**  
ASSOCIAÇÃO DOS JUIZES DO RGS  
www.ajuris.org.br

## ATO PÚBLICO MOSTRA INDIGNAÇÃO DA SOCIEDADE

A tarde de 14 de abril de 2000 ficará marcada na história da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul. O ato público de Repúdio à Lei da Mordada, promovido pela entidade, não foi apenas uma reunião de magistrados contrariados com a aprovação desta lei em 1º turno na Câmara dos Deputados, mas a prova de que a sociedade gaúcha e brasileira não aceita o teor da matéria, que proíbe os juizes de revelarem fatos de processos, sob pena de perderem o cargo. Mais de 500 pessoas estiveram presentes ao ato. Entre elas, personalidades do mundo jurídico, como o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Paulo Roberto Saraiva da Costa Leite, e da comunicação social, jornalista Barbosa Lima Sobrinho.

O presidente da AJURIS, Luiz Felipe Silveira Difini, ressaltou durante a entrevista coletiva que a Lei da Mordada é um retrocesso democrático e pretende calar o judiciário. Na sua avaliação, "esta lei não visa proteger a honra do cidadão, mas esconder a desonra do ladrão". Difini acusou a incoerência da Câmara, que retirou a mordada para o Ministério Público, mas manteve para os juizes. Ele espera que os deputados reflitam para o 2º turno da votação e encaminhem melhor a reforma do judiciário. Para



Ministro Paulo Costa Leite e governador Olívio Dutra o presidente, a reforma em andamento é pífia e vai frustrar à população, porque em nada resolverá o grave problema da demora processual.

"Com a atual reforma, o legislativo quer impor ao judiciário a mordada e a sùmula vinculante do Supremo Tribunal Federal, retirar as garantias dos juizes e fazer longos parcelamentos dos precatórios", afirmou Luiz Felipe Silveira Difini. O presidente do STJ ressaltou que muito antes de punir os juizes, a Lei da Mordada pune à sociedade brasileira. Paulo Roberto da Costa Leite disse que o texto é um atentado contra a liberdade de informação. O ministro espera que as demais Associações de Juizes do país tomem o exemplo do Rio Grande do Sul e se rebelam contra esta norma.

O governador do Estado, Olívio Dutra, prestigiou o ato e também condenou a tentativa de censura ao Poder Judiciário e aos meios de comunicação. O movimento teve ampla repercussão perante a mídia regional e nacional, o que mostrou a importância do evento. A direção da AJURIS agradece o esforço e empenho de todos aqueles que colaborem para o sucesso deste evento. A entidade pretende ampliar a luta contra a Lei da Mordada e seguirá denunciando aquilo que considerar prejudicial à sociedade brasileira.

### PARTICIPAÇÃO DA AJURIS NA MÍDIA

A repercussão de um ato público pode ser medida pelo interesse da mídia no evento. O ato de Repúdio à Lei da Mordada mostrou que a AJURIS estava certa ao propor esta idéia ao conjunto da sociedade. As notícias sobre o ato foram veiculadas na mídia regional e nacional entre os dias 29/03 à 25/04. Confira abaixo o resumo dos veículos onde o evento foi citado.

**JORNAIS**

- Regionais: Zero Hora; Correio do Povo; Jornal do Comércio; Gazeta Mercantil RS; Diário da Assembleia Legislativa do RS; O Pioneiro (Caxias do Sul); NH; VS; Diário de Canoas; Correio de Notícias (Canoas); Diário Popular (Pelotas); Diário da Manhã (Pelotas); A Tribuna Regional (Santo Ângelo); Jornal das Missões (Santo Ângelo); Diário da Justiça e O Timoneiro (Canoas).
- Nacionais: Correio Brasileiro; Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, Jornal do Brasil e Diário Catarinense.

**RÁDIOS**

- Gaúcha, Guaíba, Bandeirantes, CBN 1340, FM Cultura - inserções nas rádios do interior do Estado através das coordenadorias regionais.

**TVs**

- RBS TV, Band TV, Guaíba, Pampa, IVE, UNITV (canal 15-NET) e Programa Bibi Nunes (canal 20-NET).



Mesa do ato público - presidente Difini ao centro

**DESCONTOS INDEVIDOS DO IPE SERÃO RESSARCIDOS - PG. 08**

# Em 1999, foi constituída a Cooperativa de Crédito **SICREDI-AJURIS**

## ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL - SICREDI AJURIS, REALIZADA EM 10-12-1999.

Aos 10 dias do mês de dezembro de 1999, às 14 horas, na sala de reuniões do 5º andar da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, gentilmente cedida, sita na Rua Celeste Gobato, 229, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, reuniram-se com o propósito de fundar uma cooperativa de economia e crédito mútuo, nos termos da legislação vigente, os magistrados que esta subscrevem, devidamente qualificados em listagem à parte, todos maiores e capazes. O Sr. Benedito Felipe Rauhen Filho, coordenador da comissão organizadora, composta também pelos senhores Guinther Spode, Antonio Guilherme Tanger Jardim, Presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, após verificar o comparecimento de 26 (vinte e seis) interessados, deu por abertos os trabalhos, convidando os demais membros, bem como senhores Alcenor Pagnussatt, Diretor-Presidente do SICREDI CENTRAL e Ênio Meinen, Superintendente do SICREDI CENTRAL a participarem da mesa. A seguir, o Sr. Antonio Guilherme Tanger Jardim - coordenador dos trabalhos da assembleia, depois de explicar os objetivos da reunião, convidou a mim, Sr. Benedito Felipe Rauhen Filho, para secretariar os trabalhos, lavrar a presente ata e conferir a documentação apresentada. Indagou, a seguir, se os presentes estavam dispostos a participar, como associados-fundadores, da constituição de uma cooperativa de economia e crédito mútuo, que teria como objetivo principal proporcionar, através da mutualidade, a educação cooperativista e a assistência financeira aos associados, além de prestar serviços inerentes à sua condição de instituição financeira, propugnando pela educação de seu quadro social, com a finalidade de fomentar a expansão do cooperativismo de economia e crédito mútuo, atendendo, entre outros, aos princípios da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito, podendo praticar todas as operações compatíveis com a sua modalidade social, inclusive obter recursos financeiros de fontes externas, nos moldes das cooperativas de economia e crédito mútuo já existentes, tendo recebido manifestações favoráveis pela unanimidade dos presentes. Dando seguimento aos trabalhos, o Sr. Coordenador pediu que fosse lido e discutido artigo por artigo da minuta de estatuto social da futura sociedade, lembrando que, para participar do SICREDI-RS, algumas de suas disposições não poderiam ser alteradas. Após detalhada leitura, explicações e debates, foi posta em votação, tendo sido aprovada, em sua íntegra, pela unanimidade dos associados-fundadores presentes e consolidada na forma do documento anexo, que passa a fazer parte integrante da presente ata, assinado e rubricado pelos interessados. A assembleia, também por unanimidade, aprovou a filiação da sociedade à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul Ltda. - SICREDI CENTRAL. Logo após, o Sr. Coordenador passou a tratar do item eleição dos membros componentes dos Conselhos de Administração/Diretoria Executiva e Fiscal, suspendendo a assembleia por 15 (quinze) minutos, a fim de que fossem feitas as indicações para a composição

## ASSINATURAS DOS ASSOCIADOS-FUNDADORES:

- | NOME                                           | ASSINATURA |
|------------------------------------------------|------------|
| 1. GUINThER SPODE                              |            |
| 2. BENEDITO FELIPE RAUEN FILHO                 |            |
| 3. PEDRO LUIZ POZZA                            |            |
| 4. MILTON CARLOS LÖFF                          |            |
| 5. ROBERTO LAUX                                |            |
| 6. RINEZ DA TRINDADE                           |            |
| 7. OSVALDO STEFANELLO                          |            |
| 8. ANTONIO GUILHERME TANGER JARDIM             |            |
| 9. DIOGENES VICENTE HASSAN RIBEIRO             |            |
| 10. MARCIO OLIVEIRA PUGGINA                    |            |
| 11. ITAMAR REZENDE DUARTE                      |            |
| 12. MARCO AURÉLIO DOS SANTOS CAMINHA           |            |
| 13. MIGUEL ÂNGELO DA SILVA                     |            |
| 14. PAULO AUGUSTO OLIVEIRA IRION               |            |
| 15. ÍCARO CARVALHO DE BEM OSÓRIO               |            |
| 16. VOLCIR ANTONIO CASAL                       |            |
| 17. MARTIN SCHULZE                             |            |
| 18. ELISA CÂNOVAS TEIXEIRA                     |            |
| 19. FERNANDO BRAF HENNING JUNIOR               |            |
| 20. LUÍS AUGUSTO COELHO BRAGA                  |            |
| 21. MARIA ISABEL PEREIRA DA COSTA              |            |
| 22. ASSIS FONTOURA DE ALMEIDA                  |            |
| 23. JOÃO RICARDO DOS SANTOS COSTA              |            |
| 24. JOSÉ CARLOS SANCHES GUIMARÃES              |            |
| 25. LÉO ROBERTO PRESSER                        |            |
| 26. ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL |            |





Em 2000, foi inaugurada a **Cooperativa de Crédito – SICREDI-AJURIS**



**Atualmente  
tem 1053  
participantes**



Em 2000, as pensionistas passaram a sócias da **Cooperativa SICREDI**




Em 2000, AJURIS conseguiu a **abertura das sessões administrativas do TJ/RS que passaram a ser públicas**





# Em 2000, a AJURIS passou a ter coluna permanente no Jornal do Comércio



## AJURIS

### Sobre o novo Código Penal

*José Antonio Paganella Boschi*

Acuado pelo vertiginoso crescimento dos índices de violência e de criminalidade, o Poder Executivo, não faz muito, encaminhou ao Congresso proposta de alteração substancial do Código Penal. Aumentam os prazos para progressão e livramento condicional e extingue-se o regime aberto e o sursis, dentre outras novidades.

Assim agindo, o governo federal reforça sua concepção de que a violência e a criminalidade, que infernizam nossas vidas não são problemas de políticas públicas e sim problemas de repressão exemplar, embora a discussão quanto à eficácia da penitenciária, na reintegração social dos criminosos, não conste, ainda, da pauta oficial de debates públicos.

Mantendo-se fiel, então, à essa concepção que propõe o uso abusivo do direito penal como instrumento de combate ao crime (de que são exemplos a lei dos crimes hediondos, a que dispõe sobre o crime organizado, a que instituiu o severíssimo e arrecadador CTB, a que prevê a prisão temporária para averiguações e a que, dentre outras, considera crime a posse de "arma" de brinquedo), o governo brasileiro dá mostras de que segue a direção contrária da dos países mais preocupados com os direitos fundamentais e as liberdades públicas de seus cidadãos.

Excetuada a política norte-americana de "tolerância zero", que, em Nova York, sacrificando garantias individuais, direcionou seu rigor intrínseco sobre a população mais pobre, em outros países desenvolvidos trabalha-se hoje com a idéia de que uma boa estratégia no combate ao crime e à violência passa pela execução de políticas públicas voltadas não para os efeitos mas, isto sim, para suas fontes de produção.

Nesse sentido, ao direito penal outorga-se a função de soldado de reserva, pronto para ser chamado só quando tais políticas fracassarem em seus objetivos. Um Estado socialmente maximizado possibilita incidência mínima ou apenas residual do sistema repressivo-penal. Nessa ordem de idéias, as modernas propostas de solução dos variados conflitos sociais se ligam aos estudos críticos que influem a revisão das próprias funções do Estado.

Como demonstra a política brasileira que, inversamente, maximiza o Estado Penal, o objetivo, ao editar leis carregadas de severidade, é fazer crer que elas se revestem de enorme força intimidativa e que, por isso mesmo, bastarão, por si próprias, gerando aquele sentimento de que a impunidade ou os altos índices de violência decorrem menos da ausência de instrumentos e mais da inoperância da polícia, do M.P. e do Judiciário. Esquece-se que mais vale a rapidez na punição do que penas desproporcionais à gravidade da falta e que, por outro lado, a verdade verdadeira é a de que nenhum criminoso em potencial costuma ler Código Penal antes de executar o seu desígnio criminoso, para avaliar se a vantagem compensa todos os riscos.

Com efeito, as leis penais, mesmo as mais rigorosas, sozinhas, não atuam como obstáculos insuperáveis à vontade criminosa, até porque o delinquente supõe não ser jamais apanhado para ser levado às barras do Tribunal.

Não fosse assim, depois da publicação da lei dos crimes hediondos não mais estaríamos a ouvir falar de seqüestros, de assaltos a banco, de estupros, de homicídios qualificados, etc. etc.

Sob o ponto de vista do direito penitenciário, o Projeto de Reforma do CP é, também, altamente criticável porque, com a revogação do regime aberto e do sursis os efeitos deletérios do cárcere atingirão indivíduos não perigosos condenados por fatos de baixa lesividade, e, por outro lado, porque com a ampliação dos prazos para o alcance da progressão ao regime semi-aberto ou ao livramento condicional, freando o acesso ao mundo livre, o interior das penitenciárias se transformará em ambi-



Em 2000, iniciou a veiculação do **Programa Sala de Audiência**, no qual foram entrevistadas personalidades e abordados temas importantes da área jurídica



Em 2008, o programa sala de audiência passou a ser exibido em televisão aberta, na emissora TVE

Em 2001, o Departamento de Cidadania participou da organização da **Conferência Estadual de Direitos Humanos e do Comitê Estadual de Organização do Fórum Social Mundial** realizado em Porto Alegre

## AJURIS PARTICIPA DO I FÓRUM SOCIAL MUNDIAL



*Estande da AJURIS: um dos mais visitados no FSM*

Paralelamente ao Fórum Social Mundial, a AJURIS promoveu o **Fórum Mundial de Juízes**, reunindo magistrados de vários países



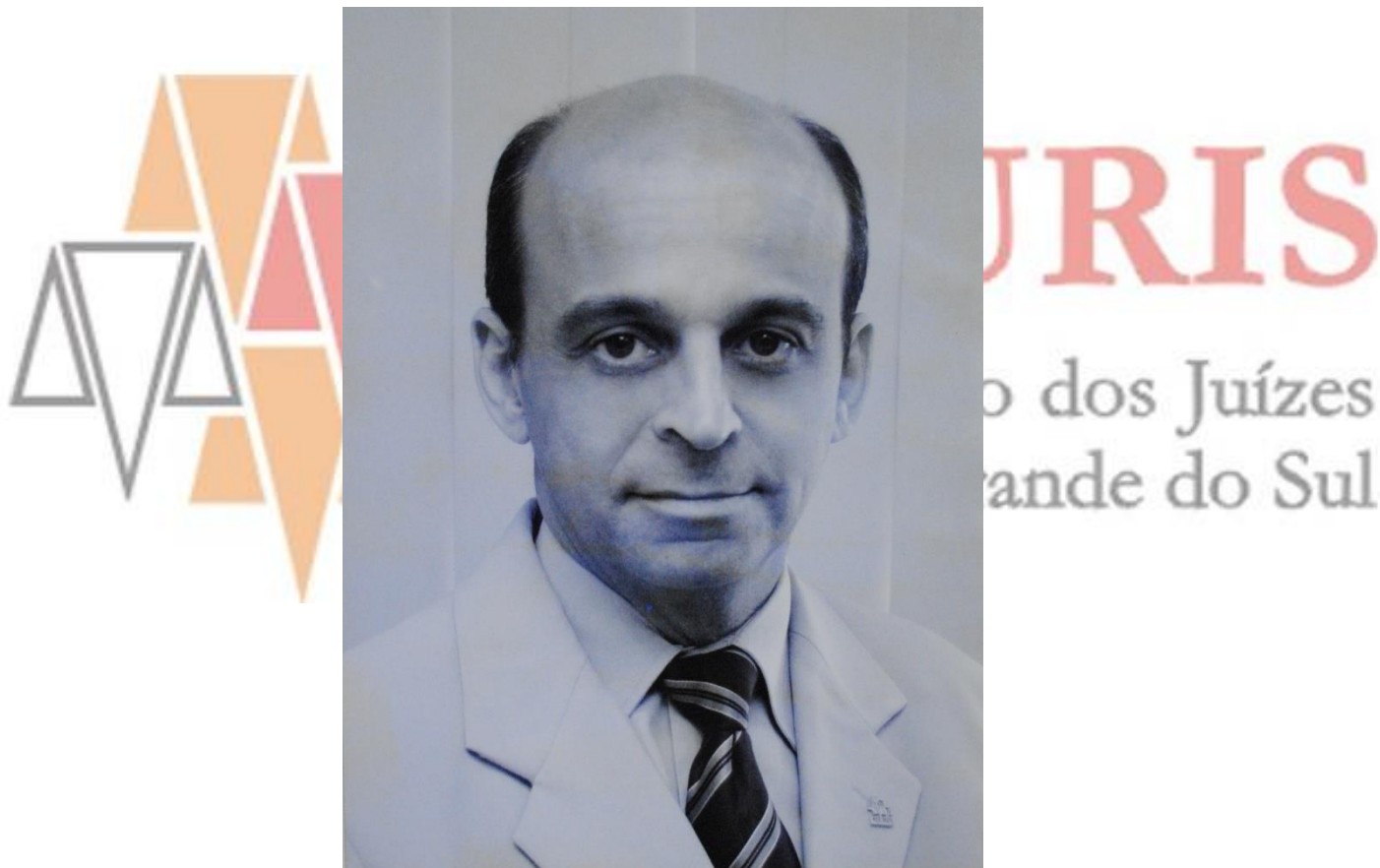
*Solenidade de lançamento do Fórum Mundial de Juízes reuniu autoridades empenhadas em discutir a estrutura do Judiciário*



Em 2001, foi produzido o **PROGRAMA AJURIS INFORMA** - quando foram lançados CDs, distribuídos às rádios com dicas jurídicas. A coordenação era do então Diretor de Comunicação Social, **Túlio de Oliveira Martins**



Presidente da AJURIS  
**JOSÉ AQUINO FLÔRES DE CAMARGO**  
(GESTÃO 2002-2003)



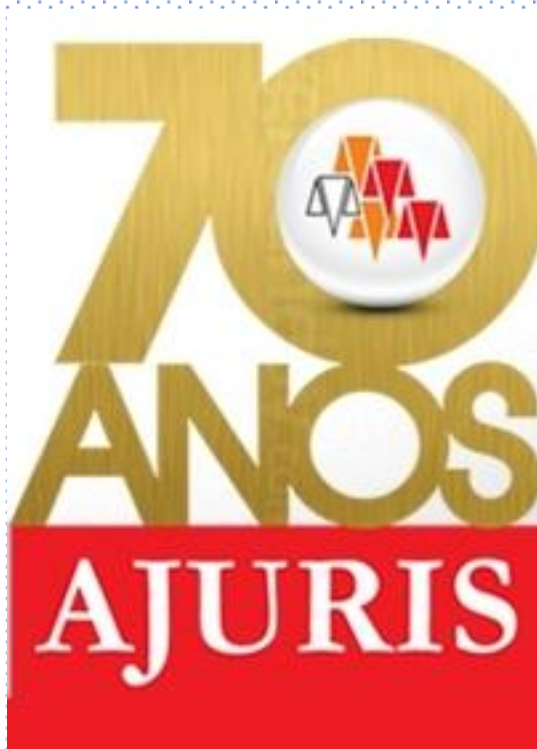
## **VICE-PRESIDENTES DA GESTÃO (2002 A 2003)**

**Vice- Presidente Administrativo:** Carlos Rafael dos Santos Júnior

**Vice-Presidente Social :** Joel Sani Scheva

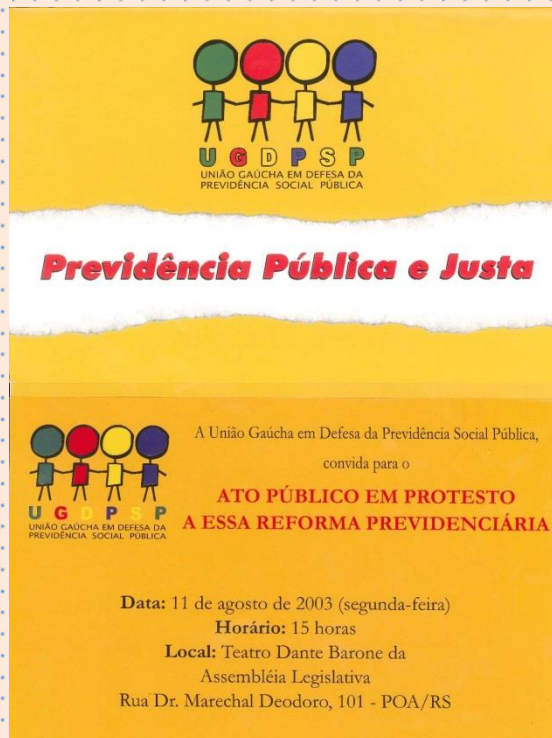
**Vice-Presidente Cultural:** Elisa Cánovas Teixeira

**Vice-Presidente Patrimônio e Finanças :** Ícaro Carvalho de Bem Osório





Em 2002, reagindo ao **projeto da Reforma da Previdência**, a AJURIS tomou a liderança na articulação de diversas entidades do funcionalismo público, sendo criada a União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública



*Magistrados percorreram ruas da Capital em passeata contra a reforma da Previdência*

**Em 2003, realizada uma manifestação**, em torno do tema, começou no átrio do Foro Central da Capital, de onde partiu uma passeata com cerca de 4 mil servidores públicos.

Em agosto do mesmo ano, realizou-se ato no Auditório Dante Barone da Assembleia Legislativa, reunindo mais de 500 manifestantes

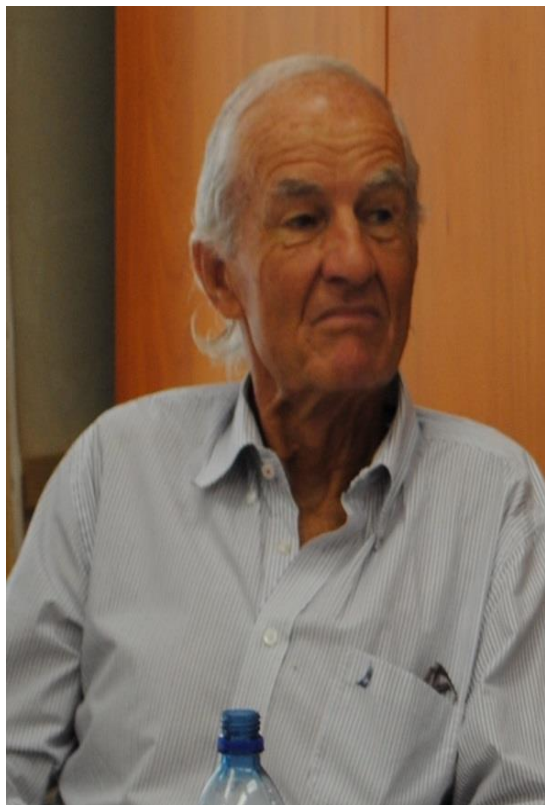
Em 2002, o Conselho Deliberativo, sob a Presidência de **Felipe Rauen Filho** começou a **interiorizar as reuniões**, obtendo significativa participação

### **CONSELHO EXECUTIVO REALIZA REUNIÃO CONJUNTA COM COORDENADORIAS DO INTERIOR**

Com a presença do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Adroaldo Furtado Fabrício, do Presidente da AJURIS, Cláudio Baldino Maciel e demais membros da Diretoria da Associação, realizou-se no dia 17 de maio, às 14 horas, em Caxias do Sul, a reunião conjunta do Conselho Executivo da AJURIS com a 4ª e com a 9ª coordenadoria. A abertura dos trabalhos foi realizada pelo desembargador Fabrício, sendo que durante o encontro, que contou com a presença de mais de 45 colegas, o Presidente da AJURIS fez um his-

tórico das realizações da Associação até o presente momento, abordando, principalmente, o problema dos vencimentos da classe e as medidas que estão sendo adotadas sobre este assunto. Também os membros da Diretoria da AJURIS efetuaram uma exposição do que pretendem realizar em seus respectivos departamentos. Após a reunião, a Diretora do Foro de Caxias do Sul, colega Ketlin Casagrande, e os coordenadores Rinez da Trindade e Carlos Eduardo Richinitti ofereceram um coquetel aos participantes do encontro.

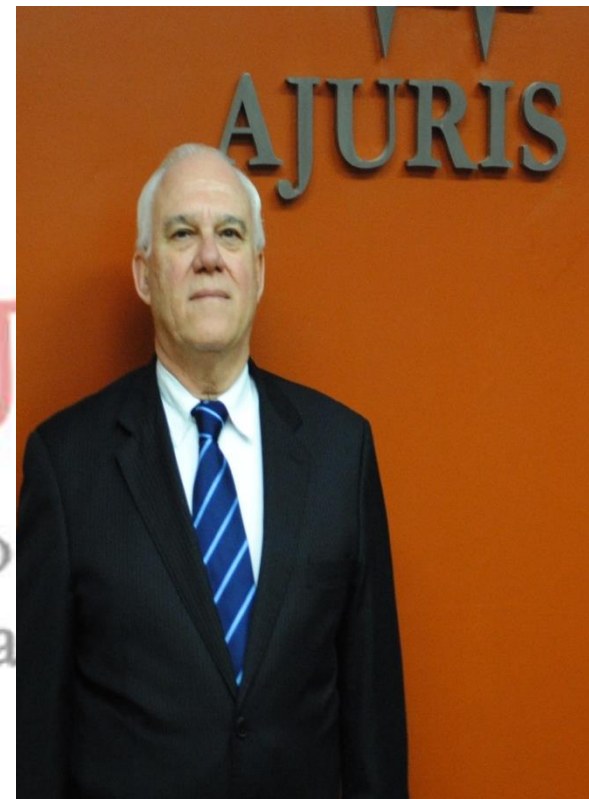
## **PRESIDENTES DO CONSELHO DELIBERATIVO**



**LUIZ FERNANDO KOCH**



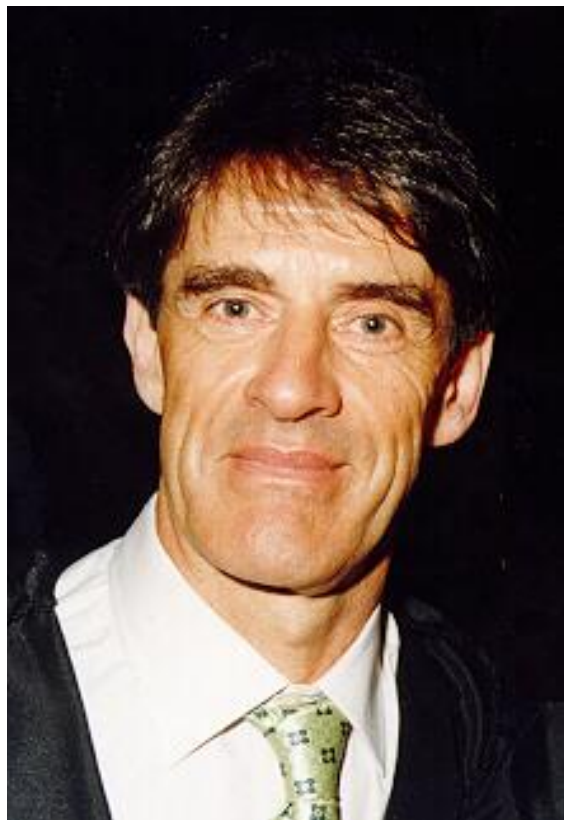
**CACILDO DE ANDRADE XAVIER**



**ALCINDO GOME BITTENCOURT**



## **PRESIDENTES DO CONSELHO DELIBERATIVO**



**BRENO MOREIRA MUSSI**



**LUIZ GASPAR BECK DA SILVA**

## **PRESIDENTES DO CONSELHO DELIBERATIVO**



**FELIPE RAUEN FILHO**



**ANDRÉ LUIS DE MORAES PINTO**

## **PRESIDENTES DO CONSELHO DELIBERATIVO**



**IRIS HELENA MEDEIROS NOGUEIRA**



**VERA DEBONI**



# **PRESIDENTES DO CONSELHO DELIBERATIVO**



**JANE MARIA KÖHLER VIDAL**



**ÍCARO CARVALHO DE BEM OSÓRIO  
(ATUAL PRESIDENTE)**

**Em 2003, foi inaugurada a Sede Administrativa da AJURIS**

**As sedes anteriores foram no Palácio da Justiça, no Foro Central e na Escola Superior da Magistratura**



Presidente da AJURIS  
**CARLOS RAFAEL DOS SANTOS JÚNIOR**  
(GESTÃO 2004-2005)





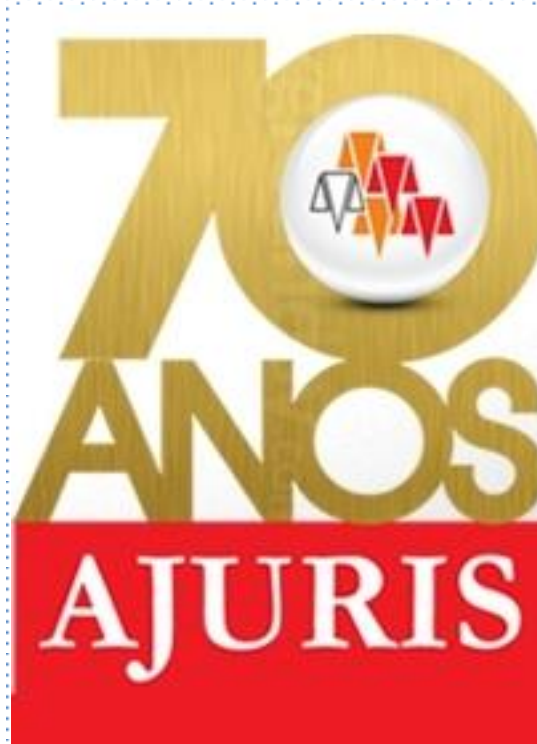
## **VICE-PRESIDENTES DA GESTÃO (2004 A 2005)**

**Vice- Presidente Administrativo:** Denise Oliveira Cezar

**Vice-Presidente Social :** Milton dos Santos Martins

**Vice-Presidente Cultural :** Ricardo Pippi Schmidt

**Vice-Presidente Patrimônio e Finanças :** Cláudio Luís Martinewski



# Em 2004, comemorou-se os 60 anos da AJURIS realizando uma importante campanha publicitária que ganhou a mídia nacional: A gente fez pela sociedade, a gente faz por você

**Jornal da AJURIS** Ano XLIV/2016 4ª semana Junho 2004 Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul

**PODERES E SERVIDORES FINALIZAM SUGESTÕES DE MUDANÇAS NO IPE** pág. 3

**NOVA ESTRUTURA DO CURSO DE PREPARAÇÃO QUALIFICA AINDA MAIS A ESCOLA DA MAGISTRATURA** Suplemento Especial pág. 12

**MULHERES DE TOGA: AUMENTA PARTICIPAÇÃO FEMININA NOS TRIBUNAIS** pág. 12

## AJURIS LANÇA PRIMEIRA CAMPANHA PUBLICITÁRIA DA SUA HISTÓRIA

A gente fez pela sociedade, a gente faz por você. Com esse slogan, a AJURIS lançou em junho a primeira campanha publicitária da sua história. As peças publicitárias marcam a passagem dos 60 anos da sociedade, a serem comemorados em 11 de agosto, e valorizam a magistratura e o Poder Judiciário. A ideia central da campanha é informar sobre o papel dos juizes e do Judiciário na sociedade, mostrando com exemplos (veja quadro abaixo) o quanto eles ajudam na modernização da vida dos brasileiros.

O posicionamento de comunicação adotado pela AJURIS é de que, para valorizar o Judiciário – e com isso magistrados –, a sociedade precisa entender o seu funcionamento e o seu papel. Desenvolvendo os conceitos de tradição e modernidade, a campanha – definida a partir de um trabalho de

Além de ricos em informação, os dez spots de rádio, um filme para a TV e dez anúncios para a mídia impressa que foram produzidos sob o comando de uma agência especializada em comunicação jurídica, foram produzidos com uma linguagem leve.

“Vamos mostrar as ações da magistratura que contribuem para melhorar a vida das pessoas. Além de valorizar a imagem do juiz e da instituição, a campanha informa a respeito do Judiciário”, disse o presidente da Associação, Carlos Rafael dos Santos Junior. “É a história animada de milhares de juizes que, através de sua atuação, ajudam a moldar os valores pessoais, sociais, ambientais e de respeito entre os brasileiros”, completou Lúcio Narciso Brancher, diretor de Comunicação Social da AJURIS.

**A HISTÓRIA DA AJURIS PASSA PELA PROTEÇÃO À INFÂNCIA E À JUVENTUDE.**

A Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, está comemorando 60 anos. Talvez você ainda não saiba, mas por iniciativa dos juizes, juizes e jovens vítimas de abuso sexual em Porto Alegre não podem mais, pelo consentimento de quem depõe, ser punidos de morte ou prisão perpétua. Isso graças ao trabalho dos juizes, que, em conjunto com o Ministério Público, garantiram a proteção da criança e do adolescente.

**A HISTÓRIA DA AJURIS PASSA PELA PROTEÇÃO À INFÂNCIA E À JUVENTUDE.**

A Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, está comemorando 60 anos. Talvez você ainda não saiba, mas por iniciativa dos juizes, juizes e jovens vítimas de abuso sexual em Porto Alegre não podem mais, pelo consentimento de quem depõe, ser punidos de morte ou prisão perpétua. Isso graças ao trabalho dos juizes, que, em conjunto com o Ministério Público, garantiram a proteção da criança e do adolescente.

**ZERO HORA JUSTIÇA & CIDADANIA**

Porto Alegre, agosto de 2004

**O poder do cidadão**

Um guia para conhecer os acessos à Justiça e acompanhar ações judiciais

**As soluções negociadas** Páginas 4 e 5

**O andamento dos processos** Páginas 7 e 13

**Quando o povo é quem julga** Páginas 10 e 11

**Glossário de termos jurídicos** Página 19

**A HISTÓRIA DA AJURIS PASSA PELA PROTEÇÃO À INFÂNCIA E À JUVENTUDE.**

A Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, está comemorando 60 anos. Talvez você ainda não saiba, mas por iniciativa dos juizes, juizes e jovens vítimas de abuso sexual em Porto Alegre não podem mais, pelo consentimento de quem depõe, ser punidos de morte ou prisão perpétua. Isso graças ao trabalho dos juizes, que, em conjunto com o Ministério Público, garantiram a proteção da criança e do adolescente.

**AJURIS** 60



Em 2004, também como **atos comemorativos aos 60 anos da AJURIS**, realizou a Rústica 60 anos (prova integrante do Circuito de corridas de Porto Alegre) e o Baile na Associação Leopoldina Juvenil



# PROJETO COMUNITÁRIO

## DESMISTIFICA FIGURA DO JUIZ

O Rio Grande do Sul é o segundo Estado brasileiro em número de adolescentes internados no Brasil. A informação é do juiz do 2º Juizado da Infância e Juventude, José Antônio Daltoé Cezar, palestrante da primeira edição do Projeto AJURIS Comunidade, que ocorreu no dia 23 de novembro, no salão paroquial da igreja Nossa Senhora de Belém, no bairro Belém Novo, em Porto Alegre.

O evento foi realizado em parceria com a Escola Estadual de Ensino Fundamental Evarista Flores da Cunha. A reunião contou ainda com as presenças do presidente da AJURIS, Carlos Rafael dos Santos

Júnior, e da coordenadora do projeto, a juíza Analúcia de Albuquerque Paiva.

“A idéia é desmistificar a figura do juiz e mostrar que ele é um prestador de serviço”, afirmou Carlos Rafael na abertura da reunião, que foi marcada pela informalidade. Pais, professores e juízes trocaram experiências sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tema da palestra de Daltoé Cezar.

Segundo ele, a sociedade civil não pode esperar que o poder público cumpra a função de primeiro responsável por crianças e adolescentes. “Os pais são os grandes responsáveis. Ao Estado cabe orientar e evitar os excessos”, disse. Porém, explicou, quando pai e mãe não cumprem essa função, cabe à comunidade – escola e Conselho Tutelar – tomar providências.

“A teoria do ‘não dá nada’ que muitos dos jovens defendem não funciona bem assim. O adolescente vai ser responsabilizado, sim, conforme seu ato infracional”, afirmou.

O Rio de Janeiro tem a metade dos internos do Rio Grande do

Sul, que hoje contabiliza mais de mil adolescentes cumprindo pena de internação, 600 apenas em Porto Alegre. “Isso acontece porque a Justiça gaúcha, apesar de seus problemas, ainda funciona melhor que no restante do país”, disse Daltoé.

O Projeto AJURIS Comunidade é uma promoção do Departamento da Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos da AJURIS.



DALTOÉ FALOU A PAIS E PROFESSORES

Em 2004, instalou-se o **Projeto AJURIS-Comunidade**, com o objetivo de realizar palestras sobre direitos da cidadania e sobre o funcionamento do Judiciário para a comunidade

Em 2004, criou-se o **Prêmio AJURIS de Direitos Humanos**, que contou com a inscrição de 29 trabalhos acadêmicos produzidos em oito diferentes universidades



*Vencedor Paulo McDonald (D) recebe prêmio do Presidente da Ajuris*



*Diretores Eugênio Terra e Roberto Lorea*



*Os premiados e os organizadores na Escola Superior da Magistratura*





# Em 2004, o Departamento de Assuntos Institucionais criou grupos de estudos que conseguiu aprovação da PEC Paralela da Previdência Social que amenizou os efeitos da Emenda Constitucional nº 41 e restabeleceu direitos previdenciários perdidos pela magistratura.

## O Des. Aymoré Roque Pottes de Mello encabeçou a luta pela aprovação desta PEC

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Disciplina a fixação do limite remuneratório para os agentes públicos dos Poderes Legislativo e Executivo dos Estados e do Distrito Federal, determina a aplicação do disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, às pensões derivadas dos proventos de aposentadoria dos servidores públicos que se aposentarem na forma do caput do art. 6º da mesma Emenda, e disciplina a forma de contribuição dos servidores portadores de doença incapacitante para o custeio da Previdência Social.

Art. 1º O inciso XI do art. 37 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 37

XI – observado o disposto nos arts. 21, XIII e XIV; 22, XVII; 27, § 2º; 28, § 2º; 29, V e VI; 32, § 3º; 37, X; 39, § 4º; 49, VII e VIII; e 142, VIII, não poderão a remuneração, o subsídio, os proventos de aposentadoria, ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais, dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, detentores de mandatos eletivos, membros, servidores e pensionistas:

a) de qualquer dos Poderes e do Ministério Público da União exceter o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

b) do Poder Judiciário e do Ministério Público dos Estados exceter o subsídio mensal, em espécie, dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se esse limite aos Procuradores e Advogados dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, organizados em carreira, e aos Defensores Públicos;

c) do Poder Executivo dos Estados e do Distrito Federal exceter o subsídio mensal do Governador, ou, na forma da Lei, respectivo valor de referência, não inferior a esse subsídio, nem superior ao subsídio mensal

do Desembargador do respectivo Tribunal de Justiça, estabelecendo-se, em seu âmbito, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, como limite, o disposto na alínea “b” deste inciso;

d) do Poder Legislativo dos Estados e do Distrito Federal exceter o subsídio mensal dos Deputados Estaduais e Distritais, facultando-se estabelecer, em seu âmbito, mediante lei, como limite, o disposto na alínea “b” deste inciso;

e) dos Poderes do Município exceter o subsídio mensal do Prefeito, ou, na forma da Lei, respectivo valor de referência, não inferior a esse subsídio, nem superior ao subsídio mensal do Desembargador do respectivo Tribunal de Justiça, facultando-se estabelecer, em seu âmbito, mediante lei de iniciativa do Poder Executivo, como limite, o disposto na alínea “b” deste inciso;

” (NR)

Art. 2º Aplica-se o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, às pensões derivadas dos proventos de aposentadoria dos servidores públicos que se aposentarem na forma do caput do art. 6º da mesma Emenda.

Art. 3º Os servidores inativos e os pensionistas da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, portadores de doença incapacitante, na forma da lei, em gozo de benefícios na data de publicação da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, contribuirão para o custeio do regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal na forma prevista em seu § 2º.

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data da vigência da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

Senado Federal, em de de 2005

Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal

gdt/psd/0703



A AJURIS obteve uma vitória no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na primeira semana do mês de agosto. A decisão do CNJ a respeito do adicional compensatório contou com a importante colaboração do desembargador Aymoré Roque Pottes de Mello, da 6ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça (TJRS).

Elaborado por ele, um estudo aprofundado da matéria ajudou no esclarecimento da questão e teve caráter decisivo para o julgamento favorável. O presidente da AJURIS, João Ricardo dos Santos Costa, entregou o arrazoado ao ministro Eliott Dippi, que formulou um pedido de vista após o voto favorável do relator do processo, o conselheiro Marcelo Neves. Com relação ao tema, o desembargador Aymoré explica que a Emenda Constitucional (EC) nº 20, de 1998, criou um novo regime previdenciário incorporando juízes, conselheiros dos Tribunais de Justiça (TJs) e membros dos Ministérios Públicos (MPs). “De certa forma, a EC 20/98 acabou com o regime de aposentadoria diferenciada dessas três categorias, que estabeleceram 30 anos de tempo de serviço, dentre os quais cinco anos de judicatura”, detalha.

Anos depois, em que unificamos as regras de aposentadoria para o setor funcional público, a medida acabou dividindo-o em três contingentes distintos, atingindo também membros dos TJs, dos MPs e da magistratura. “Quem ingressou após a entrada em vigor da EC 20/98 já começou a trabalhar sob as novas regras. Outros, que já tinham atingido o tempo estabelecido antes, permaneceram com o direito previdenciário. Mas, para um grupo intermediário, foi criado um regime de transição”, lembra.

Desta forma, para os membros homens do regime de transição, a EC 20/98 garantiu a reconhecida de 17% como período compensatório. Também chamado de tempo ficto no tempo de serviço. “No decorrer o tempo de contribuição foi migrado de 30 para 35 anos, o legislador – através do artigo 8º, parágrafo 3º – conferiu o direito de computar este adicional

compensatório no tempo de serviço, efetivamente prestado até 15 de dezembro de 1998, para quem estava neste regime de transição”, esclarece Aymoré.

A tese central do parecer do desembargador gaúcho é de que o direito compensatório concedido, por não necessitar de regulamentação, teve incidência direta e imediata em 16.12.1998, excluindo todos os seus efeitos e integrando-se, desde aquela data, ao patrimônio funcional dos juízes que estavam no regime de transição. Sendo assim, o desembargador afirma que a tese não entra em choque com a jurisprudência precedencial do Supremo Tribunal Federal (STF), que já reconhece a existência de direitos previdenciários adquiridos na forma da lei ou da Súmula 309.

Em 2003, outra EC alterou novamente as regras com o pagamento em dinheiro. A emenda 41/03 revogou o artigo 8º da EC 20, mas não afetou o direito concedido no parágrafo 3º, cuja incidência e esgotamento já havia ocorrido em 16.12.1998. “Supor, entretanto, a emenda 41/03 tenha criado novas modalidades de aposentadoria voluntária para os juízes do regime de transição, o tempo compensatório incorporado na folha funcional de cada um continuou valendo para atender às novas e rígidas exigências previdenciárias”, garante.

Dois anos depois, a EC 47/05 criou mais uma hipótese de aposentadoria voluntária, com proventos integrais e com período, para o regime de transição daqueles que ingressaram no serviço público até a publicação da EC 20, mas que não tinham cumprido todos os requisitos previdenciários para obter sua aposentadoria voluntária até 16.12.1998. Com base no total do seu tempo de serviço – que incluía o período compensatório de 17% obtido em 16.12.1998 – um magistrado da Justiça do Trabalho pediu a sua aposentadoria.

Por razões de segurança jurídica, o Conselho da Justiça do Trabalho protocolou Pedido de Providências no CNJ. Em decisão unânime, o CNJ determinou que o tempo compensatório deve ser aplicado a todos os magistrados do sexo masculino que fazem parte do grupo do regime de transição da EC 20/98.

12

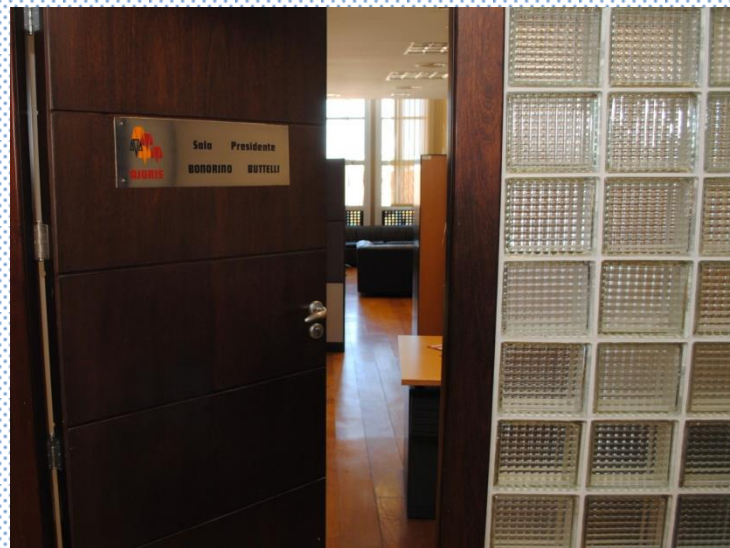


Em 2004, a sala de **Convivência dos Magistrados em Caxias do Sul** foi um dos seis espaços inaugurados no interior do Estado, com estrutura de móveis e utensílios, para o conagraçamento e reuniões dos juízes



Atualmente a AJURIS **tem salas de convivência em:** São Leopoldo, Novo Hamburgo, Pelotas, Santa Maria, Caxias do Sul, Santa Rosa, Cruz Alta, Santa Cruz do Sul, Passo Fundo, Tramandaí, Bagé, Osório, Ijuí, Canoas e no Foro Regional do Sarandi

**Em 28 de junho de 2004, reinauguração da Sala Bonorino Butelli, no Palácio da Justiça na Praça da Matriz, que consiste num espaço administrado pela AJURIS com a disponibilização de uma funcionária para atender aos magistrados**





Em 2005, foi criado o **projeto “Conversando com o Autor”**, com diálogos descontraídos com escritores, juízes e pessoas da comunidade, para falar sobre livros e criação literária

No mesmo ano, a AJURIS homenageou centenário de Érico Veríssimo, em Cruz Alta, em evento que levou cerca de 350 pessoas ao clube Arranca

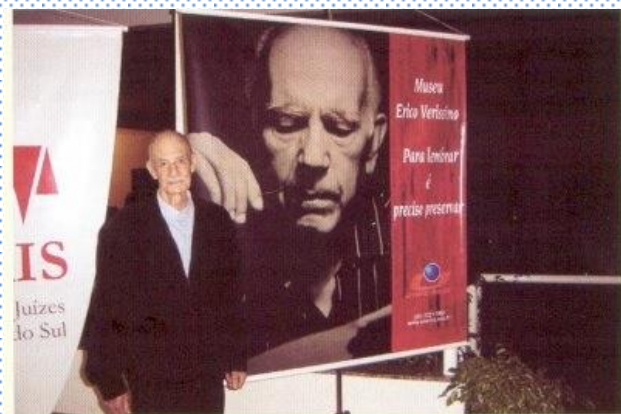
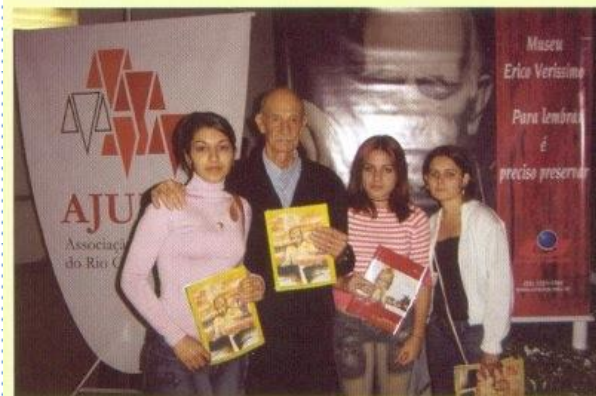


Foto: AJURIS

Centenário de nascimento do escritor é comemorado no Brasil e no exterior



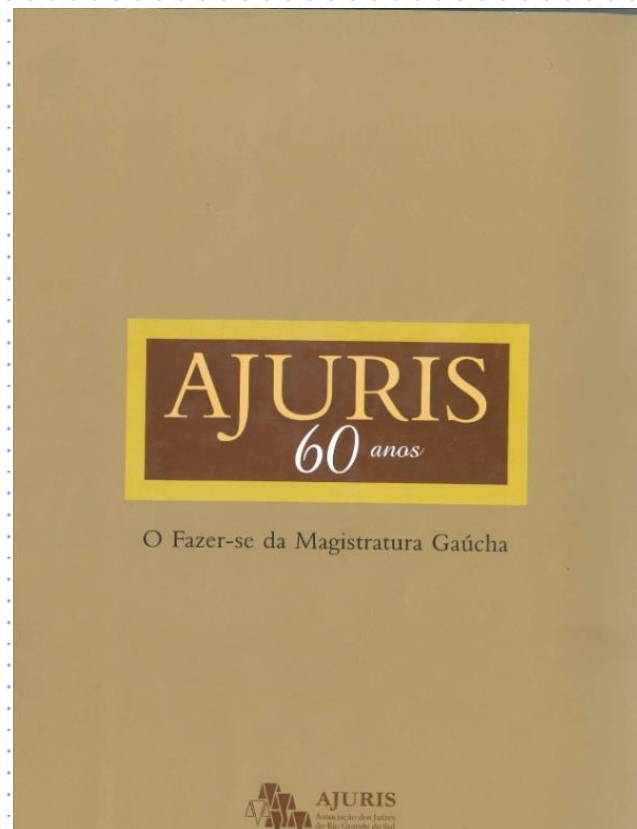
Salão do Clube Arranca recebeu mais de 350 convidados



Museólogo Edegar e estudantes cruz-altenses



Em 2005, **criação do Projeto Memória**, objetivando **sistematizar os 60 anos de história da AJURIS**, mediante organização do acervo documental, a realização de investigações históricas e a publicação de uma obra comemorativa



Em 2005, foi criado o **alfinete do magistrado jubilado**, de ouro com brilhante incrustado com o logotipo da AJURIS, representando um agradecimento aos magistrados pela dedicação de uma vida à Justiça e ao bem comum



Em 2005, realizado **I Seminário Internacional sobre o Poder Judiciário**



Seminário Internacional sobre o Poder Judiciário, realizado em Porto Alegre em 19 e 20 de maio de 2005. Promoção AJURIS – Escola Superior da Magistratura.



Presidente da AJURIS  
**DENISE OLIVEIRA CEZAR**  
(GESTÃO 2006-2007)



**RIS**  
dos Juízes  
do Sul

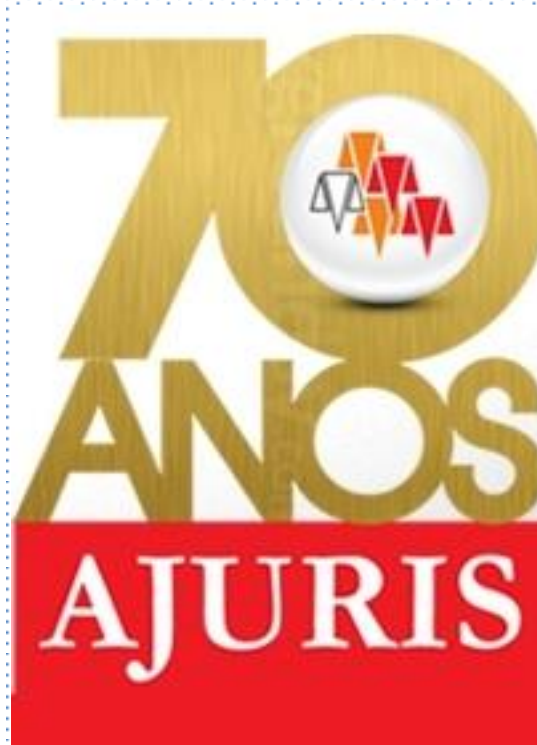
## **VICE-PRESIDENTES DA GESTÃO (2006 A 2007)**

**Vice- Presidente Administrativo:** Carlos Cini Marchionatti

**Vice-Presidente Social:** Breno Beutler Júnior

**Vice-Presidente Cultural:** Andréa Rezende Russo

**Vice-Presidente Patrimônio e Finanças:** Alberto Delgado Neto



Em março de 2006, a AJURIS começou a participar da “**Agenda Estratégica**” - RS 2006/2020 – O Rio Grande que queremos, que visava estabelecer uma visão de futuro para o Estado



*Relatório de Gestão - Biênio 2006/2007*

## Destaques

### Agenda Estratégica RS 2006/2020

Em março de 2006, a AJURIS começou a participar da “Agenda Estratégica RS 2006/2020 – O Rio Grande que queremos”, que visava estabelecer uma visão de futuro para o Estado. A entidade participou de diversas reuniões e encontros com vários segmentos da sociedade.



Em maio de 2006, a AJURIS iniciou o processo de divulgação no Estado da **Operação Eleições Limpas**, projeto lançado pela AMB

## Eleições Limpas

# ESFORÇO CONJUNTO CONTRA FRAUDES ELEITORAIS



PRESIDENTE DA AMB, RODRIGO COLLAÇO, LANÇOU OPERAÇÃO EM BRASÍLIA

A AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) lançou, no dia 10 de maio, em Brasília, a “Operação Eleições Limpas”, uma campanha voltada à mobilização dos juízes e da sociedade por um processo eleitoral ético, legal e democrático. Motivado pelos escândalos de caixa

política. A operação conta com uma rede de 15 mil juízes que atuam no país e está aberta ao engajamento da sociedade.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, há 173 juízes eleitorais. Ouvido pelo Jornal da AJURIS, o presidente do TRE-RS, desembargador Roque

dois, o movimento tem como objetivo conclamar magistrados e eleitores a fiscalizar com rigor o pleito de 2006.

O lançamento da campanha, no Hotel Blue Tree Park, foi feito pelo presidente da AMB, Rodrigo Collaço. Ele afirmou que é hora de a magistratura nacional unida direcionar seus esforços e lutar para combater a corrupção, conferindo ética à po-

Miguel Fank, disse que a Operação Eleições Limpas “é instrumento valioso para a conscientização ético-eleitoral dos políticos e cidadãos na busca de uma democracia mais concreta e efetiva”.

Durante o lançamento, foram apresentados os VTs da campanha institucional, veiculada pela Rede Globo e disponibilizada às associações filiadas à AMB, que também poderão divulgar spots de rádio e cartilhas impressas.

A AJURIS foi representada no evento pelo diretor do Departamento de Assuntos Constitucionais e Legislativos e vice-presidente da AMB, Aymoré Roque Pottes de Mello, e pela diretora do Departamento de Pensionistas, Eneida Barbosa.

A cientista política Lucia Hippolito, que fez palestra no evento, elogiou a campanha pelo fato de democratizar as informações sobre o assunto. Ela observou que sistema eleitoral brasileiro, permitindo coligação na votação proporcional e sem a fidelidade partidária, entre outros problemas, propicia distorções.

Em maio de 2006, a presidência da AJURIS participou do **Fórum Pacto pelo Rio Grande**, que tinha como escopo debater três pontos considerados cruciais para o futuro do Estado: o déficit estrutural e a crise financeira, a modernização da gestão pública e estratégias de desenvolvimento econômico, social e ambiental





Na data de 17 a 21 de outubro de 2006 foi realizado em Porto Alegre, no Hotel Plaza São Rafael, o **III Congresso Nacional de Pensionistas** da Magistratura promovido pela AMB



*I Congresso Nacional de Pensionistas foi realizado em Belo Horizonte...*

## **I Congresso Nacional de Pensionistas**



*...e o II teve como sede a capital da Bahia, Salvador*

## **II Congresso Nacional das Pensionistas**



## **III Congresso Nacional de Pensionistas**



Em 24 de julho de 2006, a AJURIS promoveu o **lançamento da campanha pela prevenção da violência e criminalidade juvenil**, em parceria com a Corregedoria-Geral da Justiça e Conselho de Supervisão da Infância e da Juventude, com o objetivo de desencadear uma ação nas Comarcas do interior do estado



Em 27 de junho de 2007, a AJURIS lançou no Rio Grande do Sul a **Campanha Mude um Destino** com o objetivo de mobilizar a sociedade em favor das crianças e adolescentes que vivem em abrigos e gerar mecanismos que mudem as suas realidades



# Em 2006, foi realizado Encontro entre os candidatos ao Governo do Estado

## EDIÇÃO ESPECIAL

Ano XII - Setembro 2006

### EDITORIAL ESPÍRITO PÚBLICO RECONHECIDO

**A** AJURIS e a União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública, ciosas do dever de informar seus associados e integrantes sobre as propostas dos candidatos a governadores do Rio Grande do Sul, convidaram todos os postulantes ao cargo a exporem pontos de seus programas de governo.

Das exposições dos candidatos, resultou esta edição especial do Jornal da AJURIS, que será distribuída aos associados e às entidades da União Gaúcha. Dessa forma, pretendemos contribuir para que uma parcela significativa dos servidores públicos conheça melhor o pensamento dos diferentes candidatos sobre assuntos de interesse da categoria e assim decida com mais clareza o nome de sua preferência.

A AJURIS e a União Gaúcha reconhecem o espírito público dos candidatos lançados na disputa ao Palácio Piratini. Por si só, esse é um gesto de valorização da democracia. Dada a complexidade dos problemas a enfrentar, a disposição de colaborar para um Estado mais desenvolvido e justo reveste-se de maior importância.

Em nome dos associados da AJURIS e dos integrantes da União Gaúcha, que temos a honra de coordenar, externamos nosso agradecimento a todos os candidatos, desejamos boa sorte no pleito e reiteramos que nossas entidades estão sempre abertas ao diálogo com todas as correntes políticas e segmentos da sociedade.

Denise Oliveira Cesar  
presidente da AJURIS



Jornal da AJURIS

Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul

ELEIÇÕES 2006

## CANDIDATOS AO GOVERNO EXPÕEM SEUS PROGRAMAS

**E**ntre os dias 5 e 22 de setembro, a convite da AJURIS e da União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública, oito dos dez candidatos ao governo do Rio Grande do Sul expuseram pontos de seus programas a diversos segmentos do serviço público. A AJURIS coordena a União Gaúcha, que congrega 27 associações e sindicatos dos três poderes, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e da Defensoria, representando cerca de 100 mil servidores.

Estiveram na sede administrativa da AJURIS, pela

ordem, Alceu Collares (PDT), Guilherme Giordano (PCO), Francisco Turra (PP), Pedro Couto (PSDC), Yeda Crusius (PSDB), Beto Grill (PSB), Roberto Robaina (P-Sol) e Edison Pereira (PV).

Entre os temas que mais preocupam a AJURIS e a União Gaúcha, estão a previdência, os precatórios e a questão orçamentária, essa com reflexo direto no serviço prestado à população.

Esta edição especial do Jornal da AJURIS apresenta trechos de opiniões dos candidatos sobre esses e outros assuntos.



Alceu Collares - pedetista fez 79 anos em meio à campanha demonstrando vitalidade



Yeda Crusius: turana é a única mulher nessa disputa ao Palácio Piratini



Francisco Turra: progressista tenta retomar o poder, que sua corrente ganhou em 1982



Roberto Robaina: representante do P-Sol é o mais jovem dos candidatos



Beto Grill: socialista foi prefeito de São Lourenço do Sul e de Cristal



Edison Pereira: candidato do Partido Verde já foi líder dos petroleiros



Pedro Couto: postulante do PSDC exerce atividade empresarial



Guilherme Giordano: candidato do Partido Comunista Operário prega a revolução

Os candidatos Germano Rigotto (PMDB) e Olívio Dutra (PT), também convidados a falar sobre seus programas, não compareceram à AJURIS. Os dois alegaram falta de horário em suas agendas.





Presidência

## ÓRGÃOS E ENTIDADES QUEREM MELHORAR SEGURANÇA



PARTICIPANTES DISCUTEM AÇÕES QUE TRAGAM RESULTADOS PRÁTICOS

Representantes do Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Civil, Brigada Militar e Secretaria da Justiça e Segurança deram início, no dia 9 de março, a uma mobilização de órgãos públicos e entidades para melhorar a segurança pública.

Entre outros assuntos, os participantes estão tratando de dados estatísticos da segurança

pública, serviço de plantão, sistema de identificação, comunicação virtual, acesso a dados cadastrais e criação de vara especializada em criminalidade organizada no âmbito estadual.

A primeira reunião aconteceu na sede da AJURIS, sob a coordenação da presidente da entidade, Denise Oliveira Cezar. Participa-

ram da reunião inaugural o delegado Walter da Silva Gomes, da Chefia da Polícia; Fábio Lopes, da Associação dos Delegados de Polícia; delegado Luiz Fernando Tubino, do Movimento Pró-Polícia; Ana Pelini, da Secretaria da Justiça e Segurança; Fátima Záchia Paludo, presidente da Associação dos Defensores Públicos; Dóris de Leão Pufal, da Defensoria Pública; Mauro

Renner, Luciano Pretto e Marcos Reichelt Centeno, do Ministério Público; Maria Cristina Oliveira, da Associação do Ministério Público, e Rafael Monteiro Costa, da Associação dos Oficiais da Brigada Militar.

Pela magistratura, além da presidente da AJURIS, estiveram presentes os juizes Leoberto Brancher, Cleuza Azevedo e Luciano Losekann.

O segundo encontro ocorreu no dia 30 de março, quando os participantes batizaram a articulação de órgãos e entidades de Fórum Multilateral da Segurança Pública.

A representação da AJURIS, na segunda reunião, incluiu os desembargadores João Armando Bezerra Campos e João Batista Marques Tovo. Também participaram Carmem Silvia Reis Conti, Eduardo de Lima Veiga e Alexandre Saltz, da Procuradoria-Geral de Justiça; Djalma Gautério, da Susepe (Superintendência de Serviços Penitenciários); e Jane Aline Kühn e Oriom Elias Pinto, da Fase (Fundação de Atendimento Sócio-Educativo).

Em 2006, com a finalidade de discutir ações no âmbito da segurança foi criado o **Fórum Multilateral da Segurança Pública**, composta por várias entidades

# Em 2007, foi realizado **Ato Público de Repúdio à Corrupção**, em parceria com diversas entidades

**EDIÇÃO ESPECIAL**

Ano XIII - Junho 2007

⇒ Carta de Porto Alegre defende celeridade na investigação e no julgamento de crimes que envolvam lesão ao erário público  
Pág. 2

⇒ Presidente da AJURIS diz que corrupção e impunidade impedem promoção do bem-estar e a afirmação da dignidade dos brasileiros  
Pág. 3

⇒ OAB acredita que tomada de posição agora impedirá esfacelamento da democracia no futuro  
Pág. 4

⇒ Ministério Público prega fortalecimento dos controles internos das instituições como forma de legitimar ações externas de combate a irregularidades  
Pág. 5

⇒ Para o prefeito Fogaça o ato público tem dimensão nacional e propósito de reafirmar confiança nas instituições e no estado de direito  
Pág. 6

⇒ Magistrados repudiam corrupção em artigos e mídia destaca evento promovido pela AJURIS e entidades parceiras  
Págs. 7 e 8

**Jornal da AJURIS**  
Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul

**Ato Público**

**A SOCIEDADE CONTRA A CORRUPÇÃO**



DEZENAS DE DISCURSOS DE REPÚDIO A DESVIOS DE CONDUITA FORAM FEITOS EM TRIBUNA LIVRE DIANTE DE UM AUDITÓRIO LOTADO

**O** Ato Público de Repúdio à Corrupção, promovido pela AJURIS e entidades parceiras na Escola Superior da Magistratura, em Porto Alegre, no dia 1º de junho, foi um marco na indignação nacional contra os escândalos que se sucedem no país.

Durante duas horas e meia, 34 representantes de entidades, autoridades e políticos discursaram na tribuna. O evento divulgou a Carta de Porto Alegre, que alerta para o perigo do descrédito da instituições e da própria democracia se os casos de desvios não forem coibidos e punidos exemplarmente.

A presidente da AJURIS, Denise Oliveira Cezar, disse que corrupção e democracia são antíteses. "Corrupção e república são opostos irreconciliáveis. A corrupção é a apropriação do público pelo privado, enquanto a democracia é a sujeição do privado, da esfera particular de cada cidadão, a um conceito de bem comum, de valores escolhidos segundo regras determinadas, que passam a nortear a conduta de todos. Apesar da antítese, o fato de vivermos em uma democracia não assegura que estejamos livres da corrupção, nos conduz, isto sim, ao compromisso de combatê-la".

O Ato Público de Repúdio à Corrupção, que lotou o auditório da ESM, com a presença de mais de 200 pessoas, teve o apoio institucional da Associação do Ministério Público (Amprs), OAB-RS, Associação dos Procuradores, Associação dos Defensores Públicos (Adpergs), Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Associação Nacional de Jornais (ANJ), Associação Riograndense de Imprensa (ARI) e Associação Gaúcha das Emisoras de Rádio e Televisão (Agert).

Presidente da AJURIS  
**CARLOS CINI MARCHIONATTI**  
(GESTÃO 2008-2009)



**URIS**

o dos Juízes  
ande do Sul



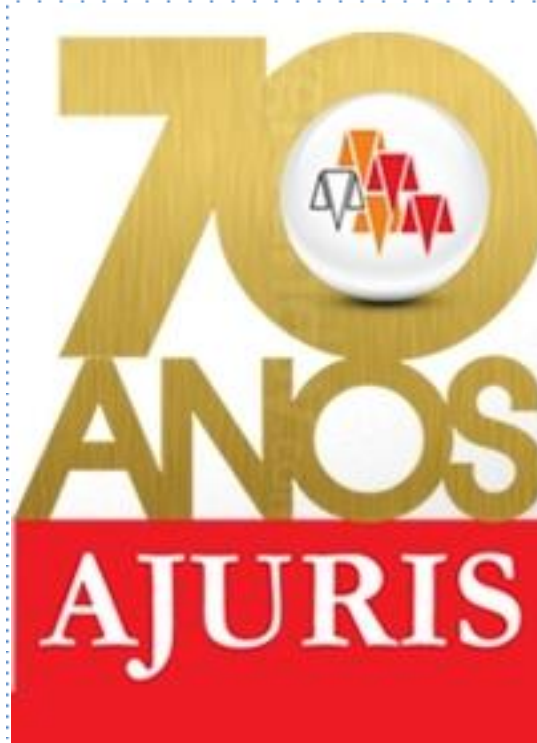
## **VICE-PRESIDENTES DA GESTÃO (2008 A 2009)**

**Vice- Presidente Administrativo:** Marco Aurélio Martins Xavier

**Vice-Presidente Social:** Cacildo de Andrade Xavier

**Vice-Presidente Cultural :** Vanderlei Deolindo

**Vice-Presidente Patrimônio e Finanças:** Cristiane Hoppe



Em 2008, surgiu a **Banda Judges**, composta por magistrados do RS



### **BANDA JUDGES É COMPOSTA PELOS MAGISTRADOS:**

- **RUGGIERO RASCOVETZKI SACILOTO**
- **EMERSON SILVEIRA MOTA**
- **CLÓVIS MOACYR MATTANA RAMOS**
- **CARLOS FERNANDO NOSCHANG JÚNIOR**



# Departamento Extraordinário de Relações Públicas e Institucionais - 2008

## Relações Públicas e Institucionais quer estreitar contatos com entidades e órgãos

O Departamento Extraordinário de Relações Públicas e Institucionais da AJURIS, criado no final de setembro, tem a finalidade de coordenar a relação da Associação com entidades e órgãos do interesse da magistratura. Neste contexto, destaque para as associações regionais de juizes de todo o País, entidades gaúchas que representam todas as classes dos servidores públicos e órgãos que constituem os três Poderes no Brasil.

O novo departamento é vinculado à presidência da AJURIS e tem como diretores os magistrados Marco Antônio Barbosa Leal, José Roberto Lopes, Rinez da Trindade, Flávio Bernardo Jeckell e Dorval Bráulio Marques. A criação do setor foi instituída através de ata obtida em reunião do Conselho Executivo no dia 4 de agosto e a sua necessidade foi verificada a partir de estudo em torno do Planejamento Estratégico da AJURIS.



# JORNAL DA AJURIS

Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul

Ano XIII Nº 256  
outubro 2008

AJURIS realiza Assembleia-Geral Extraordinária para tratar de subsídio e reestruturação da carreira

Página 3

Criação de novos departamentos incrementam serviços oferecidos pela Associação

Página 7

Sidinei Brzuska: "A despreocupação da sociedade com o sistema prisional agrava ainda mais o problema"

Página 11



## AJURIS toma iniciativa na luta pelo Pré-sal

A iniciativa da AJURIS na promoção do debate sobre o Pré-sal, ocorrido no dia 28 de outubro, resultou em um auditório lotado e atenções voltadas à palestra do diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), Fernando Siqueira. Realizado na Escola Superior da Magistratura (ESM), o evento – mediado pelo diretor de Comunicação Social da AJURIS, Túlio de Oliveira Martins – foi finalizado com a leitura da Carta Aberta ao Presidente da República, lida pelo desembargador Dorval Bráulio Marques.

O palestrante deu início ao seu pronunciamento reforçando aos presentes que falaria sobre um tema que não tem sido muito divulgado nem pela imprensa, nem pela Petrobrás. Fernando Siqueira falou sobre a necessidade de se criar novo marco regulatório, visto que o atual é incoerente e contém ilegalidades, contrariando não só a lei específica como, também, a Constituição Federal. Antes de fazer uma exposição mais detalhada sobre a legislação que regula a extração e comercialização do petróleo, o engenheiro apresentou números que convergem para uma opinião comum: existe uma crescente demanda pelo produto que está ficando cada vez mais escasso e, por esta razão, deve sofrer aumentos de preços. "O encarecimento do petróleo pode gerar processos inflacionários, porque o mercado não se auto-regula como alguns pensavam anteriormente. Podem ser causados impactos imprevisíveis

o seu descobrimento. Para cada barril que se descobre, quatro são consumidos. Cinquenta por cento da matriz energética global vem do petróleo.

Neste cenário, a descoberta do Pré-sal deixa o Brasil numa posição um pouco mais confortável economicamente, mas suscetível à pressão política que deve ser exercida pelos Estados Unidos que lidera o consumo mundial e tenta salvaguardar o suprimento apropriando-se do produto de outros países, a exemplo do que já aconteceu no Iraque e que tentou fazer no Irã. Outro possível predador apontado pelo palestrante é o grupo de empresas brasileiras e estrangeiras, chamadas pela Petrobrás de irmãs, que disputam o mercado com cerca de 3% das reservas mundiais e estão predestinadas a uma vida útil não superior a cinco anos. Na tentativa de sobreviver a esta sombria previsão, elas estão unindo capital e o País se tornou um alvo em particular, depois do advento da descoberta das novas jazidas e da possibilidade de pular para a quarta posição no ranking dos países exportadores, logo atrás – ou talvez ao lado – do Kuwait.

Para assegurar a descoberta em mãos nacionais será necessária a execução de movimentos difíceis e que passam pela correção da Lei 9478/97, criada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, em substituição à lei 2004/1953, para atender o programa nacional do seu governo.



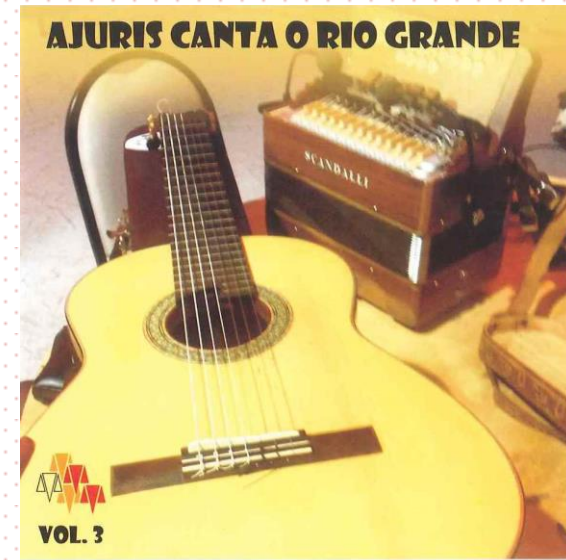
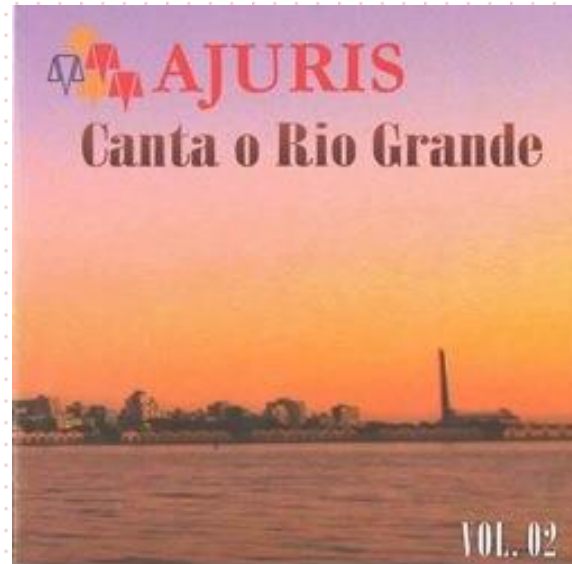
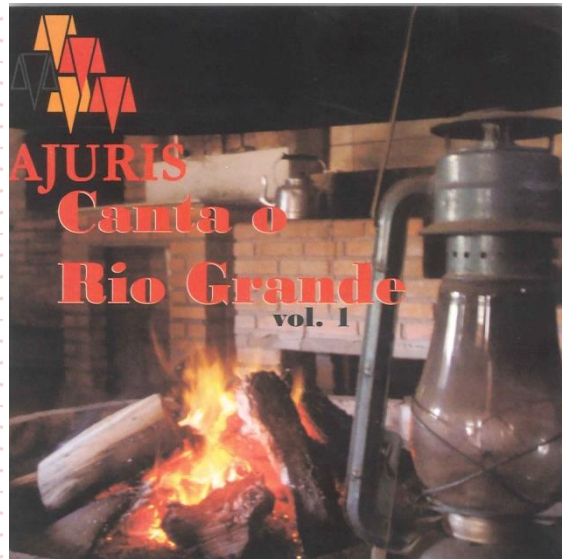
**PALESTRA:**  
**"GEO-POLÍTICA DO PETRÓLEO E O PRÉ-SAL"**



# Rádio Web AJURIS - 2009



Em 2009, foi lançada a primeira edição do **CD AJURIS Canta Rio Grande.**



Em 2012/2013, houve a 2ª e 3ª edições

Presidente da AJURIS  
**JOÃO RICARDO DOS SANTOS COSTA**  
(GESTÃO 2010-2011)



**AJURIS**

Associação dos Juízes  
do Rio Grande do Sul



Em 2010, a AJURIS apresentou ao CNJ estudo aprofundando revelando a real situação do Poder Judiciário Gaúcho, para rebater o Pedido de Providência, pelo então Deputado Nelson Marchezan Júnior, questionando o descumprimento da **Lei de Responsabilidade Fiscal** pelo Poder Judiciário do Estado, sendo arquivo este pedido pelo Conselho Nacional de Justiça

JORNAL DA AJURIS

► Lei de Responsabilidade Fiscal

## Judiciário evita demissões e fechamento de Varas no RS

**R**ecente decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) evitou que o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul tivesse que demitir servidores e apelar para o fechamento de Varas no Estado. O risco de cortes surgiu logo depois do deputado Nelson Marchezan Jr. (PSDB) protocolar Pedido de Providências, alegando que o Tribunal de Justiça (TJRS) estava descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Para chegar a esta conclusão, o parlamentar tucano se valeu de critérios adotados pela Secretaria do Tesouro Nacional, que inclui, na contabilidade dos gastos com pessoal as despesas com o pagamento de pensionistas e o percentual que é retido na fonte como desconto de Imposto de Renda (IR).

Sendo assim, o Judiciário gaúcho acabaria ultrapassando o limite de 6% da receita corrente líquida do Estado com o pagamento da folha salarial. E, desta forma, para se adequar ao que determina a LRF, o Poder Judiciário gaúcho teria que efetuar a demissão de funcionários e, possivelmente, fechar algumas Varas em funcionamento no Rio Grande do Sul. Com isso, a prestação de serviço jurisdicional seria afetada diretamente.

Numa mobilização coordenada pela AJURIS e pelo TJRS, os conselheiros do CNJ, no entanto, acabaram indeferindo o PP de Marchezan Jr. por maioria de votos. A decisão fundamentou-se em trabalho que o associado Adão Sérgio do Nascimento Cassiano realizou como advogado da Associação.

O desembargador aposentado comprovou a validade do critério adotado pelo TJRS, que se baseia nos direitos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado, no qual o pagamento das pensionistas e os valores retidos no IR são excluídos do cálculo dos limites com gastos de pessoal.

Na avaliação de Cassiano, esta é a forma correta de determinar a base de cálculo. "O artigo 169 da Constituição coloca apenas os servidores ativos e inativos como parte da folha salarial, ou seja, não há menção às pensionistas", explica.

No estudo encaminhado pela AJURIS aos titulares do CNJ, Cassiano diz ainda que o percentual do IR que incide sobre os salários não pode ser computado no limite porque o funcionário não chega a receber esses recursos. "Não é despesa, já que os valores ficam nos cofres do próprio Estado", argumenta.

Durante a tramitação no CNJ, a AJURIS e o TJRS acompanharam todo o andamento do processo. Em meados de setembro, no dia em que os conselheiros indeferiram o PP de Marchezan, o subdiretor do Departamento Extraordinário de Previdência e do de Comunicação Social da entidade, Cláudio Luís Martinewski, e o assessor da Presidência Eugênio Couto Terra, e fizeram em audiência com diversos conselheiros, em especial a ministra Eliana Calmon, e após acompanharem a sessão plenária em Brasília. Também esteve presente o assessor da Presidência do Tribunal, Antonio Vinícios Amaro da Silveira.

A LRF – em vigor desde o ano 2000, determina que Estados e municípios não podem gastar mais do que 60% da receita corrente líquida com o pagamento de pessoal. A partir deste percentual, foram estabelecidos os sublimites de gastos com a folha salarial para cada poder: O Executivo não pode ultrapassar 49%; Judiciário, 6%; e Legislativo e Tribunal de Contas, 3%. Já para o Ministério Público, o limite é de 2%.

**Vitória no CNJ rendeu homenagem a Adão Cassiano**  
Desembargador aposentado do TJRS, Adão Cassiano foi homenageado pela AJURIS no dia 4 de outubro, durante jantar realizado na sede administrativa, na Capital. "Estamos prestando um reconhecimento a esse imenso trabalho que garantiu uma grande vitória no CNJ", lembrou o presidente da Associação, João Ricardo dos Santos Costa destacou ainda a capacidade que o colega tem em ser didático, pela experiência como professor. "Ele esteve lá em Brasília conversando diretamente com os conselheiros, algo que foi de fundamental importância."

Cassiano disse que o reconhecimento dos colegas "é inigualável e impagável". "Foi um trabalho feito com alma e coração. A AJURIS é maior do que todos nós e ela merece", ressaltou.



**Breve currículo** – Adão Sérgio do Nascimento Cassiano tomou posse como desembargador do TJRS no dia 24 de setembro de 2001. Bacharel em Direito pela PUCRS desde 1984; também é graduado em Ciências Contábeis. Ingressou no cargo de juiz de Direito em 1986, jurisdicionando nas comarcas de Santiago, Guarani das Missões, Guaíba, Uruguaiana e Porto Alegre (4ª e 5ª Varas da Fazenda Pública). Também atuou no TJRS como juiz convocado, junto à 1ª Câmara Especial Cível.

7

No mesmo ano, em decisão unânime, o COMAG do TJRS aceitou o recurso da AJURIS que pleiteava alterar o artigo 2º da Lei Estadual 6.929/75 (Estatuto da Magistratura) e **incluir os pretores no rol de Magistrados**

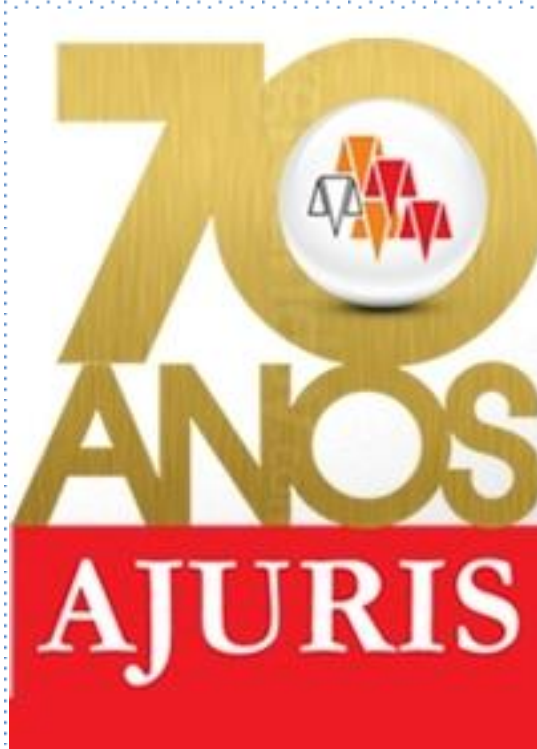
## **VICE-PRESIDENTES DA GESTÃO (2010 A 2011)**

**Vice- Presidente Administrativo:** Felipe Rauen Filho

**Vice-Presidente Social:** José Antônio Azambuja Flores

**Vice-Presidente Cultural:** Dulce Ana Gomes Oppitz

**Vice-Presidente Patrimônio e Finanças:** Pio Giovani Dresch



[illegible]

**Lembre-se:**  
Para ter saúde e força é  
preciso cuidar da alimentação  
e da higiene.

**AJURIS**  
Associação de Jovens  
do Rio Grande do Sul



Em 2011, foi realizada a **Exposição fotográfica Além da pena**, como objetivo mostrar a situação do sistema carcerário gaúcho



## Em 2011, ocorreu a solenidade comemorativa dos 20 anos do Departamento de Pensionistas



Ne

m

tim

Presidente da AJURIS  
**PIO GIOVANI DRESCH**  
(GESTÃO 2012-2013)



**RIS**  
dos Juízes  
nde do Sul



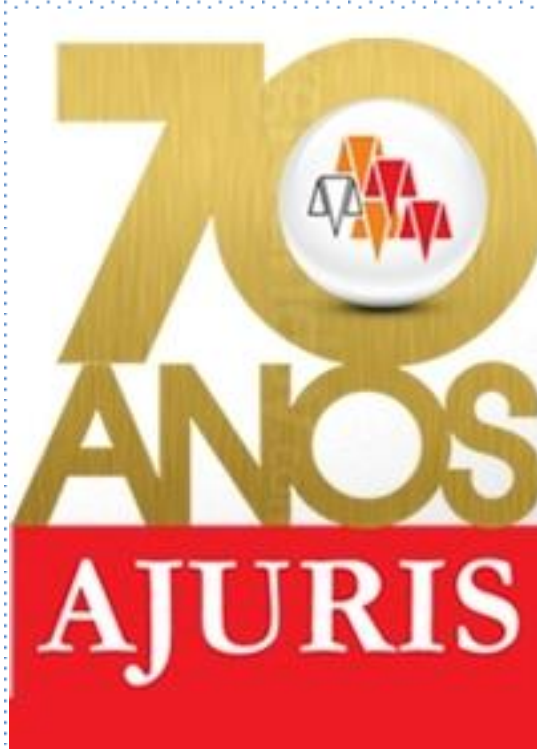
## **VICE-PRESIDENTES DA GESTÃO (2012 A 2013)**

**Vice- Presidente Administrativo:** Eugênio Couto Terra

**Vice-Presidente Social:** José Antônio Azambuja Flores

**Vice-Presidente Cultural:** Maria Lúcia Boutros Buchain Zoch Rodrigues

**Vice-Presidente Patrimônio e Finanças:** André Luís de Moraes Pinto



**A AJURIS apoiou a campanha contra a aprovação da PEC , que limitava a atuação do MP, nas investigações criminais**



## Seminário, Renegociação da Dívida dos Estados com a União - 2012







**Em 2012, foi lançada, com a participação da AJURIS, a campanha Dívida do RS**

Em 2012, pela primeira vez em sua história, o Presídio Central de Porto Alegre (PCPA) recebeu autoridades e especialistas no **Seminário Quantos presos queremos ter?**





Em 2012, foi criado o **Fórum da Questão Penitenciária**, composto por diversas entidades e com a busca de ações concretas para enfrentar a grave crise do sistema carcerário do RS



# Observatório Contra a Homofobia - 2012



## Núcleo de Resgate Histórico - 2012



Em 2012, o Departamento de Meio Ambiente da AJURIS, defendeu a proposta de implantação de um **“Sistema de Gestão Ambiental de resíduos Sólidos do Poder Judiciário do Estado”**





Em 2012, foi realizado um convênio com o Theatro São Pedro, do qual cerca de 50 associados passaram a fazer parte da **AATSP (Associação dos Amigos do Teatro São Pedro)**



## Em 2012/2013, realização de Sarau Elétrico na AJURIS



## Em 2012/2013, realizados Cafés Culturais na AJURIS





# Em 29 de abril de 2013, foi sancionada a **Lei Estadual 14.235**, que reconhece os pretores como magistrados, uma antiga reivindicação da AJURIS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

**LEI N° 14.235, DE 29 DE ABRIL DE 2013.**  
(publicada no DOE n.º 082, de 30 de abril de 2013)

Altera dispositivos da Lei n.º [6.929](#), de 2 de dezembro de 1975, que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura.

## O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

**Art. 1.º** O art. 2.º da Lei n.º [6.929](#), de 2 de dezembro de 1975, que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea:

“Art. 2.º .....  
.....  
d) os Pretores.  
.....”

**Art. 2.º** O parágrafo único do art. 2.º da Lei n.º [6.929/1975](#) passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.º .....

Parágrafo único. São Juízes temporários os Juízes de Paz.”.

**Art. 3.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4.º** Fica revogada a alínea “b” do art. 2.º da Lei n.º [6.929](#), de 2 de dezembro de 1975.

**PALÁCIO PIRATINI**, em Porto Alegre, 29 de abril de 2013.

**FIM DO DOCUMENTO**

Em 2013, foi realizado o **Seminário República** com o objetivo de discutir os impasses da Democracia Brasileira, em parceria com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, sendo debatidos aspectos críticos do pacto federativo, da separação entre os Poderes e da Reforma Política



Em 03 de janeiro de 2014, **foi sancionada a Lei 14.419**, que versa sobre a modificação das Leis para adequá-las ao novo regime remuneratório, nelas substituindo a expressão “vencimentos” por “subsídios”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
Gabinete de Consultoria Legislativa

**LEI Nº 14.419, DE 3 DE JANEIRO DE 2014.**  
(publicada no DOE n.º 003, de 06 de janeiro de 2014)

Introduz alterações nas Leis n.º [6.929](#), de 2 de dezembro de 1975, n.º [7.356](#), de 1.º de fevereiro de 1980, e n.º [9.442](#), de 3 de dezembro de 1991.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Faço saber, em cumprimento ao disposto no artigo 82, inciso IV, da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono e promulgo a Lei seguinte:

**Art. 1.º** O art. 1.º, o § 7.º do art. 7.º, o art. 25, o inciso III do art. 27, o § 2.º do art. 33, o § 3.º do art. 37, o § 3.º do art. 38, o art. 39, o art. 41, o art. 50 e seu parágrafo único, o parágrafo único do art. 51, o art. 55 e seu parágrafo único, os §§ 1.º e 2.º do art. 61, o art. 65, o parágrafo único do art. 71, o art. 72 e seus §§ 2.º e 3.º, o art. 73, o art. 74 e seu item 2.º, o art. 77 e seus parágrafos, os itens do parágrafo único do art. 78, o § 4.º do art. 80, o art. 82, o art. 85, o art. 88, o art. 90 e o art. 95 da Lei n.º [6.929](#), de 2 de dezembro de 1975, que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º Este Estatuto regula o provimento, a vacância e o exercício dos cargos da magistratura e dos juizes temporários, bem como o subsídio, as vantagens, os direitos, os deveres e as responsabilidades.

.....  
**Art. 7.º** .....

.....  
§ 7.º Os candidatos matriculados no Curso de Formação farão jus à bolsa de estudos, no valor mensal correspondente a 50% (cinquenta por cento) do subsídio a ser percebido pelo Juiz de Direito de entrada inicial. O benefício será devido do início ao término do Curso de Formação, cessando automaticamente no caso de cancelamento voluntário ou compulsório da matrícula.  
.....

.....  
**Art. 25.** Para efeito de percepção de subsídio, a efetividade é atestada de conformidade com o que dispuser o Código de Organização Judiciária ou o Regimento Interno.  
.....

**Art. 27.** .....

.....  
III - irredutibilidade de subsídio, sujeitos, entretanto, aos impostos gerais, inclusive o de renda, e aos impostos extraordinários previstos no art. 22 da Constituição da República Federativa do Brasil.  
.....

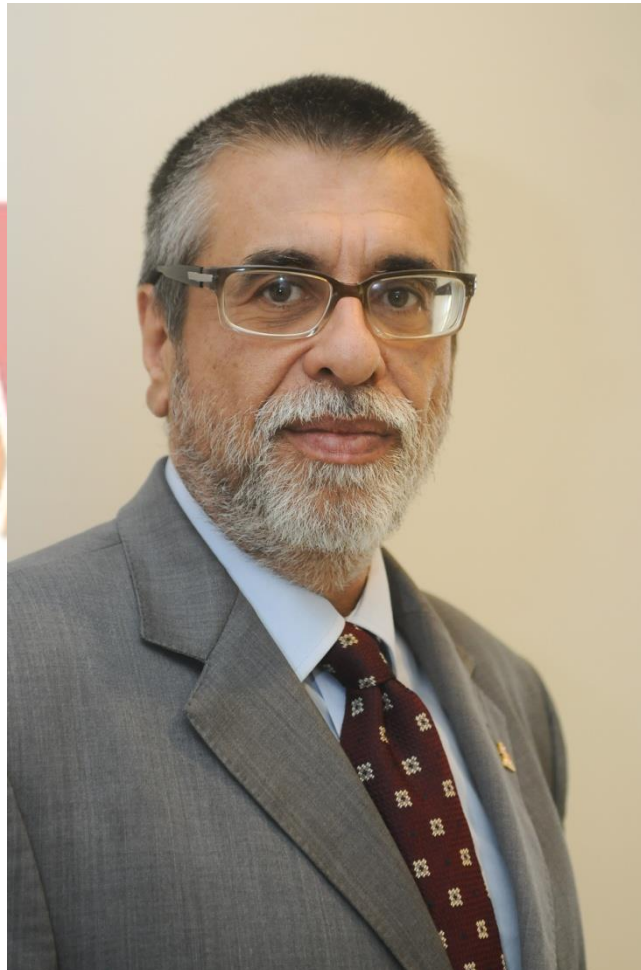


**A AJURIS imbuída no espírito colaborativo fez uma série de doações de equipamentos.**



**Fotos das doações de equipamento de informática do Presídio Central**

Presidente da AJURIS,  
**EUGÊNIO COUTO TERRA**  
para o biênio 2014/2015



**URIS**  
o dos Juízes  
ande do Sul

## **VICE-PRESIDENTES DA GESTÃO (2014 A 2015)**

**Vice- Presidente Administrativo:** Gilberto Schäfer

**Vice-Presidente Social:** Geneci Ribeiro de Campos

**Vice-Presidente Cultural:** Jane Maria Köhler Vidal

**Vice-Presidente Patrimônio e Finanças:** Jocelaine Teixeira





Em 2014, realizado **Seminário: o Judiciário e os anos de chumbo**



No mesmo ano, realizado debate sobre **Cotas Raciais no Judiciário**

## Em 2014, a AJURIS entrega pedido de eleições diretas no Tribunal de Justiça e ao Tribunal Militar do Estado





# EVENTOS SOCIAIS DA AJURIS





**O número de associados da AJURIS hoje é o total de 1481, sendo 877 ativos e 604 aposentados.**

